

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
SOCIOECONÔMICO
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO

NÍCOLA HILÁRIO MARTINS

**RELAÇÕES GOVERNAMENTAIS E SUSTENTABILIDADE ECONÔMICO-
FINANCEIRA DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR: UM ESTUDO
MULTICASOS SOB A ÓTICA DA ESCOLHA PÚBLICA**

CRICIÚMA

2023

NÍCOLA HILÁRIO MARTINS

**RELAÇÕES GOVERNAMENTAIS E SUSTENTABILIDADE ECONÔMICO-
FINANCEIRA DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR: UM ESTUDO
MULTICASOS SOB A ÓTICA DA ESCOLHA PÚBLICA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Socioeconômico.

Orientador: Prof. Dr. Silvio Parodi Oliveira Camilo
Coorientadora: Prof.^a Dra. Melissa Watanabe

CRICIÚMA

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

M386r Martins, Nicola Hilário.

Relações governamentais e sustentabilidade econômico-financeira de instituições de ensino superior : um estudo multicasos sob a ótica da escolha pública/ Nicola Hilário Martins. - 2023. 103 p. : il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade do Extremo Sul Catarinense, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico, Criciúma, 2023.

Orientação: Silvio Parodi Oliveira Camilo.
Coorientação: Melissa Watanabe.

1. Universidades e faculdades comunitárias. 2. Teoria da escolha pública. 3. Participação política. 4. Relações governamentais. 5. Lobby. 6. Emendas parlamentares. 7. Programa de Bolsas Universitárias de Santa Catarina. I. Título.

CDD 23. ed. 378.05

Bibliotecária Eliziane de Lucca Alosilla - CRB 14/1101
Biblioteca Central Prof. Eurico Back - UNESC

Nicola Hilário Martins

**RELAÇÕES GOVERNAMENTAIS E SUSTENTABILIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA DE
INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR: UM ESTUDO MULTICASOS SOB A ÓTICA DA
ESCOLHA PÚBLICA”**

Esta dissertação foi julgada e aprovada para obtenção do Grau de Mestre em Desenvolvimento Socioeconômico no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade do Extremo Sul Catarinense.

Criciúma, 24 de fevereiro de 2023.

BANCA EXAMINADORA

SILVIO PARODI OLIVEIRA
CAMILLO:36223115091

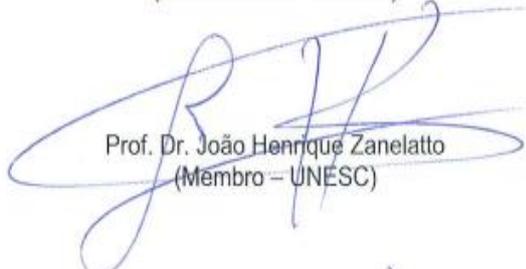
Assinado de forma digital por
SILVIO PARODI OLIVEIRA
CAMILLO:36223115091
Dados: 2023.03.21 17:14:26 -03'00'

Prof. Dr. Sílvio Parodi Oliveira Camilo
(Presidente e Orientador – UNESC)

gov.br
Documento assinado digitalmente
DANIEL MORAES PINHEIRO
Data: 24/02/2023 16:06:07-0300
Verifique em <https://verificador.itl.br>

Prof. Dr. Daniel Moraes Pinheiro
(Membro – UDESC)


Prof. Dra. Melissa Watanabe
(Coorientador - UNESC)


Prof. Dr. João Henrique Zanelatto
(Membro – UNESC)


Nicola Hilário Martins
(Discente)


Prof. Dr. Dimas de Oliveira Estevam
Coordenador Adjunto do PPGDS – UNESC

Dedico este trabalho a meus pais, Edmilson e Cirlei, e a todos que acreditam em uma política mais justa, fraterna e honesta.

AGRADECIMENTOS

Ao concluir este importante momento de minha vida acadêmica, agradeço primeiramente a Deus pelo dom da vida e por sempre abençoar meu caminho. Agradeço aos meus pais, Edmilson e Cirlei, que nunca mediram esforços para que eu pudesse me instruir. Muito obrigado por tudo o que fazem e fizeram por mim, vocês são minha maior inspiração.

Agradeço ao meu orientador, Silvio Parodi, e à professora Melissa, coorientadora, pelas contribuições e por valorizarem a liberdade do discente. A responsabilidade individual de concluir e de realizar é fundamental e coaduna muito bem com o tema deste trabalho. Agradeço aos professores Daniel Pinheiro e João Zanellatto, que foram muito importantes no processo de qualificação.

Minha gratidão à minha namorada Rebecca Marconi Peres, que compreendeu os momentos de angústia da produção desta dissertação e ofereceu o conforto necessário.

Agradeço à reitora Luciane Bisognin Ceretta, à pró-reitora Gisele Coelho Lopes por serem importantes na condução da nossa universidade comunitária.

Faço menção especial e minha imensa gratidão aos entrevistados por este estudo, o coordenador de relações governamentais da ACAFE, Adriano Rodrigues; ao então governador do Estado de Santa Catarina, Carlos Moisés da Silva; à deputada federal Geovânia de Sá; e ao deputado federal Ricardo Guidi. Suas contribuições foram fundamentais para evidenciar e chegar ao objetivo traçado.

“O sucesso não é definitivo. A falha não é fatal. O que conta é a coragem de continuar.”

Winston Churchill

RESUMO

A Teoria da Escolha Pública busca a compreensão dos processos de escolha governamental e, por consequência, metodologias adotadas para tomada de decisão por parte dos agentes políticos e/ou burocratas. Ao mesmo tempo, as relações governamentais fazem parte das estratégias políticas que podem ser adotadas visando melhores resultados na escolha pública. Duas das principais estratégias de relações governamentais estão o *lobbying* e o *advocacy*. A partir deste referencial teórico, o presente estudo analisa relações governamentais das instituições universitárias, UNESCO e ACAFE, e sua influência na escolha pública para a obtenção de recursos contributivos à sustentabilidade econômico-financeira. Instituídas a partir de fundações municipais e caracterizadas legalmente somente na última década, as instituições comunitárias de ensino superior buscam constantemente garantir sua sustentabilidade econômico-financeira, ao mesmo tempo em que precisa ratificar constantemente sua distinção em relação às instituições públicas e privadas. Como procedimentos metodológicos, trata-se de um estudo dedutivo, em que as categorias de análise emergiram da literatura acerca do tema central. Quanto a abordagem se caracteriza como qualitativa. O estudo é descritivo cuja estratégia empregada é caracterizada como multicascos. A partir das categorias de análise foram elaborados questionários semiestruturados, cujas entrevistas foram realizadas com agentes políticos, com o responsável do setor de relações governamentais da ACAFE e com a gestão da UNESCO, além de análise dados secundários no que tange à UNESCO. Percebe-se que a sustentabilidade econômico-financeira por parte das instituições comunitárias de ensino superior e as estratégias políticas adotadas por parte delas junto aos agentes políticos a partir de dois casos: o UNIEDU – bolsas de estudo custeadas pelo estado junto às comunitárias – e a disponibilização de emendas parlamentares para investimento nas instituições. Conclui-se que a busca por recursos, por meio de emendas parlamentares, é moldada por ações caracterizadas por interesses individuais. Estratégias de valorização, mediante acolhimento e reconhecimento, contribuem para a sustentabilidade econômico-financeira das instituições comunitárias de ensino superior.

Palavras-chave: Estratégias políticas. Universidades comunitárias. Engajamento político. *Lobbying*. *Advocacy*.

ABSTRACT

Public Choice Theory seeks to understand the government choice processes and, consequently, methodologies adopted for decision-making by political agents and/or bureaucrats. At the same time, government relations are part of the political strategies that can be adopted looking for better results in public choice. Two of the main government relations strategies are lobbying and advocacy. Based on this theoretical framework, the present study analyzes government relations of university institutions, UNESCO and ACAFE, and their influence on public choice for obtaining resources that contribute to economic-financial sustainability. Instituted from municipal foundations and legally characterized only in the last decade, community institutions of higher education constantly seek to guarantee their economic and financial sustainability, at the same time that they constantly need to ratify their distinction in relation to public and private institutions. As methodological procedures, it is a deductive study, in which the categories of analysis emerged from the literature about the central theme. As for the approach, it is characterized as qualitative. The study is descriptive whose employed strategy is characterized as multihull. From the categories of analysis, semi-structured questionnaires were prepared, whose interviews were conducted with political agents, with the person responsible for the sector of government relations at ACAFE and with the management of UNESCO, in addition to analyzing secondary data regarding UNESCO. It is noticed that the economic-financial sustainability on the part of community institutions of higher education and the political strategies adopted by them with political agents from two cases: UNIEDU - scholarships funded by the state with community ones - and the availability of parliamentary amendments for investment in institutions. It is concluded that the search for resources, through parliamentary amendments, is shaped by actions characterized by individual interests. Valuation strategies, through reception and recognition, contribute to the economic and financial sustainability of community institutions of higher education.

Keywords: Political strategies. Community Universities. Political engagement. Lobbying. Advocacy.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Triple-Bottom-Line.....	20
Figura 2 - O Circ-ângulo da Public Choice	28
Figura 3 - Ligações entre público e privado	38
Figura 4 - "Noite de homenagens oficializa repasse de R\$ 1,5 milhão para construção de passarelas na Unesc".....	51
Figura 5 - "Unesc inaugura mais de 3.600 metros de passarelas que interligam todos os espaços do campus"	53
Figura 6 - "Unesc comemora o lançamento oficial de Centro de Práticas Inovadoras no Ensino em Saúde"	55
Figura 7 - "Realidade Mista: Tecnologia inovadora oportunizará experiências diferenciadas a alunos da Unesc"	56

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Pesquisa de Palavras-chave em base Scielo	24
Quadro 2 – Correntes Teóricas	26
Quadro 3 - Principais diferenças entre <i>lobbying</i> e <i>advocacy</i>	39
Quadro 4 – Instituições associadas à ACAFE	43
Quadro 5 - Categorias de Análise para entrevistas semiestruturadas	47
Quadro 6 - Como aconteceu o momento de decisão do aumento do repasse para o UNIEDU.	60
Quadro 7 - Sobre resistência entre reitores no anúncio de aumento	61
Quadro 8 - Sobre o primeiro contato entre Moisés e Adriano.....	62
Quadro 9 - Sobre perceber metodologia nas relações governamentais	63
Quadro 10 - Sobre a utilização do UNIEDU em período eleitoral.....	64
Quadro 11 - Sobre a decisão na alocação de recursos.....	67
Quadro 12 - Sobre desdobramentos políticos da alocação de recursos de emendas parlamentares	69
Quadro 13 - Reitora da UNESCO sobre os parlamentares em evento de inauguração dos projetos	70
Quadro 14 - Sobre a sustentabilidade econômico-financeira das instituições comunitárias	71
Quadro 15 – Análise de metodologia desenvolvida pelo coordenador de relações governamentais da ACAFE	72

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRIG	Associação Brasileira de Relações Institucionais e Governamentais
ACAFE	Associação Catarinense das Fundações Educacionais
ACRIG	Associação Catarinense de Relações Institucionais e Governamentais
CEE	Conselho Estadual de Educação
CNI	Confederação Nacional da Indústria
DIAP	Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar
ESCCA	Escola Superior de Ciências Contábeis e Administrativas
ESEDE	Escola Superior de Educação Física e Desportos
ESTEC	Escola Superior de Tecnologia
FACIECRI	Faculdade de Ciências Econômicas da Região Carbonífera
FAPESC	Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação de Santa Catarina
FUCRI	Fundação Educacional de Criciúma
FURB	Fundação Universidade Regional de Blumenau
ICES	Instituições Comunitárias de Educação Superior
SATC	Sociedade de Assistência aos Trabalhadores do Carvão
TEP	Teoria da Escolha Pública
UDESC	Universidade do Estado de Santa Catarina
UnC	Universidade do Contestado
UNESC	Universidade do Extremo Sul Catarinense
UNIARP	Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe
UNIBAVE	Universidade Barriga Verde
UNIDAVI	Universidade do Alto Vale do Itajaí
UNIEDU	Programa de Bolsas Universitárias de Santa Catarina
UNIFACRI	União das Faculdades de Criciúma
UNIFEBE	Centro Universitário de Brusque
UNIPLAC	Universidade do Planalto Catarinense
UNIVALI	Universidade do Vale do Itajaí
UNIVILLE	Universidade da Região de Joinville
UNOCHAPECÓ	Universidade Comunitária da Região de Chapecó
UNOESC	Universidade do Oeste de Santa Catarina
USJ	Centro Universitário de São José

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
1.1 TEMA, PROBLEMA E QUESTÃO DE PESQUISA	15
1.2 OBJETIVOS.....	21
1.3 JUSTIFICATIVA.....	22
1.4 ESTRUTURA DO ESTUDO.....	25
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	26
2.1 TEORIA DA ESCOLHA PÚBLICA	26
2.2 TEORIA DO ESTADO E EMENDAS AO ORÇAMENTO DA UNIÃO	31
2.3 RELAÇÕES GOVERNAMENTAIS: <i>LOBBYING</i> E <i>ADVOCACY</i>	34
2.4 SUSTENTABILIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA	40
2.5 INSTITUIÇÕES COMUNITÁRIAS EM SANTA CATARINA	41
2.5.1 Associação Catarinense das Fundações Educacionais (ACAFE).....	42
2.5.2 Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC).....	44
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	45
3.1 ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO	45
3.2 PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS	46
3.2.1 O desenvolvimento do trabalho de relações governamentais e o UNIEDU	49
3.2.2 Provisão de Recursos Financeiros por meio de emendas parlamentares.....	50
4. ANÁLISE E APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS	59
4.1 O UNIEDU E O ASSOCIATIVISMO PARA SUSTENTABILIDADE ECONÔMICO ANÁLISE.....	59
4.2 EMENDAS PARLAMENTARES COMO FATOR ESSENCIAL PARA INVESTIMENTOS	66
4.3 METODOLOGIAS E COMPREENSÃO DO TRABALHO DE RELAÇÕES GOVERNAMENTAIS.....	72
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	76
5.1 LIMITAÇÕES DA PESQUISA	78
5.2 PROPOSIÇÕES DE ESTUDOS FUTUROS	78
REFERÊNCIAS	79
APÊNDICES	84
APÊNDICE A – ROTEIROS DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADAS	84

APÊNDICE B – ENTREVISTA COM O COORDENADOR DE RELAÇÕES GOVERNAMENTAIS DA ACAFE, ADRIANO RODRIGUES.....	88
APÊNDICE C – ENTREVISTA COM O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA, CARLOS MOISÉS DA SILVA	94
APÊNDICE D – ENTREVISTA COM A DEPUTADA FEDERAL GEOVÂNIA DE SÁ....	97
APÊNDICE E – ENTREVISTA COM O DEPUTADO FEDERAL RICARDO GUIDI	101

1 INTRODUÇÃO

A delimitação do estudo é parte integrante da introdução deste trabalho, com apresentação de objetivos geral e específicos, problematização e contextualização da temática a ser desenvolvida. A seção apresenta noções iniciais sobre a Teoria da Escolha Pública, base principal do trabalho, com foco nas ações de relações governamentais e nas atividades de *lobbying* e/ou *advocacy* desenvolvidas pelas instituições comunitárias de Santa Catarina, sendo que para o presente estudo, por acessibilidade e relevância, foram pesquisadas a Associação Catarinense das Fundações Educacionais (ACAFE) e a Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC). A primeira enquanto associação das instituições comunitárias de Santa Catarina, seguindo o parâmetro definido pela Lei Federal 12.881/2013, que dispõe sobre a definição, qualificação, prerrogativas e finalidades das Instituições Comunitárias de Educação Superior. Já a segunda, UNESC, como universidade que se destaca na captação de recursos por emendas parlamentares espaço de realização da pesquisa para obtenção de dados mais completos e evidenciados.

1.1 TEMA, PROBLEMA E QUESTÃO DE PESQUISA

As relações governamentais se tornaram objetos de estudos mais aprofundados a partir do primeiro quarto do século passado, onde as ações estavam focadas principalmente nas ações desenvolvidas em território estadunidense e, mais especificamente, no Congresso norte-americano. Nestes campos, as análises sobre grupos de interesse formados para defesa de pautas se tornaram espaços a serem explorados academicamente com mais precisão e mais acuidade, principalmente no que tange às estratégias políticas adotadas pelos profissionais que atuam neste campo. Ações de defesa de interesse existem desde que a relação humana existe, pois a busca pela dominação e a conseqüente relação de poder entre seres humanos é uma constante (HERRING, 1929).

Os grupos de interesse estruturados em território norte-americano logo buscaram organizar-se em métodos e ações, forjando o que se tornou conhecido como *lobbying*. Esta denominação acontece justamente porque o trabalho de explicação de motivos e interesses para convencimento dos parlamentares e tomadores de decisão política era desenvolvido principalmente nos conhecidos *lobbys* de hotéis de Washington – local frequentado pelos parlamentares que iam à Capital a fim de participarem das sessões no Capitólio, sede do Poder

Legislativo norte-americano, ou na antessala da Câmara dos Comuns, no Parlamento Inglês (FARHAT, 2007).

No Brasil, publicações que compreendam a ação de *lobbying* como parte integrante das atividades de relações governamentais são recentes. A plataforma Scielo traz a primeira publicação brasileira com o termo “*lobbying*” em 1997, sendo que uma delas é parte de um estudo sobre logística. O campo de estudo ainda se aprimora à medida em que novas teorias são desenvolvidas ou até mesmo adaptadas. É comum ainda encontrar compreensão de *lobbying* como contravenção, sendo confundindo a atividade com os crimes tipificados no Código Penal brasileiro como tráfico de influência ou corrupção ativa ou passiva (FARHAT, 2007). A obra de Farhat (2007) intitulada “Lobby: O que é? Como se faz?”, inclusive, é uma das mais completas já feitas em língua portuguesa. Também destacam obras de Lodi (1982; 1986), Basso (1983), Clamen (2005), Figueiredo (2012), Goldstein (1999), Leys (2004), Mancuso e Gozetto (2011) e Santos (2007; 2012).

Lobbying, portanto, é uma atividade que faz parte de um conjunto de estratégias da política. Em um âmbito estritamente técnico, dentre as estratégias macro da política estão além do *lobbying*, o marketing eleitoral, o marketing de mandato, o planejamento estratégico. Desta forma, indo muito além da política partidária e eleitoral tratamos as estratégias políticas em um ponto de vista empresarial e de negócios (COSTA et al. 2013). As relações governamentais são parte de um processo mais abrangente de estratégias políticas utilizadas por políticos com ou sem mandato e também pelas organizações a fim de manterem suas relações com o meio político ou entre si, produzindo influências ou preservando critérios de interesses individuais ou coletivos.

A atividade de relações governamentais encontra base na Teoria da Escolha Pública, que objetiva examinar os processos de escolha coletiva em esferas governamentais, tais como decisão de alocação de recursos, votações, implementação de políticas públicas. Esta teoria utiliza modelos econômicos a fim de problematizar e buscar compreensão das escolhas feitas pelos tomadores de decisão, que podem ser burocratas ou até mesmo políticos com mandato eletivo e que têm poder para definição de alocação de recursos (BUCHANAN; TULLOCK, 1999).

A Escolha Pública, bem como atividades de *rent seeking*, tem estudos consolidados em obras de Arrow (1963), Buchanan (1984), Buchanan e Tullock (1999), Elster (1986), Buchanan (1980), Downs (1957), McLean (1987), Mueller (1989), Tullock (2001), Butler (2015) e Gianturco (2017).

No que concerne a trabalhos anteriores desenvolvidos sobre a Teoria da Escolha Pública, entre 1996 e 2015 foram desenvolvidos 17 artigos, localizados utilizando base Periódicos CAPES, Spell e Scielo e com as palavras-chave “Teoria da Escolha Pública”, “Escolha Pública”, “Buchanan” e “Escolhas Públicas”. Esses estudos não necessariamente levavam em consideração ações de *lobbying* – ou *lobby* – podendo ser aprimorado e refinado (ROVARIS; CAVICHIOLIO; DALL’ASTA, 2020).

Utilizando o termo em língua inglesa (*public choice*), a base Scielo traz 923 referências até o ano de 2022, sendo 455 brasileiras, 56 colombianas, 55 mexicanas e o restante em diversos países. A base *Scopus* apresenta 8.867 resultados para “*public choice*”, sendo 6.939 livros, 1.775 revistas científicas. O restante disponível na *Scopus* são páginas da internet e links de conexões. Estas bases e referências localizadas podem ser refinadas para ampliar a análise bibliométrica sobre o tema.

Se por um lado, o *lobbying* é uma atividade organizada e formal das relações governamentais, também se faz necessário destacar a importância que o *advocacy* tem nas ações para realização do ofício de relações governamentais. O *advocacy* é relacionado à mobilização da opinião pública acerca de um tema específico, desde a estruturação de grupos de pressão pública até ações de guerrilha (MANCUSO; GOZETTO, 2011).

Para o alcance do entendimento, também é parte deste estudo a contextualização da Teoria Geral de Estado, com explanação sobre formas de Estado e de Governo. A escolha da República como regime de governo e o sistema presidencialista também compõem esta dissertação, haja vista a necessidade de contextualização das conexões políticas existentes na sociedade brasileira (MALUF, 2019).

A elaboração do orçamento da União conta com a participação direta do Poder Legislativo, por meio das chamadas emendas parlamentares, mesmo a execução do orçamento ficando a cargo do Poder Executivo. As emendas parlamentares – individuais e coletivas – atuam como catalisadoras de desenvolvimento local, em teoria. No entanto, na prática, podem ser transformadas em ferramentas de troca de favores. A Teoria da Escolha Pública, abrangendo ações como o *rent seeking* (caça à renda) leva a compreender a tomada de decisão do representante para alocar seus recursos (emendas) em projeto A ou B.

A partir deste contexto teórico, tem-se como unidades de análise as instituições comunitárias, assim definidas. Estas foram juridicamente constituídas somente no ano de 2013, com o advento da Lei Federal 12.881/2013. As instituições formadas a partir da organização da sociedade civil brasileira possuem uma série de características definidas em lei. A ACAFE

reúne essas instituições em associação e a UNESCO é parte integrante deste grupo (VENERIO, 2012).

Assim, a definição do objeto de estudo parte da Lei Federal 12.881/2013. Sem caracterização pública e nem privada, as comunitárias são criadas a partir de fundações educacionais e a lei traz uma série de requisitos que devem ser encaminhados para que as mesmas possam assim ser caracterizadas. No caso de Criciúma, a Fundação Educacional de Criciúma (FUCRI) é mantenedora da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC) (VENERIO, 2012).

A base financeira das ações desenvolvidas pelas instituições comunitárias advém, em principal forma, das mensalidades dos acadêmicos, mas a necessidade de mais recursos, seja por meio da prestação de serviços de natureza privada ou de repasses públicos, leva a ações de relações governamentais. Isso garante a sustentabilidade econômico-financeira das instituições. Este tema é constante debate e base para problematização por parte dessas instituições na busca de condições para investimentos em infraestrutura, além de custeio (LOPES, 2019). A alma pública das universidades comunitárias e a necessidade de superávit para investimentos encontra apoio nas parcerias públicas e privadas.

Tal qual a UNESCO, há instituições comunitárias localizadas em todas as seis macrorregiões do estado de Santa Catarina – Sul, Serra, Grande Florianópolis, Norte, Vale do Itajaí e Oeste. Essas entidades, mantidas com recursos de mensalidades e prestação de serviços, como já destacado, também dependem da participação do Poder Público, fundos e entes privados para investimentos, que são realizados por meio de convênios para bolsas de estudos, obras ou serviços. No caso em questão, parte-se da análise de parcerias públicas a fim de busca de recursos públicos para manutenção das mesmas, seja no âmbito do ensino, da pesquisa ou da extensão.

Uma das principais fontes de receita das instituições comunitárias em Santa Catarina são as bolsas de estudo do Programa de Bolsas Universitárias de Santa Catarina (UNIEDU), que entre 2020 e 2021, aumentaram de valor total investido de R\$ 264,3 milhões para R\$ 467,2 milhões, um crescimento de 76% de um ano para outro. Essa quantia representa muito às instituições comunitárias, já que legalmente 90% é destinado a elas e 10% para as instituições privadas (CUREAU, 2022). O UNIEDU é o cumprimento da Constituição do Estado de Santa Catarina em seu Artigo 170, que diz que “o Estado prestará anualmente, na forma da lei complementar, assistência financeira aos alunos matriculados nas instituições de educação

superior legalmente habilitadas a funcionar no Estado de Santa Catarina” e traz outra série de situações (SANTA CATARINA, 1989).

A capacidade de a sociedade manter seu padrão de vida garantindo perenidade da capacidade para as futuras gerações é base fundamental para os estudos sobre sustentabilidade. O entendimento atual é resultado do documento *Our Common Future*, da Comissão do Meio Ambiente e Desenvolvimento da Organização das Nações Unidas, que também ficou conhecido como Relatório Brundtland, pois a comissão era presidida pela então primeira-ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland (BRUNDTLAND *et al.*, 1987).

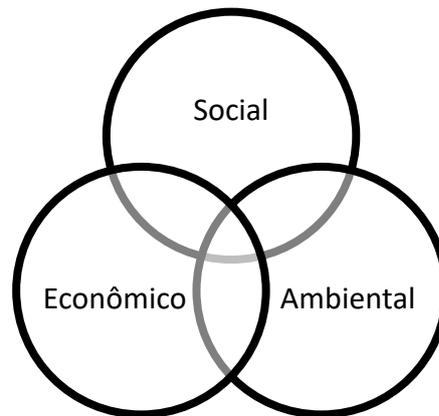
Garantir perenidade em organizações por meio de ações econômicas também é fundamental para o desenvolvimento social e ambiental (BORIM-DE-SOUZA, 2010). Desta forma, as organizações empresariais, em suas ações de garantia de sustentabilidade econômica, também participam igualmente do desenvolvimento da sociedade, sendo um ator social importante em um mundo globalizado e competitivo (DYLLICK; HOCKERTS, 2002).

A partir dessa análise, depreende-se três pilares e dimensões fundamentais para garantia do desenvolvimento sustentável: social, ambiental e econômico. A sistematização dessa definição encontra amparo em estudos que buscam a maximização de cada dimensão com equilíbrio e equidade nas relações, mas também aumentando, reduzindo ou extinguindo impactos positivos ou negativos na sociedade. Essa é a abordagem *triple-bottom-line* (JAMALI, 2006; ELKINGTON, 1999).

Neste âmbito, a organização não tem condições de recusar um dos três pilares, correndo sério risco de aniquilamento da mesma. A interface de relação entre as três dimensões ampara os estudos de sustentabilidade. As quais podemos identificar conforme a figura 1. O desenvolvimento sustentável encontra-se ao centro da figura, onde o equilíbrio entre as três dimensões é encontrado.

Estão entre os autores que tratam sobre sustentabilidade e que podem ser destacados: Brundtland *et al.* (1985), Borim-de-Souza (2010), Dyllick e Hockerts (2002), Azapagic (2003), Jamali (2006) e Elkington (1999).

Figura 1 - Triple-Bottom-Line



Fonte: Adaptado de Jamali (2006).

Enquanto universidades comunitárias, e neste estudo em específico, o pilar econômico é o foco no que se refere à sustentabilidade econômico-financeira dessas instituições. As ações desenvolvidas por elas buscam garantir a perenidade das mesmas para que sejam futuramente viáveis.

Em âmbito social e ambiental, as universidades comunitárias, por meio de ações de extensão, contribuem para garantir sustentabilidade. A provisão de serviços à comunidade por meio de acadêmicos e as ações ambientais internas fazem com que o ecossistema sustentável seja viabilizado. No aspecto econômico, a sustentabilidade só pode ser garantida com ações que gerem rentabilidade. Por sua característica não-estatal e não-privada, a universidade comunitária possui caráter único e com lucro reinvestido na própria instituição. A necessidade de garantir perenidade, leva a ações de busca de apoio governamental e também privado.

A partir desse aspecto, pode-se depreender três pontos principais de necessidades desses três atores ressaltados: (1) as instituições comunitárias necessitam de recursos públicos para garantir sustentabilidade econômico-financeira; (2) os parlamentares necessitam indicar emendas parlamentares individuais para projetos locais; (3) o governo do Estado necessita investir recursos financeiros para garantir o cumprimento do Artigo 170 da Constituição Estadual. Uma relação de interdependência e que leva diretamente à Teoria da Escolha Pública para basear a análise.

Diante desse contexto se propõe a seguinte questão de pesquisa: Como as relações governamentais das instituições universitárias se estabelecem como determinantes da escolha pública na destinação de recursos financeiros para garantia da sustentabilidade econômico-financeira?

A partir desta questão, o objetivo do presente estudo é compreender como está organizado – e se existe – setor de relações governamentais, bem como o modelo de trabalho que é desenvolvido por este setor – quando formalizado – ou pelos percebidos responsáveis pela função – quando não organizado –, a partir das respectivas esferas de interesse: (1) em âmbito local pela Universidade do Extremo Sul Catarinense e (2) enquanto grupo de interesse pela Associação Catarinense das Fundações Educacionais.

Nos aspectos metodológicos, utiliza-se abordagem qualitativa, com objetivo descritivo e exploratório, utilizando um estudo multicase na Universidade do Extremo Sul Catarinense e na Associação Catarinense das Fundações Educacionais. Se por um lado, a universidade como órgão local pode realizar ações de relações governamentais na busca de parcerias, o mesmo pode ser multiplicado por meio da associação. Para tanto, o estudo selecionou casos pontuais e busca, por meio deles, compreender o processo que levou à conquista do recurso financeiro e o impacto que ele causa na sustentabilidade econômico-financeira da(s) universidade(s) comunitária(s).

Na coleta de dados, a técnica utilizada será a de entrevistas semiestruturadas com responsáveis pelas relações governamentais na universidade e na associação e com agentes políticos, bem como a pesquisa documental com dados secundários colhidos a partir de notícias e reportagens sobre obtenção de recursos. Os dados secundários serão colhidos na própria página das instituições na internet e/ou em jornais e portais de notícias.

Com isso, poderá ser possível identificar situações da utilização de elementos das atividades de relações governamentais e a motivação dos atores políticos para indicação dessas instituições para recebimento de emendas. Ao mesmo tempo, a motivação do Governo do Estado para ampliar o valor destinado ao UNIEDU. Partindo dessas duas frentes, atinge-se, no presente estudo, os Poderes Executivo e Legislativo, elementos da República e presentes na Teoria Geral do Estado.

Ao compreender o processo de relações governamentais à luz da Teoria da Escolha Pública, o estudo também se caracteriza como interdisciplinar e alinhado ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da UNESC. A Teoria da Escolha Pública abrange áreas afins das ciências sociais aplicadas, tais como: Administração, Economia, Ciência Política e Direito.

1.2 OBJETIVOS

Como forma de estabelecimento de parâmetros, o objetivo geral estabelecido no presente estudo analisa as relações governamentais das instituições universitárias, UNESCO e ACAFE, e sua influência na escolha pública para a obtenção de recursos contributivos à sustentabilidade econômico-financeira. Assim, para que este objetivo seja alcançado, definem-se como objetivos específicos os seguintes:

- a) Aprofundar a Teoria da Escolha Pública como campo de estudo para compreensão de estratégias políticas;
- b) Compreender o funcionamento das emendas parlamentares como recurso disponível para investimentos por parte dos legisladores e como esse recurso se torna importante para criação de estratégias políticas e eleitorais;
- c) Compreender as estratégias políticas desenvolvida por ACAFE e UNESCO na busca de recursos para garantia da sustentabilidade econômico-financeira.

Assim, os objetivos traçados neste estudo irão ajudar na compreensão sobre as estratégias políticas adotadas pelas universidades comunitárias e o meio público. Neste aspecto, o meio público será representado pelo Governo do Estado e pela Câmara dos Deputados Federais.

1.3 JUSTIFICATIVA

Existindo desde os primórdios das relações humanas, a defesa de interesse faz parte intrínseca da natureza das pessoas. Neste contexto e com a evolução da democracia contemporânea nos países do ocidente a partir do século XX, os espaços de decisão se tornam campos de diálogo (LINDBLÖM, 1981). A formação de grupos de interesse tem capacidade de ampliação do alcance e da possibilidade de sucesso nas conquistas. Sendo assim, existe um incentivo a formação de grupos (AVIZÚ, 2007).

Ao mesmo tempo, há a compreensão, por meio da Teoria da Escolha Pública, que as decisões dos agentes públicos são tomadas a partir de seu interesse e também compreendendo seus ganhos enquanto indivíduo. Essas decisões passam diretamente, também, pela influência desenvolvida pelos grupos de interesse a fim da maximização dos recursos à disposição dos tomadores de decisão. Sendo esse recurso de origem pública, os custos marginais se tornam pequenos para o mesmo (BUCHANAN; TULLOCK, 1999).

O estudo de Angeli (2019) traz grande contribuição sobre o individualismo analisado por Buchanan em suas análises sobre a Teoria da Escolha Pública. O aprofundamento sobre o

individualismo e o *rent seeking* são base para tomada de decisão a partir desta teoria, o que também contribui para justificar o presente estudo.

As ações de relações governamentais podem ser percebidas na criação da Associação Catarinense das Fundações Educacionais (ACAFE), em 2 de maio de 1974, que possui atualmente em seu sistema 15 instituições de ensino superior, sendo 10 universidades e cinco centros universitários. A entidade é uma sociedade civil sem fins lucrativos e que congrega universidades mantidas por fundações educacionais. Dentre elas, está a Fundação Educacional de Criciúma (FUCRI), mantenedora da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC).

Como associação, foi fundamental sua luta para conquista da Lei 12.881 de 12 de novembro de 2013, onde foram instituídas juridicamente no Brasil como Universidades Comunitárias. Este trabalho junto à Câmara dos Deputados, Senado Federal e Presidência da República legitimou junto à classe política as universidades comunitárias e fez com que este grupo percebesse a importância que têm quanto estão unidos na busca por legislações e ações que garantam sua sustentabilidade.

Não sendo de caráter público e nem privado, as universidades comunitárias, agora devidamente conceituadas juridicamente por conta da Lei 12.881, precisam investir seu superávit em novas ações e não possuem recursos de impostos para alocar em caso de déficit. Sendo assim, a busca por parcerias se faz necessária, o que leva a uma estrutura de relações governamentais, com possibilidade de realização de *lobbying* e *advocacy*.

Com a estruturação deste serviço, individualmente ou em associação (grupo de interesse), as universidades comunitárias estão constantemente buscando apoio governamental, por meio de incentivos financeiros diretos (emendas) ou indiretos (financiamento de pesquisas e projetos de extensão). Sem isso, pode-se supor que não seria possível garantir a perenidade e a sustentabilidade econômico-financeira das universidades comunitárias sem a participação direta dos incentivos financeiros por parte do Poder Público.

O presente estudo, portanto, busca compreender a estruturação do serviço de relações governamentais na UNESC e também na ACAFE, a fim de analisar as conexões políticas existentes e a implicação na sustentabilidade econômico-financeira da universidade, tendo a Teoria da Escolha Pública e estudos sobre Relações Governamentais como base para as análises a serem desenvolvidas. Tais compreensões terão como sustentáculo entrevistas realizadas pelo autor com os responsáveis pela destinação de emendas parlamentares e também pelos responsáveis pelas ações de relações governamentais nas duas instituições, UNESC enquanto

instituição comunitária e ACAFE enquanto associação que reúne e atua como catalisador das ações desenvolvidas em cada uma dessas instituições.

Do ponto de vista bibliométrico, entre os anos de 1996 e 2015, a produção sobre Teoria da Escolha Pública no Brasil se desenvolveu basicamente a partir de artigos científicos, onde Rovaris, Cavichiolo e Dall’asta (2020) puderam constatar apenas 17 artigos por meio das palavras-chaves “Teoria das Escolhas Públicas”, “Escolha Pública”, “Escolhas Públicas” e “Buchanan”.

Ao analisar a base de dados Scielo com as mesmas palavras-chave entre os anos de 2016 e 2020 e sem refinamento da pesquisa, pode-se depreender o seguinte quadro para análise:

Quadro 1 – Pesquisa de Palavras-chave em base Scielo

Palavra-chave	Artigos localizados
Teoria das Escolhas Públicas	3 artigos (2017, 2019 e 2020)
Escolha Pública	91 artigos (2016 a 2020)
Escolhas Públicas	21 artigos (2016 a 2020)
Buchanan	2 artigos (2018 e 2019)

Fonte: Elaborado pelo autor (2022), com base nos dados de Rovaris, Cavichiolo e Dall’asta (2020).

Tal pesquisa bibliométrica complementar ao artigo de Rovaris, Cavichiolo e Dall’asta (2020) necessitaria de maior refinamento para compreender, principalmente no que envolve as palavras-chave “Escolha Pública” e “Escolhas Públicas” quais artigos que tratam sobre a Teoria da Escolha Pública ou quais simplesmente contem tal verbete em seu conteúdo. Também é possível ampliar essa pesquisa para os anos seguintes e também refinar os dados em quais artigos também tratam das falhas de mercado da teoria, bem como de relações governamentais e *lobbying*.

Além destes aspectos, o estudo corrobora avanço no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), na linha de pesquisa “Trabalho e Organizações”, pois analisa *stakeholders* a partir de interfaces de políticas públicas com vistas ao desenvolvimento socioeconômico. Também trata de interdisciplinaridade, pois a Teoria da Escolha Pública utiliza bases econômicas para análises sociais e, conseqüentemente, políticas.

Desta forma, busca-se compreender que os legisladores tem motivações pessoais, evidenciadas a partir da Teoria da Escolha Pública e compreendidas no momento em que decidem alocar recursos de emendas parlamentares em projetos específicos ou quando o Poder Executivo define ampliar e melhorar a disponibilidade de recursos para oferta de bolsas de

estudos nas instituições comunitárias. Ao mesmo tempo, também é implicação necessária a compreensão do trabalho desenvolvido pelas instituições comunitárias e, no caso deste estudo, a UNESCO.

1.4 ESTRUTURA DO ESTUDO

O trabalho em questão está dividido em cinco capítulos. O primeiro trata de aspectos introdutórios sobre o tema, bem como a estruturação dos objetivos e a problemática. O segundo capítulo apresenta a fundamentação teórica que traz sustentação ao desenvolvimento da pesquisa, apresentando a Teoria da Escolha Pública, aspectos sobre as relações governamentais, abrangendo as possibilidades de atuação enquanto *advocacy* e enquanto *lobbying*. Nesta seção também são apresentadas estruturas do Estado brasileiro e informações sobre o orçamento da União no que tange à possibilidade de emendas parlamentares.

Neste mesmo segundo capítulo também são apresentados estudos sobre sustentabilidade econômico-financeira e a caracterização das instituições comunitárias de ensino em Santa Catarina, mais especificamente a ACAFE enquanto entidade representante das universidades comunitárias de Santa Catarina, e da UNESCO, enquanto instituição comunitária do sul catarinense.

Os procedimentos metodológicos adotados estão no terceiro capítulo, bem como a escolha do objeto e o procedimento para coleta de dados por parte do autor. Na mesma seção são apresentadas as categorias de análise que nortearam as entrevistas semiestruturadas realizadas pelo autor.

O quarto capítulo traz as análises e apresentações dos resultados obtidos, buscando categorizar as respostas a fim de facilitar a compreensão por parte do leitor. A pesquisa traz as estratégias políticas adotadas, bem como análise da metodologia desenvolvida pelo setor de relações governamentais da ACAFE a fim de abordar os agentes políticos. Nesta seção, bem como no terceiro capítulo, a análise é feita a partir de cada campo pesquisa: o desenvolvimento do trabalho de relações governamentais durante o aumento do UNIEDU; e a provisão de recursos por meio de emendas parlamentares.

Por fim, o quinto capítulo traz considerações finais, abrangendo também limitações da pesquisa e proposições de estudos futuros. Os roteiros das entrevistas, bem como a transcrição de todas as entrevistas realizadas estão disponíveis nos apêndices.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para que seja contextualizado o tema da Teoria da Escolha Pública e os conceitos envolvendo as relações governamentais, essa seção busca apresentá-las bem como relacionar com o objeto de estudo. A partir da tabela abaixo, é possível compreender a corrente teórica norteadora da pesquisa e o campo de estudo das relações governamentais com seus principais autores, bem como as bases para análise da sustentabilidade econômico-financeira.

Quadro 2 – Correntes Teóricas

Autores	Linha de Pesquisa
Arrow (1963), Buchanan (1984), Buchanan e Tullock (1999), Elster (1986), Buchanan (1980), Downs (1957), McLean (1987), Mueller (1989), Tullock (2001), Butler (2015), Gianturco (2017).	Teoria da Escolha Pública e <i>Rent Seeking</i>
Lodi (1982; 1986), Basso (1983), Clamen (2005), Farhat (2007), Figueiredo (2012), Goldstein (1999), Leys (2004), Mancuso e Gozetto (2011), Santos (2007; 2012), Bonavides (2008; 2010), Avelar e Cintra (2015), Wiegierinck (2015) e Maluf (2019).	Relações Governamentais, Grupos de Interesse e Teoria Geral de Estado
Brundtland <i>et al.</i> (1985), Borim-de-Souza (2010), Dyllick e Hockerts (2002), Azapagic (2003), Jamali (2006) e Elkington (1999).	Sustentabilidade Econômica

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

2.1 TEORIA DA ESCOLHA PÚBLICA

É sobre decisões que se trata a Teoria da Escolha Pública, formatada na segunda metade do Século XX e que leva em consideração as disposições básicas da Economia para a compreensão do processo decisório do setor público e, mais especificamente, da política. Essas decisões são tomadas por indivíduos, com suas paixões e interesses próprios. Por esse motivo, impossível enquadrar a teoria em ciência exata (BUTLER, 2015).

A escolha pública considera custos e benefícios, marginais e de oportunidade, tanto quanto as decisões econômicas. Se no campo econômico, o custo marginal e de oportunidade são fundamentais no processo decisório, haja vista que as perdas são individuais, no campo público eles são quase que desconsiderados. Neste âmbito, a decisão tomada e aplicada por coerção estatal exercida não acarreta em custos marginais e de oportunidades ao tomador de decisão. Por esse motivo, a tomada de decisão é simplesmente uma decisão individual

(GIANTURCO, 2017).

Este campo de estudo foi fundamental para elaboração de estudos sobre a natureza da exploração de grupos eleitorais que rendeu o Prêmio Nobel de Economia de 1986 a James McGill Buchanan Jr, precursor da Teoria da Escolha Pública como campo específico de estudo interdisciplinar, por abranger Economia, Administração, Ciência Política e Direito. Isso também justifica a interdisciplinaridade desta pesquisa, alinhada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da UNESCO. Buchanan tem em sua base, na Teoria da Escolha Pública, o individualismo, analisado a partir de um conceito teórico e científico e não popular e político-partidário. Três dos principais teóricos do individualismo em matizes econômicas e sociais são Adam Smith, John Stuart Mill e Ayn Rand.

Para o primeiro, ainda durante o século XVIII, deve-se haver uma maximização do auto interesse para conquista de uma definição racional no modo de agir de uma sociedade. Com a potencialização da utilidade de cada indivíduo, a comunidade seria encaminhada a um bem-estar coletivo. O individualismo, para Adam Smith, é o máximo da realização pessoal a partir de seus próprios esforços, sendo esse máximo relativo para cada cidadão, mas causando um sentimento de bem-estar mútuo (SMITH, 1996).

No século seguinte, Mill evolui a compreensão sobre individualismo partindo de um pressuposto utilitarista, ou seja, como consequência de ações. A restrição de liberdade do indivíduo em busca de seu bem-estar social só era permitida a partir dele mesmo. Tal termo ficou conhecido como “princípio do dano alheio”, ou seja, somente o próprio indivíduo pode prejudicar a si mesmo ou colocar em risco a liberdade. Não existe imoralidade na realização de um dano a si mesmo, desde que esse dano não interfira na vida e no bem-estar de outro cidadão (MILL, 2000).

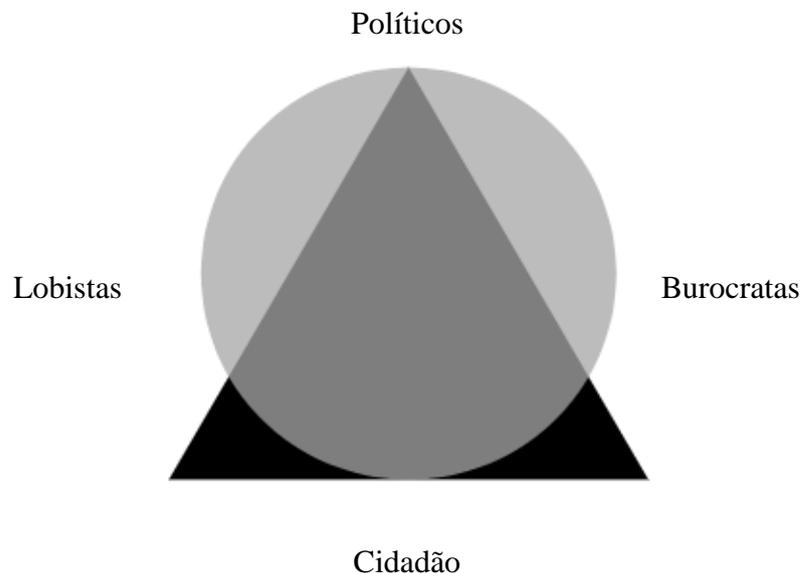
Já no Século XX, Ayn Rand cunha o entendimento mais próximo da Teoria da Escolha Pública sobre individualismo, evoluindo os teóricos anteriores. Para ela, o individualismo está intimamente ligado a uma ideia de “anticoletivismo”. A moralidade existente em ações altruístas é a base dos estudos de Rand, principalmente no romance político “A Revolta de Atlas”. Na concepção de individualismo de Rand, o indivíduo precisa ter controle de sua própria busca por ser feliz e é essa busca que coloca sentido em suas ações perante o outro, o que também foi chamado de “egoísmo racional” (RAND, 1991; RAND 2010).

Essa noção de individualismo, forja a Teoria da Escolha Pública e busca compreender o cenário a partir do conceito de que o agente político tomador de decisão tem vontades e interesses individuais muito além da benevolência coletiva – e, neste aspecto, essencial

compreender que agente político não é somente o tradicional cidadão eleito em pleito direto, mas todos aqueles que ocupam um espaço de tomada de decisão pública, podendo ser os burocratas ou aqueles definidos como tal (BUCHANAN, 1987).

Segundo Gianturco (2017, p. 45-46), a estrutura de sociedade traz na Teoria da Escolha Pública uma análise piramidal e comportamental de quatro categorias de cidadãos: políticos, lobistas, burocratas e votantes. Esta é a primeira vez, neste capítulo, em que surgem os lobistas – profissionais de relações governamentais – como atores teóricos. Essas quatro categorias estão organizadas, segundo Figura 1, e relacionam-se entre si de forma circular, mas não necessariamente com o mesmo poder e, por isso, estão em modelo piramidal.

Figura 2 - O Circ-ângulo da Public Choice



Fonte: Adaptado de Gianturco (2017).

Conforme já mencionado brevemente, entende-se lobista como o profissional de relações governamentais que atua para grupo de interesse e não a visão popular de lobista como um agente de tráfico de influência e corrupção. Nesta pesquisa, tratar-se-á o lobista na concepção real da função, como profissão, assim como poderemos ver nas seções a seguir.

Para Mueller (1989), o conceito de individualismo metodológico é introduzido na Teoria da Escolha Pública a partir de estudos que demonstram que o viés econômico é que conduz o indivíduo. O ponto central do debate da escolha pública está no individualismo e na busca por satisfação individual em tomada de decisão pública. Sendo assim, a análise independe de vontade altruísta ou benevolente do tomador de decisão, ela leva em consideração que cada indivíduo tem seu interesse particular e sua razão própria (BUCHANAN; TULLOCK, 1999).

Economicamente, existem passivos nas negociações políticas e só se consegue chegar a um acordo entre partes quando esses passivos são menores que os ativos a todos, independentemente de qual é o passivo para outro. Ativos, neste âmbito, são os benefícios marginais e de oportunidade. Quando o passivo é satisfatório aos benefícios que o ator terá no processo, a decisão acontece (PEREIRA, 2017).

Downs (1957), um dos precursores no estudo sobre escolha pública, trata o interesse público como meio na busca por poder. Desta forma, ratificando o já destacado, o principal objetivo do tomador de decisão está no individualismo. Por isso, existe uma ligação direta entre governos intervencionistas e favorecimento de grupos de interesse. O autor considera existir uma ignorância racional por parte dos cidadãos-eleitores. Os grupos de interesse surgem, bem como suas práticas, a partir da apatia do cidadão-eleitor na fiscalização e acompanhamento das ações dos políticos.

Na democracia representativa isso acontece, seja pelas disfunções percebidas na democracia ou pelo distanciamento existente em repúblicas como a brasileira, onde há concentração de impostos no orçamento federal em detrimento aos orçamentos estaduais e municipais. Assim, são comuns as viagens de prefeitos e governadores à Brasília na busca de novos recursos para investimentos. E se tornam essenciais para municípios e estados os repasses oriundos de ferramentas de descentralização orçamentária, como as emendas parlamentares, que serão elucidadas mais à frente.

Em uma análise metonímica, governo nada mais é do que a soma de indivíduos, ou seja, um agente abstrato utilizado para identificar esse conjunto de indivíduos com suas próprias vontades e seus próprios interesses. Em fria colaboração, a “pessoa governo” não existe, é uma alegoria coletiva (BUCHANAN; TULLOCK, 1999).

Dentre os principais elementos da Teoria da Escolha Pública e que demonstram uma falha de mercado envolvendo a teoria estão o *rent seeking* e o *logrolling*, duas ações desempenhadas por políticos, lobistas e burocratas e que evidenciam a teoria. Passa-se assim, a explicar os dois elementos também à luz dos grupos de interesse e do *lobbying*.

No *rent seeking*, termo cunhado por Tullock (2001), existe uma chamada “caça a renda” – tradução literal à Língua Portuguesa – por parte dos grupos de interesse. A partir de estudos, os grupos de interesse buscam maximizar ganhos econômicos obtendo privilégios especiais. Um desses privilégios pode ser, por meio de legislação, a monopolização de um setor ou a reserva de um mercado.

A busca pela realização de *rent seeking* traz sensação de conquista, mesmo que

socialmente – e a Teoria da Escolha Pública rejeita a ideia de decisões sociais. No *rent seeking* a soma será menor que zero na tomada de decisão, já que se um agente tem ativos na negociação, não somente um agente, necessariamente, terá passivos com essa decisão tomada. Por esse motivo, a prática de *rent seeking* individual ou em associação é tão popular, haja vista o sentimento de que se um não fizer, outro grupo o fará (GIANTURCO, 2017).

Em uma justaposição livre à Teoria da Agência, podemos inferir que o *rent seeking* em âmbito da Teoria da Escolha Pública seja um custo de agência para o grupo de interesse, haja vista que a necessidade de realização de *lobbying* para conquistar a renda despende um recurso da firma na garantia de simetria informacional e conquista de mercado (JENSEN; MECKLING, 2008).

Por outro lado, a realização de *rent seeking* é considerada mais branda e facilitada por parte dos grupos de interesse, principalmente em países com forte tendência intervencionista. O livre mercado dificultado e a concorrência ampliada, levam o grupo a perceber que ao realizar *rent seeking* estará facilitando sua inserção no mercado e busca por aumento nos lucros (TULLOCK, 2001).

O outro elemento da Teoria da Escolha Pública a explicar é o *logrolling*, o acordo envolvendo a decisão política na qual um ator político concorda em apoiar um projeto – mesmo sem estar convencido de que deveria ser favorável a ele – em detrimento ao outro ator político apoiar um projeto seu. Uma espécie de troca de posições para um resultado de “ganha-ganha”. Ele pode acontecer de forma explícita ou implícita. Em nenhuma das duas formas ele é considerado ilegal se permanecer somente no campo dos acordos verbais e morais, mas a compreensão do cidadão-eleitor pode ser de imoralidade ou moralidade dependendo da forma de publicidade da realização do *logrolling* (BUTLER, 2015).

O *logrolling* é uma prática comum no processo democrático e está inerente ao contexto da democracia representativa, ainda mais em países, como o Brasil, onde existe presidencialismo de coalizão com muitos partidos – 33 agremiações políticas na data atual –, onde a negociação é um processo constante para obtenção de votos no parlamento, aumentando em nações onde o parlamento é bicameral, ou seja, possuem duas Casas legislativas. Em nosso caso brasileiro: Senado Federal e Câmara dos Deputados. Essas duas práticas (*rent seeking* e *logrolling*) são falhas de mercado que evidenciam a teoria que, embora recente, passa por uma evolução de análises e produções científicas.

Como se pode perceber, a Teoria da Escolha Pública se assenta em bases econômicas para determinar decisões públicas, bem como assenta seus estudos no individualismo. Nesta

compreensão teórica, o “interesse público” – assim colocado, entre aspas – é uma ficção e o foco das ações desenvolvidas por políticos, lobistas, burocratas e cidadãos-eleitores é o interesse pessoal.

2.2 TEORIA DO ESTADO E EMENDAS AO ORÇAMENTO DA UNIÃO

Nesta pesquisa, buscando compreender as estratégias políticas adotadas pelas instituições comunitárias de ensino superior para garantia de sustentabilidade econômico-financeira, é importante compreender o processo de tomada de decisão na alocação de recursos, bem como a percepção dos agentes políticos sobre o trabalho desenvolvido por essas instituições. A garantia da sustentabilidade é feita a partir dos recursos destinados as organizações de caráter comunitário.

Os recursos públicos são oriundos de tributos destinados a um dos três entes federados – União, Estados ou Municípios. Quando oriundos da União, podem ter sua procedência em emendas parlamentares ao orçamento, como é possível ver na seção a seguir. Por conta disso, é fundamental a conceituação geral sobre Estado e sobre o modelo de distribuição de recursos atualmente em vigor no Brasil.

Em conceituação, Estado possui natureza jurídica de organização. Por isso, existe grande diferença entre Nação e Estado, já que a primeira tem caráter sociológico e sentimental. Os elementos do Estado surgem a partir da sistematização da ideia de nação, por isso a Nação precede a existência de um Estado. São, portanto, três os elementos de um Estado: População, Território e Governo Soberano (MALUF, 2019).

Povo é a identificação dos indivíduos enquanto Nação. O território é a delimitação física do Estado, o âmbito geográfico onde será aplicada a ordem jurídica estabelecida pelo Estado. O Governo Soberano é um conceito abstrato, diferente dos anteriores, porque está na cultura do Estado. A manutenção da ordem jurídica e a administração pública são garantidas por meio de um Governo Soberano, que pode ser organizado de diversas formas para encaminhamentos administrativos deste Estado. Desta forma, um Estado conceituado possui uma população homogênea, um território certo e pactuado, além de um governo soberano (MALUF, 2019; BONAVIDES, 2010).

Os regimes de governo estão diretamente ligados à justificação do Estado, ou seja, da sua forma de se constituir enquanto sociedade. Os dois principais regimes de governo são a

democracia e a autocracia. A democracia equilibra a força do povo e do governo, de forma simétrica. Na democracia, os cidadãos participam da tomada, seja de forma direta ou por representantes, na busca da paz do Estado (MALUF, 2019).

Dentre as formas de governo está a Monarquia, com centralidade autoritária e vitalícia na chefia do Estado, e a República, instituída no Brasil desde 15 de novembro de 1889, e governo central dividido em três poderes, os mesmos três poderes que foram consolidados a partir dos estudos do filósofo e escritor francês Montesquieu (1996) no século XVIII, em sua obra “Do Espírito das Leis”. O autor dividiu o Estado em três esferas de competências: Executivo, Legislativo e Judiciário.

As repúblicas atuais consolidaram os estudos de Montesquieu e as Constituições Federais confirmam a divisão, completando que cada uma das esferas possui a mesma quantidade de responsabilidades quanto aos rumos da república. De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil, aprovada e promulgada em 1988, em seu artigo 2º: “São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário”.

No Brasil, de acordo com a mesma Constituição Federal de 1988, o Poder Executivo é representado pela Presidência da República e pelos ministros de Estado, que, cada um em sua pasta, representa a Presidência da República na tomada de decisão. Como há, neste caso, além da chefia de Governo também a chefia de Estado, cabe ao presidente representar o país na política externa, bem como declarar guerra e fazer tratados de paz (WIEGERINCK, 2015).

Ao Poder Judiciário, cabe a responsabilidade de dirimir conflitos, sendo também um espaço político, pois suas ações transcendem os limites da justiça. Tal possibilidade é alvo de constantes debates, pois pode causar certa instabilidade entre os poderes constituídos. Outra característica que transforma o Judiciário brasileiro em espaço de debate político é a possibilidade de o presidente do Supremo Tribunal Federal, a mais alta corte do país, assumir a cadeira de presidente da República por ausência ou morte dos seguintes detentores de mandato eletivo com precedência, respectivamente: vice-presidente, presidente da Câmara dos Deputados Federais e presidente do Senado Federal (AVELAR; CINTRA, 2015).

O terceiro Poder da República é o Poder Legislativo, que conta com a função de elaborar e aprovar leis que serão remetidas ao chefe do Poder Executivo para que sancione. Em casos de propostas de alteração constitucional (emendas constitucionais), o próprio Poder Legislativo promulga para que possam entrar em vigor. No Brasil, o Poder Legislativo é bicameral, sendo constituído pelo Senado Federal, com 81 senadores, e pela Câmara dos Deputados, com 513

deputados federais. Juntas, essas duas Casas Legislativas são chamadas de Congresso Nacional (AVELAR; CINTRA, 2015). Outra função dos legisladores é fiscalizar as ações do presidente da República, sugerindo direcionamento para aplicação de recursos e analisando e deliberando sobre as contas governamentais (AVELAR; CINTRA, 2015).

Esse direcionamento para aplicação de recursos se dá por meio de emendas parlamentares ao orçamento da União. Recursos entre esferas de governo que garantem recursos federais de forma descentralizada aos entes federados – estados e municípios. São dois os principais tipos de emendas parlamentares – individuais e coletivas – e elas são colocadas no orçamento da União enquanto tramita no Congresso Nacional, tendo inclusive um manual elaborado pelos técnicos do Congresso Nacional para auxiliar os parlamentares nessas indicações, sistematizando os processos (BRASIL, 2021).

As emendas coletivas acontecem enquanto bancada estadual e os parlamentares de cada unidade da federação possuem um valor anual para encaminhar a obras estruturantes de seus estados. Em 2021, o valor destinado a cada unidade foi R\$ 241.460.468,00. Da mesma forma, mas individualmente, cada parlamentar – deputado ou senador – possui o direito de indicar ao orçamento anual da União também recursos para serem destinados a estados e municípios. Em 2021, este valor foi de R\$ 16.279.988,00. Metade deste recurso (R\$ 8.139.994,00) deve obrigatoriamente ser indicado para ações e serviços públicos de saúde (BRASIL, 2021).

Ao longo do ano, o Executivo faz os desembolsos a medida em que a arrecadação garante a possibilidade de pagamento. O desembolso não tem data exata para ser realizado e em muitos casos torna-se instrumento para garantia de apoio e base parlamentar na relação entre Executivo e Legislativo. Por esse motivo, as emendas parlamentares são consideradas um meio de descentralização de recursos federais bastante controverso (SODRÉ; ALVES, 2010).

A possibilidade de os 594 congressistas indicarem a aplicação de recursos do orçamento da União faz com que sua força legislativa vá além das responsabilidades projetadas por Montesquieu de legislar, fiscalizar e representar. Assim, o Congresso Nacional também atua como parte integrante da ação executiva do Estado, despertando o interesse dos atores sociais, que passam a ver os legisladores também como aplicadores de recursos e tomadores de decisão, ou seja, alvos de *rent seeking* e de ações de relações governamentais.

Neste estudo, analisa-se dois parlamentares que indicaram recursos para a UNESCO dentre suas emendas parlamentares, os deputados Geovânia de Sá e Ricardo Guidi. Os dois parlamentares tem suas bases eleitorais o mesmo município-sede da UNESCO. Para que a indicação pudesse ser feita, os legisladores tomaram a decisão (escolha pública) embasados em

informações e pedidos encaminhados pela própria instituição. Este processo de decisão e de convencimento por parte da instituição é baseado em ações de relações governamentais, como foco para atividades de *lobbying* e de *advocacy*.

2.3 RELAÇÕES GOVERNAMENTAIS: *LOBBYING* E *ADVOCACY*

A diminuição da assimetria de informação para o agente público ou tomador de decisão é a principal missão das relações governamentais, que popularmente é conhecida como *lobby* ou atividade de *lobbying*. Antes do aprofundamento do tema, cabe diferenciar a atividade de *lobbying* da atividade de *advocacy*, mesmo compreendendo que as duas estão inteiramente ligadas e são atividades inerentes às relações governamentais.

As relações governamentais compreendem as ferramentas utilizadas na realização do trabalho de defesa de interesses. Atividades que vão desde a identificação de *stakeholders* até a ação em si para auxiliar na formulação de política pública diminuindo a assimetria de informações. O objetivo das relações governamentais compreende um trabalho essencialmente administrativo e orientado por princípios éticos e pautado na legalidade (PATRI, 2011).

As ações podem ser consideradas diretas ou indiretas. Quando realizadas de forma indireta, elas são ações de *advocacy*. É o ato de terceiros na concepção de atividades que buscam demonstrar um desejo da sociedade no encaminhamento da referida pauta a partir do interesse do interlocutor. Algumas formas de realização de *advocacy* são a pressão popular em anúncios em periódicos, mobilização em internet e mídias sociais, marchas populares, mobilizações populares, campanhas populares, entre outros (PATRI, 2011).

Este termo cunhado – *advocacy* – refere-se diretamente ao conjunto sistemático de esforços desenvolvidos pelos atores – *stakeholders* – na busca do atingimento de metas. É essencial, portanto, considerar o *advocacy* um aspecto natural da política. Fazer *advocacy* é fazer política, na raiz da concepção grega da palavra. Fazer *advocacy* é agir por proteção ambiental, por questões de saúde, trabalhistas, pela defesa da democracia, direitos dos empreendedores e dos empregados (PRAKASH; GUGERTY, 2010).

O *lobbying* e o *advocacy*, portanto, fazem parte do conjunto de ações que correspondem aos estudos sobre Teoria da Escolha Pública, porque estão diretamente ligados à influência exercida sobre um tomador de decisão público. Este tomador é influenciado por diversos fatores externos e internos e essas duas formas de realizar relações governamentais – *lobbying* e

advocacy – são duas das principais maneiras de influenciar o agente político e/ou tomador de decisão pública.

Uma das ações de *advocacy* mais bem sucedidas do mundo foi realizada em 1996, quando foi criada a “Campanha Nacional Pelo Direito do Povo à Informação”, na Índia. O objetivo era facilitar o acesso à informação por parte da população. A campanha contou com a participação de servidores públicos, jornalistas, advogados e ativistas. A mobilização estimulou a criação de duas leis de acesso à informação, uma em 2002 e outra em 2005, mais completa (BUCKLEY, 2010).

No Brasil, pode-se destacar a mobilização para coleta de assinaturas para protocolo da lei de iniciativa popular da “ficha limpa”. A campanha, realizada por diversas entidades de mobilização política e popular coletou as assinaturas necessárias e mobilizou a sociedade em busca de uma lei que impedisse a candidatura de cidadãos condenados em crimes específicos. O projeto de lei, justamente por conta da mobilização popular e das estratégias de *advocacy* utilizadas, tramitou de maneira urgente no Congresso Nacional e foi aprovado, logo entrando em vigor, até hoje responsável por movimentar os processos eleitorais.

As estratégias de *advocacy* são, por muitas vezes, mais recorrentes do que as de *lobbying*, justamente por conta do custo envolvido e da maior necessidade de *networking* para que o *lobbying* seja efetivo. As práticas, portanto, diferem-se, mesmo que complementares. Se o *advocacy* é a ação de relações governamentais de forma indireta, o *lobbying* é a atuação direta por parte do ator para com o tomador de decisão. Neste estudo, as ações desenvolvidas são mais voltadas ao *lobbying* que ao *advocacy*, mesmo compreendendo-se que as estratégias de *advocacy* são importantes para que o tomador de decisão tenha compreensão da dimensão e do impacto desta (MAFRA, 2014).

Em uma tradução literal, *lobby* é a antessala e tem como principal origem os espaços de recepção dos hotéis de Washington, Capital dos Estados Unidos da América, onde aqueles que tinham interesse em apresentar demandas aos senadores e deputados norte-americanos aguardavam para poder apresentar. Também se refere à antessala da Câmara dos Comuns, no Parlamento Inglês, que também tinha essa característica. Aqueles que traziam suas pautas aos representantes às apresentavam em um *lobby*, realizando *lobbying* (FARHAT, 2007).

Os primeiros estudos sobre grupos de interesse para defesas de pautas datam do primeiro terço do século XX, mesmo que a atividade de *lobbying* exista enquanto prática desde os primórdios da humanidade, porque está relacionada diretamente com a coexistência de vida humana e os relacionamentos entre os seres da espécie na busca pela sobrevivência. O objetivo

desses estudos é compreender a influência de grupos de representação no processo que antecedia a tomada de decisão por parte de congressistas (HERRING, 1929).

No Brasil, a atividade foi incorporada ao dia-a-dia parlamentar, mais fortemente a nível federal por conta da concentração de competências legislativas federais, mas acabou que a sentença inglesa tomou proporção similar aos atos ilícitos de tráfico de influência e corrupção ativa ou passiva, também pela falta de regulamentação da lícita prática. Sendo assim, os profissionais que atuam na área preferem adotar como principal sentença relações governamentais, ou profissional de relações governamentais, que antecede a atividade de *lobbying*.

Principal autor brasileiro sobre o tema, Farhat (2007, p. 51) define como *lobby* “toda atividade organizada, exercida dentro da lei e da ética, por um grupo de interesses definidos e legítimos, com o objetivo de ser ouvido pelo poder público para informa-lo e dele obter determinadas medidas, decisões, atitudes”. Tal definição encontra amparo principalmente na legalidade das ações a serem desenvolvidas.

Atualmente, a matéria mais avançada a fim de regulamentar a atividade no Brasil é o Projeto de Lei nº 1.202, de 2007, de autoria do deputado federal Carlos Zarattini. O projeto foi aprovado ao fim de 2022 na Câmara dos Deputados e foi encaminhada para análise do Senado Federal para nova deliberação, ainda (fevereiro de 2023) sem deliberação. No entanto, a expectativa é de nova aprovação, mesmo que não haja prazo para análise e deliberação dos senadores. (BRASIL, 2007).

Após aprovação nas duas Casas Legislativas, o projeto segue para sanção do Presidente da República que poderá sancionar ou vetar integralmente ou em partes o projeto. Caso haja sanção, o projeto será regulamentado e os profissionais de relações governamentais poderão atuar com mais liberdade e mais certeza de que a atividade estará amparada na legalidade.

Há possibilidade de qualquer cidadão individualmente praticar a atividade de *lobbying* sem nem mesmo compreender que o está praticando, assim como *advocacy*. Isso acontece porque o *lobby* é a defesa do interesse individual ou coletiva perante um tomador de decisão. No entanto, elas têm melhor performance quando realizadas em grupos de interesse, perpassando ao tomador de decisão o sentimento de opinião coletiva. Neste aspecto, as atividades de *lobbying* e *advocacy* permeiam e entrelaçam ações (MANCUSO; GOZETTO, 2011).

Sendo assim, depreende-se que o maior aparato de defesa de interesses está intimamente condicionado à força que o grupo desempenha, tanto política quanto economicamente perante

o tomador de decisão. Mesmo assim, existe imensa dificuldade de compreender se uma decisão política foi fruto de *lobbying* ou não, ao passo que a não regulamentação e a falta de compreensão sobre o tema por parte da população leva o tomador de decisão a não externar sobre o assunto para que não seja prejudicado em suas articulações e encaminhamentos políticos sobre temas ligados diretamente ao tratado ou não (SANTOS *et al.*, 2017).

O trabalho de *lobbying* tem como principal objetivo a informação do tomador de decisão sobre algo. Essa função muitas vezes é percebida como um procedimento de defesa por parte de algum órgão. Isso é uma disfunção das relações governamentais no Brasil. É o que Avizù (2007) faz questão de diferenciar quando trata entre *lobbying* defensivo e *lobbying* preventivo. Essa diferenciação se faz fundamental a fim de que o trabalho seja melhor percebido e recebido até mesmo pela população e que, assim, ela compreenda que o *lobbying* bem realizado em nada se assemelha a uma contravenção.

As relações governamentais – *lobbying* e *advocacy* – são ações que cooperam para a política, trazendo luz a temas muitas vezes complexos e que o tomador de decisão não tem a obrigação de ser especialista. Por outro lado, ao analisar as ações de *lobbying*, não se pode descartar os potenciais prejudicados pelas decisões tomadas (LAPALOMBARA, 1982). Neste aspecto a Teoria da Escolha Pública auxilia, a fim de compreender o individualismo dessa tomada de decisão do ator.

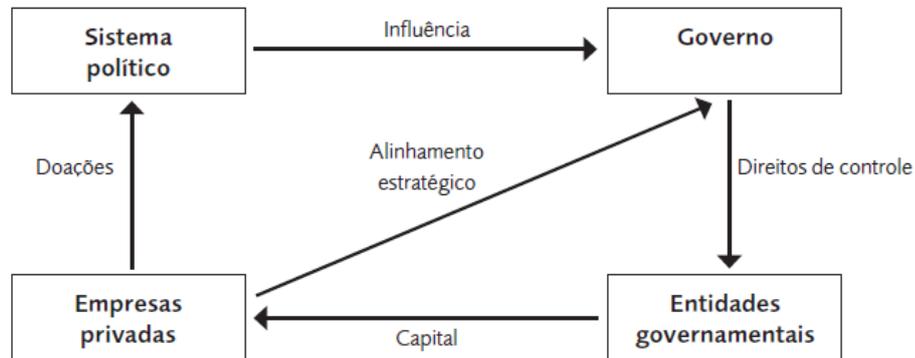
Quando bem e legalmente desenvolvido, o *lobbying* contribui para diminuição dos riscos e das falhas da democracia, trazendo ao tomador de decisão o máximo de vertentes de um mesmo tema e diminuindo também a assimetria informacional. Quando existe maior possibilidade de debate e aprofundamento de temas, contando com mais opiniões, a sociedade compreende a decisão com mais assertividade (MANCUSO; GOZETTO, 2011).

Em uma análise econômica, os grupos de interesse levam em consideração a visão de que se os benefícios estão concentrados, os custos se tornam difusos, ou seja, dividem-se em muitas partes para que a “sociedade” – entre aspas para lembrar do conceito metonímico já destacado – não se sinta afetada. E o trabalho de relações governamentais busca auxiliar na diminuição dos riscos existentes em ligações potencialmente perigosas para a corrupção entre atores públicos e privados.

Lazzarini (2011, p. 55), ao expor essas ligações, apresenta (Figura 2) a relação entre governo, entidades governamentais, empresas privadas e sistema político. A partir da influência circular entre os quatro entes da figura, existe um alinhamento estratégico entre empresas e

governo que se torna um risco para a sociedade. É esse risco que a ação de relações governamentais busca diminuir em sua atuação, quando legal e ordenada.

Figura 3 - Ligações entre público e privado



Fonte: Lazzarini (2011).

Lodi (1986) estrutura quatro tipos de atuações em *lobbying*: (1) *lobbying* público; (2) executivos em relações governamentais em espaços de interesse individual; (3) entidade classista; (4) empresas especializadas.

O *lobbying* público acontece a partir da ação de uma entidade pública sobre a outra. Em um âmbito federal, acontece, por exemplo, quando os ministérios atuam junto ao Congresso Nacional na formulação da Lei Orçamentária Anual.

O modelo de *lobbying* público pode ser representado, neste estudo, quando a UNESCO, sendo mantida por uma fundação pública municipal, atua junto ao Município, Estado e União a fim de buscar recursos para investimentos ou bolsas de estudo junto a parlamentares e/ou membros do Executivo. Esses recursos podem vir como investimento direto, indireto ou em forma de emenda parlamentar ao orçamento federal, estadual ou municipal.

Os executivos de relações governamentais em espaços de interesse individual atuam junto a empresas – normalmente grandes corporações – que buscam espaço de mercado por meio de legislações. Ao mesmo tempo, atuam no acompanhamento da agenda legislativa levando aos parlamentares e aos membros do Poder Executivo nova compreensão sobre os temas em debate. Esta atuação também pode ser desenvolvida por meio de entidade que reúna esse interesse corporativo.

Para Lodi (1986), este terceiro grupo, de entidade classista, está diretamente ligado ao modelo de relações governamentais praticado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) e pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP). Por ser uma das entidades mais antigas do Brasil na defesa de interesses, a CNI constituiu um grupo de profissionais que

atua fortemente na defesa de interesses e na agenda legislativa e não podem ser confundidos com o segundo grupo, porque o interesse industrial se sobrepõe ao interesse de subdivisões existentes dentro do setor. O mesmo acontece com o DIAP, que tem uma representação macro dos interesses sindicais.

Por fim, o quarto tipo de atuação diz respeito às empresas especializadas, um ramo de atuação em crescente no Brasil. Organizados por meio de instituições como a Associação Brasileira de Relações Institucionais e Governamentais (ABRIG), esses escritórios prestam serviço para entidades, empresas e pessoas em defesa de interesse junto ao Legislativo, ao Executivo e também na preparação dos profissionais, com acompanhamento legislativo, por exemplo.

Em Santa Catarina, profissionais que atuam nas quatro tipologias organizam-se por meio da Associação Catarinense de Relações Institucionais e Governamentais (ACRIG), fundada em 2014. Quando se atua enquanto grupo de interesse, a ação desenvolvida busca desenvolver ao agente público – político ou burocrata – o conhecimento necessário para que seus custos marginais e de oportunidade sejam diminuídos e/ou transformados em benefícios marginais ou de oportunidade.

Esses grupos de interesse, figurativamente podem se assemelhar ao comumente conhecido “interesse público”, mas em seu âmago possuem diferenças. Como já tratado em Teoria da Escolha Pública, o próprio Governo é uma figura abstrata formada de indivíduos com interesse próprio em busca de satisfação e poder. Sendo assim, o “interesse público” não pode ser refletido no individualismo do tomador de decisão (GIANTURCO, 2017).

Desta forma, é possível ratificar que em estratégias de relações governamentais a fim de praticar *rent seeking* e influenciar a escolha pública de parlamentares para indicação de emendas ao orçamento da União ou busca de mudanças legislativas e de políticas públicas pode utilizar as ferramentas do *lobbying* e *advocacy*, que podem assim ser diferenciadas:

Quadro 3 - Principais diferenças entre *lobbying* e *advocacy*

LOBBYING	ADVOCACY
Foco principal em contato direto com o tomador de decisão	Foco principal em contato indireto com o tomador de decisão
Influência de agente público/político	Defesa de causa e mobilização da opinião pública
Organizações da Sociedade Civil e Agentes Privados	Organizações da Sociedade Civil, Movimentos Sociais
Reuniões, defesa de interesse, meios de comunicação técnicos	Utilização de meios de comunicação, ações de guerrilha

Fonte: Elaborado pelo autor (2022) com os dados de Mancuso e Gozetto (2011).

2.4 SUSTENTABILIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA

Ao se ter compreensão sobre a Teoria da Escolha Pública e as maneiras para realização de relações governamentais, bem como da alocação de recursos por parte dos agentes políticos tomadores de decisão, busca-se, assim, compreender sobre a importância da sustentabilidade econômico-financeira. Sustentabilidade, essa, que será buscada pelas instituições comunitárias, que serão conceituadas na próxima seção deste estudo. É por meio da Teoria da Escolha Pública que dá base para as ações de relações governamentais que se alcança a sustentabilidade econômico financeira.

Como já destacado na introdução, o tripé da sustentabilidade envolve os aspectos ambientais, sociais e econômicos. Para garantia da sustentabilidade econômica e, conseqüentemente, financeira, as instituições comunitárias necessitam e buscam constantemente em suas ações apoios do primeiro e do segundo setores.

Em uma análise fria e convencional, as ações de sustentabilidade econômica tendem a ser deixadas de lado em detrimento às sociais e ambientais. No entanto, a compreensão da importância do longo prazo é fundamental para que o aspecto econômico das análises sobre sustentabilidade de ser mais valorizado. Assim como as ações sociais dependem de condições ambientais para sua realização, com recíproca verdadeira, as duas precisam de garantia econômica para continuidade. (ELKINGTON, 1999)

Toda organização, para garantir sua perenidade e, neste caso, sua sustentabilidade, necessita de foco na área econômica. Sua essência e sua existência dependem da garantia da prestação de serviço ou geração de riqueza, bem como de seus stakeholders que precisam estar envolvidos nas estratégias para garantia de sustentabilidade. (ELKINGTON, 1999) Ao mesmo tempo, garantir sustentabilidade econômico-financeira não é exclusividade das organizações privadas, como muitas vezes se coloca, mas uma necessidade de cada indivíduo, cada organização, cada ente governamental. Para as instituições comunitárias, sustentabilidade econômica é se manter competitiva junto às outras instituições – públicas e privadas.

Na busca por essa garantia, a sustentabilidade organizacional é desenvolvida a partir da construção dos propósitos organizacionais. As construções institucionais moldam as ações da organização, sejam elas mercadológicas – como as ações comerciais – ou *interna corporis* – como as de retenção de talentos humanos. Os valores organizacionais e a missão da organização frente à sociedade definirão sua visão sobre sustentabilidade e desenvolvimento sustentável

(AZAPAGIC, 2003).

Das definições encontradas para sustentabilidade, neste estudo pode-se especificar a de Elkington (1999, p. 20), que destaca – em tradução do autor – que sustentabilidade “é o princípio que garante que nossas ações de hoje não limitarão o rol de opções econômicas, sociais e ambientais à disposição às futuras gerações”.

Analisando as instituições comunitárias, as mesmas reinvestem o valor arrecadado com mensalidades na própria manutenção. No entanto, as despesas correntes crescem sem que seja garantido um crescimento uniforme nas receitas correntes. Isso impede a realização de despesas de capital, despesas, essas, que aumentam o patrimônio da instituição.

Para garantir a sustentabilidade a médio e longo prazo, as instituições buscam novos recursos para realização de obras e investimentos. Esses recursos devem ser buscados no primeiro ou no segundo setor. Enquanto setor privado, a busca acontece na oferta de serviços da universidade, no estreitamento de laços e de parcerias com essas organizações, que estarão junto à universidade formando mão-de-obra e garantindo a sua própria sustentabilidade.

Por outro lado, a busca no meio público depende do escopo de análise deste estudo: da escolha público, ou, *public choice*. Desta forma, a sustentabilidade econômico-financeira das instituições de ensino superior comunitárias, infere-se assim, é dependente do apoio público, haja vista a necessidade de investimentos e obras e somente com receitas correntes das mensalidades esta possibilidade fica comprometida.

2.5 INSTITUIÇÕES COMUNITÁRIAS EM SANTA CATARINA

Até 2013, o termo “universidade comunitária” não era considerado para efeitos legais, haja vista no arcabouço legal brasileiro não haver essa definição. Foi somente com o advento da Lei 12.881, publicada no Diário Oficial da União no dia 12 de novembro de 2013, que foram instituídas juridicamente no Brasil as Universidades Comunitárias. Segundo a ementa da lei, ela “dispõe sobre a definição, qualificação, prerrogativas e finalidades das Instituições Comunitárias de Educação Superior (ICES), disciplina o Termo de Parceria e dá outras providências” (BRASIL, 2013).

As comunitárias, portanto, são instituições que não se caracterizam nem como públicas e nem como privadas e precisam estar enquadradas nas seguintes condições da lei:

Art. 1º As Instituições Comunitárias de Educação Superior são organizações da sociedade civil brasileira que possuem, cumulativamente, as seguintes características:

- I - estão constituídas na forma de associação ou fundação, com personalidade jurídica de direito privado, inclusive as instituídas pelo poder público;
- II - patrimônio pertencente a entidades da sociedade civil e/ou poder público;
- III - sem fins lucrativos, assim entendidas as que observam, cumulativamente, os seguintes requisitos:
 - a) não distribuem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título;
 - b) aplicam integralmente no País os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais;
 - c) mantêm escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão;
- IV - transparência administrativa, nos termos dos arts. 3º e 4º ;
- V - destinação do patrimônio, em caso de extinção, a uma instituição pública ou congênera. (BRASIL, 2013).

Segundo Venerio (2012), as instituições comunitárias já estavam enquadradas na Constituição Federal, em seu artigo 213, mas não havia uma lei complementar que dispusesse mais claramente sobre como as instituições de ensino superior poderiam se enquadrar nesta definição. Por outro lado, a Lei de Diretrizes Básicas da Educação (Lei 9.394/1996), em seu artigo 19, caracterizava somente as instituições públicas e privadas até o ano de 2019, quando com a Lei 13.868 acrescentou o inciso III (BRASIL, 1996).

- Art. 19. As instituições de ensino dos diferentes níveis classificam-se nas seguintes categorias administrativas:
- I - públicas, assim entendidas as criadas ou incorporadas, mantidas e administradas pelo Poder Público;
 - II - privadas, assim entendidas as mantidas e administradas por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado.
 - III - comunitárias, na forma da lei. (BRASIL, 1996).

O principal desafio dessas instituições consiste em sua sustentabilidade econômico-financeira, haja vista a sua rentabilidade ser toda reinvestida na própria instituição e sua missão na realização de projetos de pesquisa e extensão (LOPES, 2019).

2.5.1 Associação Catarinense das Fundações Educacionais (ACAFE)

Em Santa Catarina, as instituições comunitárias de Ensino Superior estão organizadas junto à Associação Catarinense das Fundações Educacionais (ACAFE) em número de 15 instituições de ensino superior, sendo elas e suas sedes, segundo ACADE (2022):

Quadro 4 – Instituições associadas à ACAFE

Instituição	Nome	Cidade-Sede	Ano de criação da Fundação Educacional
FURB	Fundação Universidade Regional de Blumenau	Blumenau	1964
UDESC	Universidade do Estado de Santa Catarina	Florianópolis	1965
Unc	Universidade do Contestado	Mafra	1997
Católica de Santa Catarina	Centro Universitário da Católica de Santa Catarina	Jaraguá do Sul	1973
UNESC	Universidade do Extremo Sul Catarinense	Criciúma	1968
UNIARP	Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe	Caçador	1971
UNIBAVE	Universidade Barriga Verde	Orleans	1974
UNIDAVI	Universidade do Alto Vale do Itajaí	Rio do Sul	1955
UNIFEBE	Centro Universitário de Brusque	Brusque	1973
UNIPLAC	Universidade do Planalto Catarinense	Lages	1965
UNIVALI	Universidade do Vale do Itajaí	Itajaí	1964
UNIVILLE	Universidade da Região de Joinville	Joinville	1965
UNOCHAPECÓ	Universidade Comunitária da Região de Chapecó	Chapecó	1971
UNOESC	Universidade do Oeste de Santa Catarina	Joaçaba	1968
USJ	Centro Universitário de São José	São José	2005

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Estas instituições concentram suas fundações educacionais em associação na ACAFE para, segundo Estatuto, “congregar e integrar as entidades mantenedoras do ensino superior no Estado de Santa Catarina”. Desta forma, o grupo se torna mais forte na realização de ações de impacto.

O estatuto mais recente, datado de 2020, traz em seu artigo 4º, inciso II, uma das finalidades da ACAFE enquanto associação: “representar, qual para tal fim solicitada, as entidades filiadas junto a órgãos municipais, estaduais e federais ou perante terceiros, no País ou no exterior, inclusive entidades internacionais”. Com esta finalidade, pode-se depreender que há um interesse conjunto das instituições e uma compreensão geral de que há necessidade de relacionamento com o Poder Público (ACAFE, 2020).

O mesmo se repete em análise aos incisos VI e VII (ACAFE, 2020):

- VI – cooperar com órgãos federais, estaduais e municipais e assessorar-lhes na formulação e implementação das políticas de ensino superior em Santa Catarina;
- VII – elaborar programas conjuntos, executar projetos e realizar atividades de interesse comum, passíveis de ação unificada e cooperativa. (ACAFE, 2020).

Percebe-se, portanto, uma predisposição de todas entidades associadas de cooperação entre si nas ações desenvolvidas, fato fundamental para que as relações governamentais possam ser integradas e coordenadas. Realizando tais ações e com eficiência, haverá sucesso no trabalho desenvolvido pelas instituições comunitárias de educação superior.

2.5.2 Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC)

A Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC) iniciou sua história como Fundação Educacional de Criciúma (FUCRI), criada pela Lei Municipal 697, de 22 de junho de 1968. A instituição foi criada como fruto de uma demanda percebida pela comunidade local que, na época, costumava encaminhar os jovens a fim de cursarem graduação em Curitiba, Porto Alegre ou Florianópolis. As primeiras turmas de graduação tinham como estrutura os colégios Madre Tereza Michel e, posteriormente, a Escola Técnica General Oswaldo Pinto da Veiga, a SATC (BITTENCOURT, 2011; UNESC, 2019).

A então fundação contava com quatro escolas de ensino superior que unidas compunham a FUCRI, eram elas: Faculdade de Ciências Econômicas da Região Carbonífera (FACIECRI); Escola Superior de Educação Física e Desportos (ESEDE); Escola Superior de Tecnologia (ESTEC); e Escola Superior de Ciências Contábeis e Administrativas (ESCCA). Essas denominações permaneceram até a criação da União das Faculdades de Criciúma (UNIFACRI), consolidado em 1992 (BITTENCOURT, 2011; UNESC, 2019).

A FUCRI existe até hoje, mas sua função atual é ser a mantenedora da UNESC, constituída oficialmente como universidade em 16 de outubro de 1997, por meio da Resolução nº. 35/97/CEE/SC, publicada no Diário Oficial de Santa Catarina nº. 13.795, de 04 de novembro de 1997. Este processo de constituição de universidade passou por diversos trâmites junto ao Conselho Estadual de Educação (CEE) para que o modelo de gestão fosse aprovado, bem como a finalidade da universidade fosse de contribuição regional e comunitária (BITTENCOURT, 2011; UNESC, 2019).

Mesmo que naquela época houvesse compreensão sobre a importância da caracterização como comunitária, como vimos isso só pôde ser concretizado anos depois, quando assim foi reconhecida em lei federal (VENERIO, 2012).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nesta seção são apresentados o enquadramento metodológico e os procedimentos de coletas de dados da pesquisa. São duas as unidades de análise das instituições comunitárias de ensino superior, enquanto associação estadual a ACAFE e enquanto ator universitário local a UNESC. O primeiro na provisão de recursos financeiros para universidades comunitárias, e o segundo no desenvolvimento do trabalho de relações governamentais.

3.1 ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

Nesta pesquisa, os procedimentos metodológicos empregados foram definidos a partir de uma pesquisa de natureza aplicada e método dedutivo, com abordagem qualitativa, que traz ao pesquisador a análise científica com técnicas de interpretação, flexibilizando e ampliando a atuação do pesquisador (CRESWELL, 2007).

Como estratégia de pesquisa se caracteriza como um estudo multicase, ampliando a análise do objeto a partir de mais de uma realidade apresentada (YIN, 2001). Considerando as universidades comunitárias como objeto de análise, duas unidades são exploradas qualitativamente. A UNESC e a ACAFE como agremiação que representa interesses coletivos das comunitárias.

O objetivo da pesquisa é descritivo e exploratório, onde na primeira descreve o *lôcus* da pesquisa expondo o problema e, na segunda, com base em pressupostos teóricos que sustentam a pesquisa, explora eventos ainda não conhecidos com a ênfase e a profundidade da presente pesquisa. Existe, neste objetivo, a proposição de pesquisas futuras (CRESWELL, 2007). O caráter exploratório também é justificado na interdisciplinaridade do programa, pois traz um tema pouco estudado no mesmo.

Com técnicas de investigação foram aplicadas entrevistas semiestruturadas para técnica e procedimentos de coletas de dados, bem como análise documental a partir de dados secundários em portais de notícias, das próprias instituições e jornais de circulação local e estadual. Com base em Bardin (2016) se utilizou a análise de conteúdo, com análise preliminar do conteúdo obtido na pesquisa, explorar o material – podendo enumerar, categorizar e codificar – para, ao fim, tratar o material interpretando os dados à luz da teoria. Para realização das entrevistas, foram construídas categorias de análise (Quadro 5) para planejamento da entrevista, focando em pontos que o entrevistado precisa explicar e com possibilidade de

formulação de questões secundárias para obtenção de mais informações. (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2013).

No campo da análise, a Teoria da Escolha Pública é norteadora da apreciação e o exame dos resultados obtidos a partir das entrevistas será apresentado baseado na teoria, bem como nos estudos sobre relações governamentais já tratados nos capítulos anteriores.

3.2 PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS

Para definição dos entrevistados, duas estruturas foram classificadas: (1) desenvolvimento do trabalho de relações governamentais; (2) provisão de recursos financeiros para universidades comunitárias. Estas estruturas estão desmembradas no Quadro 5 a partir de elementos de análise. No primeiro, a dependência de recursos que as instituições comunitárias têm para realização de investimentos. E no segundo as motivações econômicas dos agentes políticos na alocação de recursos nas instituições comunitárias.

Em cada elemento de análise, três categorias são apresentadas, levando em consideração a construção efetuada na fundamentação teórica, sendo elas: (a) Teoria da Escolha Pública e *Rent Seeking*; (b) Relações Governamentais, Grupos de Interesse e Teoria Geral de Estado; e (c) Sustentabilidade Econômica. Cada uma dessas categorias de análise compreende um objetivo específico da pesquisa e traz a base para o roteiro semiestruturado das entrevistas realizadas.

Quadro 5 - Categorias de Análise para entrevistas semiestruturadas

Estrutura	Elementos de Análise	Categorias de Análise	Objetivos Específicos	Construtos Teóricos
Desenvolvimento do trabalho de relações governamentais	A dependência de recursos das instituições comunitárias para investimentos	Teoria da Escolha Pública e <i>Rent Seeking</i>	Aprofundar a Teoria da Escolha Pública como campo de estudo para compreensão de estratégias políticas	Arrow (1963), Buchanan (1984), Buchanan e Tullock (1999), Elster (1986), Buchanan (1980), Downs (1957), McLean (1987), Mueller (1989), Tullock (2001), Butler (2015) e Gianturco (2017).
		Relações Governamentais, Grupos de Interesse e Teoria Geral de Estado	Compreender o funcionamento das emendas parlamentares como recurso disponível para investimentos por parte dos legisladores e como esse recurso se torna importante para criação de estratégias políticas e eleitorais	Lodi (1982; 1986), Basso (1983), Clamen (2005), Farhat (2007), Figueiredo (2012), Goldstein (1999), Leys (2004), Mancuso e Gozetto (2011), Santos (2007; 2012), Bonavides (2008; 2010), Avelar e Cintra (2015), Wiegerinck (2015) e Maluf (2019).
		Sustentabilidade Econômica	Analisar as estratégias políticas desenvolvida por ACAFE e UNESCO na busca de recursos para garantia da sustentabilidade econômico-financeira	Brundtland <i>et al.</i> (1985), Borim-de-Souza (2010), Dyllick e Hockerts (2002), Azapagic (2003), Jamali (2006) e Elkington (1999).
Provisão de recursos financeiros para universidades comunitárias	Motivações econômicas dos agentes políticos na alocação de recursos em instituições comunitárias.	Teoria da Escolha Pública e <i>Rent Seeking</i>	Aprofundar a Teoria da Escolha Pública como campo de estudo para compreensão de estratégias políticas	Arrow (1963), Buchanan (1984), Buchanan e Tullock (1999), Elster (1986), Buchanan (1980), Downs (1957), McLean (1987), Mueller (1989), Tullock (200), Butler (2015) e Gianturco (2017).

(Continua)

(Conclusão)

Estrutura	Elementos de Análise	Categorias de Análise	Objetivos Específicos	Construtos Teóricos
Provisão de recursos financeiros para universidades comunitárias	Motivações econômicas dos políticos na alocação de recursos em universidades comunitárias.	Relações Governamentais, Grupos de Interesse e Teoria Geral de Estado	Compreender o funcionamento das emendas parlamentares como recurso disponível para investimentos por parte dos legisladores e como esse recurso se torna importante para criação de estratégias políticas e eleitorais	Lodi, 1982, 1986; Basso, 1983; Clamen, 2005; Farhat, 2007; Figueiredo, 2012; Goldstein, 1999; Leys, 2004; Mancuso, Gozetto, 2011; Santos, 2007, 2012; Bonavides, 2008, 2010; Avelar e Cintra, 2015; Wiegerinck, 2015; Maluf, 2019;
		Sustentabilidade Econômica	Analisar as estratégias políticas desenvolvida por ACAFE e UNESC na busca de recursos para garantia da sustentabilidade econômico-financeira	Brundtland <i>et al.</i> (1985), Borim-de-Souza (2010), Dyllick e Hockerts (2002), Azapagic (2003), Jamali (2006) e Elkington (1999).

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

3.2.1 O desenvolvimento do trabalho de relações governamentais e o UNIEDU

Para compreender e analisar as conexões políticas da Universidade do Extremo Sul Catarinense e da Associação Catarinense das Fundações Educacionais e sua influência na sustentabilidade econômico-financeira define-se para pesquisa neste campo a articulação e mediação para criação do Programa de Bolsas Universitárias de Santa Catarina (UNIEDU).

O cerne do UNIEDU é a Constituição do Estado de Santa Catarina e o Artigo 170. Nela, a redação desta que “o Estado prestará anualmente, na forma da lei complementar, assistência financeira aos alunos matriculados nas instituições de educação superior legalmente habilitadas a funcionar no Estado de Santa Catarina”. A Constituição também destaca em parágrafo único que “os recursos relativos à assistência financeira não serão inferiores a cinco por cento do mínimo constitucional que o Estado tem o dever de aplicar na manutenção e no desenvolvimento do ensino”. (SANTA CATARINA, 1989) Desta forma, com o aumento da arrecadação por parte do Estado, automaticamente os recursos destinados à educação superior também aumentarão.

O UNIEDU, portanto, é o programa de bolsas universitárias de Santa Catarina para universidades comunitárias e particulares, onde a bolsa de estudos é oferecida pelo Governo do Estado. O oferecimento desta bolsa pode ser parcial ou integral, a depender da situação econômica dos estudantes (CUREAU, 2022). Entre 2020 e 2021, a alteração no valor destinado para as bolsas de estudo UNIEDU passou de R\$ 264,3 milhões para R\$ 467,2 milhões, um crescimento de 76% de um ano para outro. Do valor total investido no UNIEDU, 90% é destinado às instituições de ensino superior ligadas ao Sistema ACADE e 10% às instituições de ensino superior privadas (CUREAU, 2022). Esta divisão percentual, inclusive, é tema de constante debate no meio acadêmico, haja vista pleito de aumento por parte das instituições privadas em detrimento das comunitárias.

Durante o ano de 2021, foram realizadas diversas visitas do governador às instituições associadas da ACADE em um roteiro chamado de InovaSC. Estas visitas eram eventos institucionais de valorização e que também tinham a intenção de reconhecer o governador pelo aumento do valor destinado ao UNIEDU.

Para este campo da pesquisa são realizadas entrevistas semiestruturadas com o responsável pelo setor de relações governamentais da ACADE, bem com o governador do estado de Santa Catarina. As entrevistas semiestruturadas têm como ponto principal a possibilidade de ampliar as respostas e explorar pontos que o entrevistado deixa em aberto.

Quando se analisa Teoria da Escolha Pública, a semiestruturada se faz mais pertinente, haja vista que o entrevistador precisa estar atento a pontos e ruídos nas respostas do entrevistado. O objetivo central é compreender o processo decisório no aumento da alocação de recursos para o programa e o impacto da Teoria da Escolha Pública na tomada de decisão por parte dos mesmos. Também se busca a compreensão sobre os mecanismos de relações governamentais utilizados pela ACAFE no convencimento, bem como nas ações de relação entre ACAFE e Poder Executivo Estadual.

3.2.2 Provisão de Recursos Financeiros por meio de emendas parlamentares

Das formas estabelecidas para provisão de recursos financeiros às universidades comunitárias, as mais comuns são os convênios com os municípios, com o estado ou até mesmo com a iniciativa privada. Esses recursos comumente são encaminhados para bolsas de estudo ou projetos de pesquisa – a nível de graduação ou pós-graduação – e, principalmente, extensão. Outra forma de repasse são as emendas parlamentares, a nível estadual ou federal, algumas vezes impositivas e outras conquistadas por recursos extraordinários por parte dos parlamentares.

Para esta pesquisa, foram selecionados dois parlamentares federais que destinaram recursos para a UNESCO no ano de 2021 e que seus recursos foram aplicados a obras de infraestrutura universitária inauguradas no ano de 2022. A formalização do repasse desses dois recursos de emendas parlamentares e as inaugurações das respectivas obras foram alvos de eventos realizados no Auditório Ruy Hülse, principal espaço de eventos do *campus* universitário e com capacidade para 400 pessoas.

O deputado federal Ricardo Guidi, que destinou por emenda o valor de R\$ 1,5 milhão para construção das passarelas que ligam os vários blocos do campus universitário. O anúncio foi feito e confirmado durante ato na UNESCO com a presença da comunidade acadêmica, valorizando o parlamentar e destacando o feito. Este ato que recebeu destaque em evento realizado pela universidade no dia 9 de julho de 2021, como se pode perceber pela reportagem extraída do próprio portal da UNESCO:

Figura 4 - "Noite de homenagens oficializa repasse de R\$ 1,5 milhão para construção de passarelas na Unesc"

AGECOM
Institucional Caderno de fontes Galeria de fotos Contato

Geral Pesquisa Extensão Ensino Colégio Unesc Iparque UnescTV UnescRádio Anteriores a 2020
☰ Mais

GERAL

Noite de homenagens oficializa repasse de R\$ 1,5 milhão para construção de passarelas na Unesc

Publicado por: Mayara Cardoso
em 9 de julho de 2021



Categorias

Ações Sociais	(20)
Arte e Cultura	(22)
Atualidades	(11)
Colégio Unesc	(93)
Educação	(118)
Ensino	(39)
Eventos	(43)
Eventos Acadêmicos	(46)
Extensão	(36)
Geral	(1233)
Graduação	(59)
Iparque	(8)

Em 2022 a Unesc contará com mais mil metros de espaço coberto em seu campus. A conquista da verba para essa importante obra de mobilidade foi assegurada e oficializada na noite desta sexta-feira (9/7) em evento híbrido realizado no Auditório Ruy Hülse e transmitido pelo canal da **Unesc TV no Youtube** para toda a comunidade acadêmica e comunidade externa. Na noite de homenagens estiveram na Universidade o deputado federal Ricardo Guidi, responsável pela destinação dos recursos, vereadores de Criciúma e representantes do governo municipal, apoiadores da iniciativa.

Os recursos assegurados pelo deputado serão responsáveis pela construção, já a partir da próxima semana, de passarelas que interligarão os blocos desde o Administrativo até o Bloco S, beneficiando assim mais de 150 mil de pessoas, da comunidade interna e externa que circulam ao longo de todo o ano nas dependências da Universidade.

O momento de oficialização da parceria que possibilitará a obra, para a reitora da Universidade, Luciane Bisognin Ceretta, ficará eternizado na história da Instituição. "As passarelas do nosso campus são uma conquista dos nossos estudantes, mas também dos nossos professores, colaboradores e toda comunidade externa. O dia de hoje ficará na memória da nossa Universidade. Trata-se de uma das mais antigas reivindicações que encontraram no egresso de nossa Unesc, hoje deputado federal, a sensibilidade e a dedicação para atender ao nosso pleito", comentou.

Em agradecimento ao deputado, assim como à prefeitura de Criciúma e à Câmara Municipal pelo apoio incessante ao longo dos últimos anos para a concretização desse desejo, Luciane traduziu o momento como uma luz para os dias melhores que logo virão. "Em 2022, temos certeza que nosso campus estará novamente a pleno, com as mais de 12 mil pessoas que o compõem, presencialmente. Este espaço, portanto, é qualidade de vida e acessibilidade de fato. É motivo de imensa comemoração. Em meio a pandemia, que assinala caminhos de preocupação, afastamento social e práticas de superação diária, essa obra é a esperança e a alegria", acrescentou a reitora.



Fonte: Cardoso (2021).

Ao fim da construção das passarelas, o ato de entrega formal da obra e inauguração também aconteceu no auditório da universidade e contou com a presença maciça da comunidade acadêmica e de atores políticos. O ato aconteceu pouco antes do prazo final para eventos públicos com parlamentares em ano eleitoral.

Figura 5 - "Unesc inaugura mais de 3.600 metros de passarelas que interligam todos os espaços do campus"

Unesc inaugura mais de 3.600 metros de passarelas que interligam todos os espaços do campus

Publicado por: Mayara Cardoso
em 27 de junho de 2022



Obra histórica para a Universidade foi viabilizada com apoio do deputado federal Ricardo Guidi (Fotos: Mayara Cardoso/ Caio Marcelo)

Quem chega na Unesc pode transitar tranquilamente por todo o campus, dos blocos A a Z, com a segurança de estar protegido do sol e da chuva. Essa comodidade agora é possível graças ao investimento de R\$1,5 milhão na construção de mais de 3.600 metros de passarelas cobertas, obra viabilizada com apoio do deputado federal Ricardo Guidi. A inauguração oficial da obra, com intensa demonstração de gratidão por parte de toda a comunidade acadêmica, foi realizada na noite desta segunda-feira (27/6).



A noite festiva contou com a presença do deputado responsável pelos recursos e de toda a sua família, assim como de autoridades e comunidade acadêmica. Além de prestigiar o importante feito de Ricardo, os presentes assistiram de perto a homenagem conferida pela Universidade à matriarca, Sandra Zanatta Guidi, que passa a emprestar o nome às sonhadas passarelas da Universidade.

As coberturas que ligam os blocos desde a chegada no campus, no Bloco Administrativo, até os blocos mais

distantes, como R, S e Clínicas Integradas já beneficiam os milhares de acadêmicos, professores e colaboradores que frequentam o espaço diariamente, além de toda a comunidade externa que visita o espaço e recebe atendimentos de saúde nas clínicas, montante que totaliza mais de trezentas mil pessoas ao ano atingidas diretamente com o benefício obtido com a obra.

Conquista de toda a comunidade

Para a reitora da Unesc, Luciane Bisognin Ceretta, a noite marca uma grande conquista para a Universidade e, muito mais que isso, para todo o Sul. "Esse momento significa muito mais do que podemos imaginar. Além de estarmos entregando oficialmente uma obra que impacta diretamente a acessibilidade das milhares de pessoas que por aqui passam, a obra leva o nome de uma grande referência na educação, dona Sandra, com a qual temos o prazer de conviver e que foi esposa de um dos nossos diretores presidentes, alguém que também lutou muito pela Universidade. Sendo assim, isso não é nada menos que histórico e muito feliz para todos nós, que não temos como mensurar a gratidão ao deputado Ricardo Guidi pelo apoio a este e tantos outros projetos", destacou.





A comemoração foi também do deputado responsável pelos recursos, já que, enquanto aluno, vivenciou de perto tal necessidade e sabe da importância deste feito não somente por acadêmicos, professores e funcionários, mas por todos que utilizam os serviços da Instituição. "É gratificante ver que o nosso mandato pôde auxiliar em uma demanda tão necessária, que oferecerá conforto e segurança para quem circula nas dependências da Unesc. Sabemos o papel da Universidade em diversas esferas, seja na

educação, meio ambiente, pesquisa ou também na saúde, que atende pacientes de todo Sul do estado", comentou, acrescentando que não teve dúvidas ao receber o pedido por parte da Instituição.

A homenageada da noite, Sandra Zanatta Guidi, não economizou sorrisos ao vivenciar o momento no qual seu nome fica eternizado na Universidade. "É uma noite de alegria e emoção. É uma honra muito grande de fazer parte da história da Unesc. Sou uma apaixonada pela educação, ela encanta. É ela que faz o futuro parecer um lugar melhor", pontuou.

Gratidão compartilhada



Por meio de diferentes histórias e pontos de vistas compartilhados por lideranças acadêmicas e pacientes das Clínicas Integradas, a gratidão de toda a comunidade ficou evidente na noite de inauguração. Em nome de todos, o presidente do Diretório Central dos Estudantes (DCE), Vittor Teixeira, destacou o significado da conquista. "Sabemos que esse é um resultado obtido de forma conjunta. Nossa Universidade tem buscado diferentes soluções e parcerias para a

concretização de sonhos como esse e somente graças a apoiadores como o deputado Ricardo Guidi é possível que sonhos se tornem realidade. Estamos muito felizes, realizados e gratos por essa possibilidade que já nos beneficia todos os dias", avaliou.

Na oportunidade, Guidi sinalizou ainda a destinação de R\$300 mil para investimento na ampliação da Clínica de Psicologia da Unesc e a intenção de investir R\$1 milhão para implementação da Escola de Negócios na Universidade.

Fonte: Cardoso (2022).

O outro recurso selecionado por essa pesquisa foi a emenda parlamentar de R\$ 1 milhão destinada pela deputada federal Geovânia de Sá para criação do Centro de Práticas Inovadoras no Ensino em Saúde da UNESC. A entrega também resultou em evento, realizado no dia 27 de setembro de 2021, conforme se percebe na Figura 6:

Figura 6 - "Unesc comemora o lançamento oficial de Centro de Práticas Inovadoras no Ensino em Saúde"



Unesc comemora o lançamento oficial de Centro de Práticas Inovadoras no Ensino em Saúde

Publicado por: Mayara Cardoso
09/07/2021

Categorias

Ações Sociais	(20)
Arte e Cultura	(22)
Atualidades	(11)
Colégio Unesc	(93)
Educação	(118)
Ensino	(39)
Eventos	(43)
Eventos Acadêmicos	(46)
Extensão	(36)
Geral	(1233)
Graduação	(59)
Institucional	(8)

Aplaudida de pé, a deputada federal Geovania de Sá deixou, nesta segunda-feira (27/9), mais uma grande marca na Unesc. A liderança nacional oficializou nesta data o repasse de R\$ 1 milhão para a criação do Centro de Práticas Inovadoras no Ensino em Saúde da Unesc, espaço que contará com um Centro de Realidade Mista e um Centro de Simulação Realística. A partir do investimento, a Universidade passará a ofertar a nova ferramenta para práticas em nível de graduação e pós-graduação.

O ato realizado no Auditório Ruy Hülse para lideranças municipais, estudantis e docentes, e transmitido pelo canal da Unesc TV no YouTube, marcou o lançamento do projeto que desponta como um dos maiores já executados em todo o país. Além de homenagens e agradecimentos, a noite de lançamento contou ainda com a demonstração do que será uma das principais ferramentas tecnológicas utilizadas: um óculos de realidade mista produzido pela empresa Microsoft e viabilizado por meio da HoloLab, laboratório de inovação que media a utilização da tecnologia na Unesc.

Para a reitora Luciane Bisognin Ceretta, é um imenso orgulho estar à frente da Instituição em tão importante evento que marca um passo inédito no que diz respeito ao ensino. "Temos hoje 12.887 estudantes, entre graduação, pós-graduação, escola técnica e Colégio Unesc, sendo eles quatro mil da área da saúde e mil da área das ciências da computação e engenharia que estarão, de imediato, envolvidos nesta iniciativa. É um projeto ousado e transformador que, com seu apoio, se torna realidade", avaliou.

Fonte: Cardoso (2021).

Da mesma forma que o recurso do deputado Ricardo Guidi, a construção do laboratório de realidade mista contou com evento de inauguração, com apresentação para a imprensa e para a comunidade do serviço a ser prestado. O ato também aconteceu pouco antes do prazo final para parlamentares participarem de inaugurações e lançamentos. A magnitude do evento pode ser acompanhada em reportagem da própria UNESC, conforme Figura 6.

Figura 7 - "Realidade Mista: Tecnologia inovadora oportunizará experiências diferenciadas a alunos da Unesc"

Realidade Mista: Tecnologia inovadora oportunizará experiências diferenciadas a alunos da Unesc



Espaço no qual a tecnologia será utilizada foi inaugurado nesta sexta-feira (24/06), a partir de recursos destinados pela deputada federal Geovania de Sá (Fotos: Daniela Savi e Mayara Cardoso/Agecom/U

[Mais imagens](#)

Já pensou em interagir e manipular objetos virtuais em ambientes reais? Imagina utilizar a tecnologia no ensino de procedimentos em saúde? O metaverso, assunto que tanto tem se falado e que busca unir o mundo real e virtual, já é realidade nas aulas da Unesc. Esse universo ousado e inovador, que coloca a Universidade ainda mais em evidência no que diz respeito à qualidade de ensino, pesquisa e extensão por meio da tecnologia, está disponível aos cursos da área da saúde da Universidade, no Centro de Realidade Mista Antônio Carlos Althoff. Inaugurado oficialmente nesta sexta-feira (24/06), na semana em que se comemora o aniversário de 54 anos da Instituição, o espaço tecnológico proporcionará experiências diferenciadas no processo de ensino-aprendizagem, interligando saberes e compartilhando experiências por meio da Graduação Multi.



O prestigiado evento reuniu mais de 400 pessoas, entre acadêmicos, professores, autoridades e comunidade em geral, no Auditório Ruy Hulse. O projeto marca o início de um trabalho pioneiro e inovador no estado de Santa Catarina e no Brasil, uma referência para levar mais conhecimento, unido a teoria com a prática, aos acadêmicos em nível de graduação e pós-graduação. O investimento de R\$ 1 milhão para implementação da ideia foi obtido por meio de emenda parlamentar da deputada federal Geovania de Sá.

Experiência interativa e imersiva

A reitora da Unesc, Luciane Bisognin Ceretta, comemorou a concretização do projeto de tamanha importância para a Universidade e para a sociedade. "É um processo que poderá transpor os limites da Universidade e se deslocar até as cidades, futuramente, levando a qualificação por meio do que denominamos de metaverso, que é uma referência mundial e algo de profundo encantamento. Estamos muito motivados e agradecidos pelas oportunidades que teremos. Esta data marca um momento científico diferente. É o ontem e o hoje, um divisor importante. A tecnologia está sendo colocada à serviço da formação acadêmica de excelência, em todos os cursos para a área da saúde, nesse primeiro momento", ressaltou.

Segundo a reitora, a Unesc tem feito uma ressignificação de todo o seu formato pedagógico, seus processos de trabalho, seu posicionamento institucional e, nos seus 54 anos, faz uma virada de chave na forma de ofertar oportunidades para os estudantes por meio da tecnologia que só avança. Trata-se da Graduação Multi.

"Queremos ampliar essa tecnologia para outras áreas, como engenharias, arquitetura, ciências da computação, design. Não só dentro da Universidade. Serve, no primeiro momento, para a qualificação do ensino, mas ele será utilizado, seguramente, pelos hospitais, pelas Unidades Básicas, pelos municípios que podem qualificar seus profissionais", adiantou a reitora.



Repasse

A emenda parlamentar da deputada Geovania de Sá foi peça fundamental na viabilização da reforma de um espaço localizado no Bloco S do campus e na aquisição de equipamentos, entre eles seis novos óculos de realidade virtual. A tecnologia usa a detecção e projeção holográfica, simulando, por exemplo, todo o ambiente de um centro cirúrgico, o corpo do paciente e os utensílios necessários para cirurgia.



O Centro de Realidade Mista foi pensado com base no que há de mais moderno na área da saúde e faz parte do Centro de Práticas Inovadoras do Ensino da Saúde. Os alunos de graduação e pós-graduação poderão ter aulas de anatomia de uma forma dinâmica e virtual, proporcionando uma experiência muito próxima da realidade. Inicialmente, o Centro ofertará 11 módulos de anatomia e de dois a três módulos de metacirurgia.

"O melhor investimento é na educação, por meio da qual preparamos os profissionais para o futuro. Quando investimos na saúde, como é esse caso, estamos contribuindo para futuramente termos uma saúde muito mais aprimorada, com profissionais muitos mais preparados, principalmente quando se fala em tecnologia que muda a todo momento. E o que a Unesc está fazendo aqui é algo inovador, que será, com certeza referência para muitas universidades. Os acadêmicos da Universidade, sairão, sem dúvida, ainda mais bem preparados", destacou a deputada Geovania.

Responsável pela escolha do nome do Centro, que homenageia o falecido médico reumatologista Antônio Carlos Althoff, a deputada se disse orgulhosa por fazer parte da história da Instituição. "Esta é a minha Universidade. Um lugar onde me formei e por qual tenho muito carinho. Desde então, temos em nossas lutas a valorização deste espaço e tenho a certeza de que esta iniciativa deixará um grande legado, para estudantes, professores e os próximos que estarão aqui. Me sinto lisonjeada por participar desse passo importante da história e por homenagear o doutor Antônio Carlos", afirmou a deputada.

A coordenadora do curso de Medicina da Unesc, Maria Inês da Rocha, salientou a emoção e a gratidão com a oportunidade. "É um misto de emoção, gratidão, inovação, vanguarda e excelência de ensino. Esse Centro coloca a Unesc no pioneirismo em termos de tecnologia e inovação, como presente nesses seus 54 anos. É o único Centro com essa estrutura, em Santa Catarina, no Brasil e no mundo. O mundo virtual, agora chamado de metaverso, permite uma imersão em 3D, trazendo aprendizagem com clareza surpreendente, com novas possibilidades para aprimorar o ensino e sendo ferramentas e complementos aos modelos pedagógicos. A Realidade Mista revoluciona o processo de aprendizagem", enumera.

A médica mastologista Beatriz Serafim Althoff Rocha, filha do médico Antônio Carlos Althoff, homenageado com seu nome no Centro de Realidade Mista, emocionada, agradeceu a homenagem ao seu pai. "Achei sensacional o projeto e o avanço que vai oportunizar ao aprendizado. Que todos façam bom uso e nossa família fica muito feliz por tudo o que ele faz a todos", agradeceu.

A presidente do Centro Acadêmico de Medicina, Nicole de Córdova Sartor, que também representou o presidente do Diretório Central dos estudantes (DCE), Vitor Teixeira, agradeceu ao espaço e o que ele representa aos acadêmicos. "É um marco muito grande de tecnologia, inovação e desenvolvimento para o curso. Me enche de alegria", disse.



O secretário da saúde de Criciúma, Arleu da Silveira, representou o prefeito Clésio Salvaro e mencionou a importância do projeto para toda a região. A presidente do Legislativo, Roseli De Luzza, também esteve presente e lembrou das parcerias firmadas em prol do desenvolvimento.

Tecnologia alinhada à prática

O coordenador do Centro de Realidade Mista, Rodrigo Demétrio, participou de uma transmissão ao vivo do Centro de Realidade Mista para o Auditório Ruy Hülse, momento no qual salientou a importância da atividade para a comunidade acadêmica. "Nós resolvemos trazer uma tecnologia que acreditamos ser a única no Brasil que alinha o mundo real ao mundo virtual, que é o chamado metaverso que está em evidência", destacou.

Conforme ele, o projeto está no momento focado na área da saúde, mas acredita que será implantado para as áreas da engenharia, arquitetura e outros. "Ele não tem limite de áreas. Pode ser transformado em qualquer ambiente, em qualquer área. Os professores também passarão por capacitação para a melhor utilização do recurso disponível", disse.

O homenageado



Nascido em Criciúma, em 30 de novembro de 1951, filho de Lina Ferraro e Tarcísio Althoff, Antônio Carlos Althoff cursou o ensino fundamental e médio no colégio Marista. Graduado em medicina pela Universidade do Rio Grande, com especialização em reumatologia no Rio de Janeiro.

Regressou a Criciúma onde atuou como médico em consultório, no Hospital São João Batista e no Hospital da Unimed. Estudioso da dor, dedicou anos ao estudo de hipnose ericksoniana para tratamento da dor. Escreveu o livro "Fibromialgia - uma visão holística para entender e lidar com a dor", muitos dos quais foram doados, após seu falecimento, ao Ambulatório de Fibromialgia da Unesc.

Ainda formado em Filosofia Clínica e Programação Neurolinguística, foi presidente do Sindicato dos Médicos da Região Sul Catarinense e duas vezes presidente da Sociedade Catarinense de Reumatologia.

Casado com Solange Maria Serafim Althoff, pai de Beatriz e André, avô de Laura, Sofia, Henrique e Bernardo. Faleceu em 05 de dezembro de 2016, após lutar um ano contra um câncer de pâncreas.

Fonte: AICOM - Assessoria de Imprensa, Comunicação e Marketing
24 de junho de 2022 às 17:21

Fonte: Cardoso (2022).

Para este campo da pesquisa são realizadas entrevistas semiestruturadas com os deputados federais Geovânia de Sá e Ricardo Guidi, bem como abranger as falas da reitora Luciane Bisognin Ceretta durante os eventos. A entrevista realizada com o responsável pelas relações governamentais da ACAFE, Adriano Rodrigues, também abrange este campo da pesquisa. O objetivo central é compreender o processo de convencimento dos deputados a alocar recursos de emendas parlamentares nestes projetos e o impacto da Teoria da Escolha Pública na tomada de decisão por parte dos mesmos, além dos mecanismos de relações governamentais utilizados pela universidade no convencimento.

4. ANÁLISE E APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Tanto a análise quanto a apresentação dos resultados são divididas nos dois campos de pesquisa já apresentados e levam em consideração cinco categorias de análise, sendo elas: (a) Interesses individuais de atores políticos na alocação de recursos; (b) Grau de importância do relacionamento entre instituições comunitárias e atores do poder público local, estadual e nacional; (c) Formalização de trabalho de relações governamentais e modelos de estratégias políticas adotadas; (d) Compreensão sobre *rent seeking* dos atores que realizam relações governamentais no âmbito das instituições comunitárias; (e) Compreensão dos gestores das instituições sobre a necessidade de recursos de emendas parlamentares e de investimentos públicos diretos (bolsas de pesquisa) e indiretos (investimentos físicos) para sustentabilidade econômico financeira das instituições comunitárias.

Os roteiros das entrevistas semiestruturadas realizadas está disponível no Apêndice A e a transcrição completa de cada uma delas disponível nos apêndices de B a E. Os áudios completos das entrevistas estão disponíveis com o autor.

4.1 O UNIEDU E O ASSOCIATIVISMO PARA SUSTENTABILIDADE ECONÔMICO ANÁLISE

Para este campo de análise, envolvendo o UNIEDU, os entrevistados foram o então governador do estado de Santa Catarina, Carlos Moisés da Silva, e o coordenador de relações governamentais da ACAFE, Adriano Rodrigues. A entrevista com o governador aconteceu no dia 21 de dezembro de 2022, por meio da plataforma *Google Meet* e foi registrada em áudio e vídeo, com transcrição no Apêndice C. A entrevista com Adriano Rodrigues aconteceu no dia 19 de dezembro de 2022, na sala de reuniões da reitoria da UNESC, e foi registrada em áudio com transcrição no Apêndice B.

Quando, ambos, questionados sobre o momento de decisão para aumento do valor destinado ao UNIEDU por consequência do aumento de arrecadação do Estado, o governador destaca feitos de seu governo, enquanto Adriano Rodrigues valoriza o trabalho desenvolvido pelo chefe do Poder Executivo estadual. Percebe-se, aqui, um desejo de ambos em, logo no início da entrevista, valorizar suas ações.

Quadro 6 - Como aconteceu o momento de decisão do aumento do repasse para o UNIEDU.

Governador Moisés	Adriano Rodrigues
<p>“Assim que assumi o governo eu reuni os reitores, na época das 16 universidades comunitárias, depois saiu a UNISUL, ficaram 15, e falei que o nosso orçamento iria aumentar e que a gente iria reservar volume maior para colocar à disposição do UNIEDU. Se a gente pegar uma média de investimentos no primeiro ano do nosso governo, foram 187,9 milhões de reais em 2019, o que era imediatamente maior que os outros anos que era de cerca de 80 milhões de reais, em média. Chegamos a mais de 37 mil bolsistas, 187,9 milhões em 2019. Em 2020, a gente subiu para 261,6 milhões de reais, com 39 mil bolsistas. Em 2021, 53 mil bolsistas, com 359,3 milhões de reais em orçamento disponível. E em 2022, 67 mil bolsistas com 505 milhões de reais de orçamento.”</p>	<p>“O governo não tinha um olhar para a transformação pela educação pelo UNIEDU. Seja secretaria, seja os governadores que lá estiveram, os secretários, o UNIEDU não era um ambiente transformador. Passou a ser quando, no governo Moisés quando sai ali de 50 milhões e começa uma subidinha, e hoje está em quase meio bilhão. Ali você começa a ver a mudança no estado. Esse ambiente que transforma Santa Catarina e o sistema ACAFE. Santa Catarina é associativista, é cooperativista e o sistema ACAFE tem isso no seu cerne. Quando os reitores perceberam esse recurso, o envolvimento ficou maior, ela começou a ressignificar, que é manter não só o aluno na ponta, mas com qualidade.”</p>

A valorização do trabalho desenvolvido pelo Governo do Estado está presente na fala dos dois representantes, haja vista que ambos têm consciência da importância do financiamento da educação superior. Quando Moisés decide pelo aumento, não encontra resistência dentro do governo, mas destaca que haviam reitores que não acreditavam nele, fala que encontra apoio em Adriano Rodrigues.

A Teoria da Escolha Pública trata de decisões, e Moisés tomou a decisão. Analisou os custos e os benefícios da mesma. Butler (2015) e Gianturco (2017) tratam sobre a coerção estatal do agente político na tomada de decisão e nos custos marginais e de oportunidade que a decisão gera. No caso em questão, a decisão foi do governador, sem prejuízo da desconfiança dos então reitores, mesmo que correr esse risco fosse fundamental para garantia da sustentabilidade econômico-financeira de suas instituições. Essa resistência, inclusive, é evidenciada na resposta seguinte.

Quadro 7 - Sobre resistência entre reitores no anúncio de aumento

Governador Moisés	Adriano Rodrigues
<p>“Eu lembro que, assim que assumi o governo, em 2019 fiz uma reunião com os reitores e falei da minha vontade de ampliar o UNIEDU, de manter os recursos previstos no Orçamento, e até ampliar o que está na lei, na Constituição. Alguns não acreditavam. No começo achavam que não ia acontecer. Eu brinquei: ‘nós vamos colocar um orçamento de mais de cem milhões este ano, mas a minha vontade é colocar meio bilhão’. Alguns riram e aconteceu. Foram seiscentos milhões de reais em 2022. E as pessoas não acreditavam que isso pudesse ser possível. Nós fizemos a prática do impossível na gestão.”</p>	<p>“Não acreditavam que algum dia chegaria nesse montante. Porque o UNIEDU, de 2007 até agora ele tem uma história e tem uma linha, um crescimento mantido ele cresceu. Quando cresceu, três movimentos ocorreram. Primeiro, o despreparo das instituições para receber alunos. Segundo, o tipo de aluno que nós receberíamos, uma vez que nós tínhamos uma média de entrada e que a partir do UNIEDU existem 60 mil alunos hoje você vai em busca de alunos que estão vindo sem critério de escolha. Então, temos aí um ambiente das universidades em que elas estão fazendo movimentos de ficar um ou dois semestres nivelando esse público, porque aí surgiu o terceiro problema. E o terceiro é que deu renda para as instituições. Com isso, eles conseguem manter o professor, manter a pesquisa.”</p>

Esses três problemas evidenciados na fala do coordenador de relações governamentais da ACAFE são complementados na mesma resposta, em momento futuro, quando Adriano ressalta que o valor do UNIEDU vai muito além do econômico-financeiro e um mesmo fato pode ter mais de uma visão: *“vai mais além de recurso, é mais transformador que isso. Talvez o reitor, mais financeiro, olhe para o UNIEDU como recurso, mas o aluno tem um olhar completamente diferente. A mãe do aluno, completamente diferente do reitor e do aluno. E se a região puder pensar, é o grande motor da indústria”*.

Para Adriano Rodrigues, uma das principais missões de um coordenador de relações governamentais é compreender com quem está se buscando relacionamento. Adriano lembra de 2018, após as eleições que deram vitória a Carlos Moisés, que o encontrou em Brasília e se

apresentou ao então governador eleito, que é oriundo de instituição comunitária, o que ajudou na conversa inicial.

Confrontando com a fundamentação teórica, Mueller (1989) o individualismo metodológico, que pode ser visto aqui. Cada um dos *stakeholders* afetados tem uma visão diferente sobre o tema. Isso fica evidenciado na fala de Adriano. É seu interesse particular, é sua razão própria, como trata a teoria.

Quadro 8 - Sobre o primeiro contato entre Moisés e Adriano

Governador Moisés	Adriano Rodrigues
<p>“Eu sou oriundo de uma universidade comunitária, já lecionei, fiz graduação em Direito, mestrado em Direito em universidade comunitária conheço bem a realidade e o quanto elas entregam. A universidade comunitária me ajudou a fazer minhas escolhas na vida, conquistar espaço, e me preparou para o que eu vivo hoje, inclusive.”</p>	<p>“O Moisés não me conhecia. Eu tinha obrigação de conhece-lo mais. Nós estávamos com embaixadores dos Estados Unidos, do Canadá, da França. Era todo mundo. E eu e ele na sala. Até que teve um momento que eu fui ao encontro dele e comecei a falar um pouco de ACAFE com ele, mas ele já tinha muito conhecimento de ACAFE porque ele vem de uma instituição comunitária”</p>

Esta relação, como poderá ser visto na seção seguinte, é fundamental porque o conhecimento leva à confiança e conseqüentemente ao relacionamento mais estreito para a tomada de decisão pública. O governador Moisés destaca a consciência da característica comunitárias das instituições da ACAFE em uma das respostas: *“Eu penso que essa conexão entre o poder público e as universidades comunitárias, primeiro porque elas nascem no poder público. A maioria delas nasceu de uma fundação municipal, que iniciou essa trajetória, então elas têm um misto de público e privado, é algo mesclado, têm características que abarcam as duas facetas do público e do privado. E elas complementam e fazem uma entrega de um serviço que também é serviço público. A educação é serviço público”*.

Farhat (2007, p. 51) traz sua definição de lobby sobre os “interesses definidos e legítimos, com o objetivo de ser ouvido pelo poder público”. Isso corrobora com o trabalho desenvolvido por Adriano, um trabalho de lobby na teoria e prática.

Quando ambos são questionados sobre metodologia na abordagem e nas ações desenvolvidas nas relações governamentais, o governador fala sobre “atuação” e “diálogo”, mesmo em ambientes privados, enquanto Adriano destaca a “prática” por estar há mais de 15 anos representando a ACAFE na relação junto aos entes governamentais.

Quadro 9 - Sobre perceber metodologia nas relações governamentais

Governador Moisés	Adriano Rodrigues
<p>“Acho que a atuação deles foi fundamental para que houvesse essa conexão. Eu os recebi, junto com demais reitores, diretores, por diversas vezes, no Centro Administrativo, aqui na Casa da Agronômica. Até mesmo em ambientes privados e restaurantes, enfim, sempre dialogando. Eles trazendo as demandas de todo o setor, das comunitárias. E a gente com muita sensibilidade no governo, sempre trazendo um secretário, fazendo os encaminhamentos, mostrando a importância de atender. Eu acho que essa mistura deu certo.”</p>	<p>“Acho que a prática, Nicola. (...) Você tem um produto excelente para defender, que é a educação né?! (...) O lobby é ter alguém preparado para defender o seu interesse, o interesse de um grupo. Se é pra defender o interesse de um grupo, eu tenho que estar preparado para entender o que essa defesa gera de compromisso. (...) Quando você leva boas pautas, você acaba ajudando ele a se ajudar e a criar reputação dentro do meio. E isso tem que unir também os alunos. Eu não faço movimentos sem alunos, reitores e professores, porque, se não fica ‘a ACAFE do Adriano’ e não é isso, é a ACAFE de Santa Catarina. Tem que ficar claro que, na ausência do Adriano, a ACAFE é a pauta. Na ausência da Ceretta, a UNESC é a pauta. (...) Quando você constrói isso, troca-se o gaitero e a música continua a mesma. Isso é fundamental você estabelecer. Os reitores são parceiros, eles têm agenda comigo lá, cumprem agenda lá.”</p>

Mesmo destacando, inicialmente, que é a prática que traz o seu método de agir, percebe-se claramente na fala de Adriano Rodrigues que a metodologia é muito bem definida, seja na abordagem ao Executivo, seja na abordagem ao Legislativo. Conhecer o ator político é a

primeira parte de seu trabalho e, no caso do UNIEDU, a compreensão de que o governador Moisés era oriundo de uma instituição comunitária foi fundamental. As condições sociais, ambientais e econômicas estavam postas, então caberia à sensibilização do ator político a fim de buscar o recurso público para as instituições comunitárias, no caso específico, o aumento do repasse para as bolsas do UNIEDU. O que caberá análise específica em seção futura neste mesmo capítulo do estudo.

Por fim, cabe notar que o governador Carlos Moisés não culpa as instituições comunitárias por seu insucesso eleitoral em busca da reeleição no ano de 2022, pelo contrário, ratifica sua gratidão à ACAFE e às universidades comunitárias. Por outro lado, Adriano Rodrigues afirma que a campanha de Moisés utilizou mal o assunto durante o período eleitoral, e que poderia ter explorado melhor o assunto. Esta é uma percepção que, segundo Adriano, contribuiu para que o governador não conseguisse, mesmo com todo o trabalho desenvolvido junto ao UNIEDU, cativar o eleitor e ter resultado eleitoral positivo junto à sociedade.

Quadro 10 - Sobre a utilização do UNIEDU em período eleitoral

Governador Moisés	Adriano Rodrigues
<p>“Não, eu nunca nutri alguma ilusão de alguém levantar publicamente uma bandeira, porque não é esse o papel de reitores, mas eu sentia a simpatia da comunidade acadêmica. Isso pra mim já era o suficiente. Eu nunca vi o governador entrar num ambiente acadêmico e o acadêmico pedir pra tirar selfie. Normalmente eles jogam ovo né?! No nosso caso havia o entendimento de que o nosso trabalho era voltado, de fato, também as universidades comunitárias, enfim, a aprovação da nossa trajetória que tem até hoje. Eu ainda me comunico com alunos que representam DCEs (Diretório Central do Estudante) e eles têm carinho muito grande por a gente, fazem isso publicamente. Então penso que essa legislação (UNIEDU) é algo</p>	<p>“O maior marketing do Jorginho Mello (governador vencedor das eleições), que venceu a eleição, foi uma ação em cima de universidade gratuita, para contrapor o maior gesto do governador que foi a educação. A grande questão é que nós fizemos um movimento InovaSC, não sei se você lembra, que levava o governador nas comunitárias, mas isso não ficou muito percebido pelos alunos. Localmente, todo mundo sabe o que o Moisés fez pela educação, mas o que pega as pessoas, em especial as pessoas mais simples, e as pessoas não têm culpa de serem simples, elas trabalham todos os dias. Elas não têm tempo de ler, acompanhar os jornais, não convivem com pessoas que dialogam... o real interesse de um gesto. Então, eu acho que</p>

<p>que não tem precedentes e fez muito bem a nossa campanha.”</p>	<p>ele não foi ao fundo na real importância que foi aumentar (o UNIEDU). Ele simplesmente aumentou, aumentou, aumentou, aumentou... Comunicou as universidades, comunicou os alunos. Mas o que isso de fato significou? Por que aumentou? Não foi comunicado. Não houve uma propaganda na TV do UNIEDU durante a campanha do governador e nem campanha institucional da Secretaria de Educação falando o que isso significa. Isso significa mais alunos, mais desenvolvimento socioeconômico regional, mais emprego, mais mão de obra qualificada para o mercado, enfim, mais, mais, mais... Não. Foi apresentado ‘bolsas’. Cinquenta mil bolsas. Mas o que isso quer dizer para a Dona Maria lá do bairro tal? Se alguém diz pra ela que estão dando 50 mil bolsas a mais e que isso chega pra ela de alguma forma, é diferente. Não chegou pra ela assim. Chegou pra ela que a universidade vai ganhar dinheiro, o aluno – que não é meu filho ou neto – vai ganhar bolsa. Isso não gerou movimento. Diferentemente da ideia do Jorginho de dizer que vai dar faculdade gratuita. E ele disse o motivo e porque isso iria transformar. Disse que iria dar faculdade gratuita para todos que não tinham condições, fez analogia com a história de vida dele. Disse que o pessoal vai trabalhar durante o ano prestando cinco horas de serviço. Aí a Dona Maria, essa que eu falei, que não viu no Moisés o gesto do recurso, pensou ‘opa, vou ter um médico no</p>
---	---

	<p>posto de saúde trabalhando cinco horas a mais porque o meu imposto vai pagar a universidade dele'. O combinado sempre sai mais barato. O governador ou talvez a equipe não teve essa sensibilidade.”</p>
--	---

Assim, Adriano Rodrigues demonstra que o tema Educação e UNIEDU poderiam ter sido melhores explorados pelo governador durante a campanha eleitoral. O seu principal adversário soube comunicar melhor, soube fazer a informação chegar melhor ao eleitorado. Mesmo assim, o governador não se ressentiu, pelo contrário, é grato pelas relações criadas.

O individualismo metodológico, já destacado por Mueller (1989) não foi, segundo Adriano, lembrado no período eleitoral. O cidadão não teve a percepção do impacto em sua vida e na sociedade e focou no que Rand (1957) destaca como sendo a base do individualismo, na resolução do seu problema, no discurso que melhor se adaptasse à sua necessidade e ao seu objetivo específico.

4.2 EMENDAS PARLAMENTARES COMO FATOR ESSENCIAL PARA INVESTIMENTOS

Neste outro campo de análise, envolvendo a disponibilização de emendas por parte de deputados federais para obras na UNESC, foram entrevistados os deputados federais Geovânia de Sá e Ricardo Guidi, além do coordenador de relações governamentais da ACAFE, Adriano Rodrigues, e registros da fala da reitora da UNESC Luciane Ceretta em eventos realizados no próprio *campus* da UNESC, sendo essas destacadas em sítio oficial da universidade na internet. A entrevista com Adriano Rodrigues aconteceu no mesmo momento da seção anterior. A entrevista com a deputada Geovânia de Sá ocorreu em seu gabinete em Criciúma, no Edifício Uno sito à Rua João Pessoa, bairro Centro, no dia 9 de dezembro de 2022 e foi registrada em áudio com transcrição no Apêndice D. O deputado federal Ricardo Guidi foi entrevistado no dia 12 de dezembro de 2022 em seu gabinete em Criciúma, sito à Rua Marcos Rovaris, bairro Centro, e foi registrada em áudio, com transcrição no Apêndice E.

A escolha dos dois parlamentares aconteceu antes do processo eleitoral de 2022, quando um deles – Ricardo Guidi – conseguiu a reeleição e o outro – Geovânia de Sá – ficou com a primeira suplência de sua federação, que abrange os partidos PSDB e Cidadania, e reelegeu a

deputada Carmen Zanotto. No entanto, Geovânia, na data da entrevista, já estava ciente de que assumiria o mandato, pois Carmen foi convidada para assumir a Secretaria de Estado de Saúde de Santa Catarina pelo governador Jorginho Mello e Geovânia automaticamente seria convocada para assumir a cadeira na Câmara Federal.

O primeiro questionamento feito aos parlamentares diz respeito a como o projeto em que cada um destinou emenda parlamentar foi apresentado a ele. Ricardo Guidi aplicou recurso na construção das passarelas na UNESC e Geovânia de Sá na construção do laboratório de realidade aumentada. Os dois parlamentares foram graduados na universidade e tem relação direta com a instituição.

Quadro 11 - Sobre a decisão na alocação de recursos

Geovânia de Sá	Ricardo Guidi
<p>“Então, eu sempre tenho essas conversas com a universidade. Sempre estou em contato com a universidade, que é a universidade da minha cidade. E numa dessas visitas, a Luciane Ceretta, reitora, apresentou o projeto e disse que era um sonho da universidade proporcionar isso aos cursos de saúde. Ela, até na época, lembro quando ela abriu o projeto para mostrar eu não entendi muito. Pensei ‘isso realmente existe?’. Então ela mostrou como era, como que as coisas aconteciam, como que o aluno tinha essa experiência, a prática e como que seria. Questionei ‘existe essa tecnologia?’. Existe, e eu achei que era um absurdo. Quando ela mostrou ela disse que para começar com um milhão (de reais) eu consigo implantar, e depois vai adequando e aumentando. Eu achei aquilo fantástico. Não era só para um curso direcionado, medicina, mas odonto, psicologia e iria para as áreas de saúde com</p>	<p>“O projeto foi apresentado pela reitora, Luciane Ceretta, e eu como aluno egresso da UNESC já conhecia a necessidade e lembrava de muitas vezes, dias de chuva, de estar chovendo. A dificuldade para transitar pela universidade seja para uma biblioteca, seja para fazer lanches, seja para ir para trocar de bola. Era comum na época que estudei e hoje UNESC é muito maior, atendendo uma série de outras demandas da região, como as clínicas integradas, que ficam distantes do terminal. Então, naquele almoço, quando foi apresentado, claro também foi falado da necessidade das clínicas, uma vez que do terminal até as clínicas tem uma distância gosta de longa e muitas vezes pessoas. Na maioria das vezes, as pessoas já doentes, pessoas de idade que antes tinham que fazer esse trajeto em dia de chuva, na chuva, no sol de verão, também tem que fazer um trajeto longo do sol. Para uma pessoa de idade cria</p>

<p>um todo. (...) A única coisa foi que eu não defini na hora. Eu fui até a prefeitura, porque todo o recurso federal vem fundo a fundo. Então eu fui na prefeitura para verificar se, dentro da legalidade, o repasse poderia ser realizado para a construção desse projeto. Então, tudo que vai, e que é fora do fundo municipal, de qualquer política pública, você tem que conferir a legalidade, senão vai para a Câmara de Vereadores. Como a prefeitura tem convênio com a universidade em vários projetos e ações, dava de fazer tranquilo. Era só fazer o termo, o convênio e o repasse para aquele objeto específico, que era a construção. Então, o único empecilho foi esse. E quando a prefeitura disse OK, então eu vi que existe essa possibilidade.”</p>	<p>uma grande dificuldade. Eu falei que poderia viabilizar recursos via prefeitura municipal. A gente não tem emendas diretamente, mas que poderia criar condições para que a prefeitura fizesse esse convênio e uma segunda conversa com o prefeito também. O prefeito topou, desde que a gente dessas condições para a prefeitura pagar outras despesas, então topou fazer um convênio para que pudesse fazer as passarelas tão importantes, acho que são mil e quatrocentos metros de passarelas que hoje atendem a toda a comunidade, não só a comunidade acadêmica, mas toda a comunidade do sul do Estado, que muitas vezes também frequenta a universidade.”</p>
--	---

Ambos os deputados destacam que o projeto em questão foi trazido a eles pela reitora Luciane Bisognin Ceretta, o que corrobora com o destacado pelo coordenador de relações governamentais da ACAFE, Adriano Rodrigues. Em sua entrevista, Adriano destaca que 90% das emendas parlamentares com investimentos em instituições comunitárias são provocadas pelos reitores e os deputados são instigados a investir. Adriano destaca que *“90% das emendas que vem são provocadas. E eu conheço todas as emendas que vieram para cá. Teve uma única emenda parlamentar, que ela (deputada) é apaixonada por educação e ela investiu um valor para desenvolver educação na área de robótica. Ela procurou a situação para fazer isso. Do contrário, são as instituições que procuram o parlamentar, porque o recurso está lá e a demanda está aqui. Você precisa simplesmente casar as duas coisas”*.

Também fica evidenciado que o trabalho desenvolvido em *lobbying* e *advocacy* junto aos parlamentares tem o resultado pretendido. Os parlamentares não buscam, em sua grande maioria, um projeto específico, mas algo que possa ser útil à instituição e, como veremos a seguir, ao seu projeto político também. O projeto ser levado aos dois parlamentares diretamente

pela universidade é uma amostra de *rent seeking*, como bem destacado por Tullock (2001) na maximização de ganhos.

Ao mesmo tempo, os dois deputados destacam que o recurso precisava do apoio da Prefeitura Municipal de Criciúma para o repasse. Essa relação é fundamental, porque dificilmente haveria possibilidade de sucesso na transferência do recurso sem boa relação entre deputado e prefeitura, e reitoria e prefeitura.

Ambos os deputados se esquivam ao falar sobre desdobramento político dos projetos em questão, mas destacam que, sim, colhem frutos disso. Mesmo que a Teoria da Escolha Pública dê resguardo para esse processo de tomada de decisão, ainda é comum o receio de tratar sobre o tema abertamente ou sobre a decisão individual e individualista, por uma construção de sociedade que abomina o individual em detrimento do coletivismo, como bem destaca Rand (1991).

Quadro 12 - Sobre desdobramentos políticos da alocação de recursos de emendas parlamentares

Geovânia de Sá	Ricardo Guidi
<p>“Eu percebo a valorização de quem investe na universidade. O que a gente busca é a valorização. O que a gente percebe é que eles (UNESC) sempre tem o projeto em mãos. Mas o que eu percebo é o bom relacionamento que a universidade tem, a valorização de quem faz os investimentos, busca divulgar para a sociedade, para saber que esse parlamentar investiu.”</p> <p>“Quando alguém vê o teu trabalho, vê que o trabalho é sério, a valorização vem acompanhada. Mas na hora de marcar (a emenda), é algo tão técnico que você define a cidade, define o local que vai ser investido aquele recurso. Mas eu acho que a gente</p>	<p>“A gente sempre pensa em colocar os recursos em áreas que vão atender da melhor forma o máximo de um número de pessoas possíveis. (...) Eu acho que quando a gente aplica, da melhor forma possível, claro que isso gera também desdobramentos políticos. E a UNESC, claro, sempre soube destacar quem que estava viabilizando os recursos para as ações, não só comigo, mas com todos os outros que também fizeram, mas não com foco político porque a universidade tem uma bandeira política, mas sim o foco de destacar ações que melhoram a qualidade de ensino ou a qualidade de quem está circulando por ali para no dia a dia do acadêmico.”</p>

<p>percebe isso na hora que a universidade está divulgando aquilo que você investiu, no lançamento aquilo que percebe o olhar das pessoas, a gratidão das pessoas. Eu acho que é nesse momento que você pensa ‘essa pessoa vai me valorizar, vai perceber que eu trabalho por ela, que eu trabalho pelo futuro do país, que é investimento em educação’. Eu acho que é nesse momento (que percebe que pode render votos), não na hora da marcação de emenda.</p>	
--	--

Como já visto nas reportagens presentes no Capítulo 3, a UNESCO realizou dois eventos para cada um dos deputados, um no anúncio da emenda e outro na conclusão do investimento. Nos dois eventos, é possível verificar a valorização que a instituição dá aos parlamentares, na fala da própria reitora Luciane Ceretta. Em ambos os projetos, o nome dado tem relação direta com os parlamentares. O laboratório foi nominado de “Antonio Carlos Althoff” a pedido da deputada, já as passarelas levam o nome da mãe do deputado Ricardo, “Sandra Zanatta Guidi”.

Quadro 13 - Reitora da UNESCO sobre os parlamentares em evento de inauguração dos projetos

Luciane sobre Geovânia de Sá em evento de inauguração do laboratório	Luciane sobre Ricardo Guidi em evento de inauguração das passarelas
<p>“A deputada nos traz hoje esse recurso, mas eu devo dizer que as portas que ela nos abre talvez ela não tenha o tamanho da dimensão. (...) Ela (deputada) nos abre portas em todas as outras áreas, (...) nos acompanhando enquanto universidade, andando a frente com rodinhas nos pés que não conseguimos acompanhar por aquela Brasília inteira. Então, nós temos muito a agradecer a você,</p>	<p>“Além de estarmos entregando oficialmente uma obra que impacta diretamente a acessibilidade das milhares de pessoas que por aqui passam, a obra leva o nome de uma grande referência na educação, dona Sandra, com a qual temos o prazer de conviver e que foi esposa de um dos nossos diretores presidentes, alguém que também lutou muito pela Universidade. Sendo assim, isso não é nada menos que histórico e muito feliz para</p>

Geovânia, e precisamos muito que você continue nos representando” (UNESC, 2022)	todos nós, que não temos como mensurar a gratidão ao deputado Ricardo Guidi pelo apoio a este e tantos outros projetos.”
---	--

O *lobbying* público, destacado por Lodi (1986) é evidenciado na fala da reitora e nas ações desenvolvidas por UNESC e ACAFE junto aos tomadores de decisão. No caso em questão os deputados federais, mas também pôde ser compreendido no trabalho desenvolvido junto ao governador do estado. O *lobbying* público é aquele acontece a partir da ação de uma entidade pública sobre a outra.

Por fim, os deputados destacaram compreender que sem o recurso da emenda parlamentar dificilmente a UNESC faria os investimentos, pois compreendem que a sustentabilidade econômico-financeira da universidade depende muito do apoio governamental. Ricardo, inclusive, sem saber que também era um ponto de análise deste estudo, destaca o UNIEDU (Artigo 170 da Constituição Federal) e ratifica a necessidade das instituições para garantia de sua perenidade.

Quadro 14 - Sobre a sustentabilidade econômico-financeira das instituições comunitárias

Geovânia de Sá	Ricardo Guidi
“Na verdade, as universidades, elas têm o que arrecadam, mensalidade dos estudantes, mas só aquilo elas não conseguem fazer esses investimentos altos. Um milhão de reais não é fácil de sobrar no caixa de uma universidade, então acredito que esse upgrade de que elas têm, esse investimento, esse olhar, essa visão de um parlamentar, de um prefeito, de um vereador, do deputado, é importante. E investimento na educação, é fundamental. (...) Como o voto é na cidade, eu digo assim ‘ele (recurso) foi muito bem aplicado, foi muito bem divulgado isso tudo’. Eu acredito que faz sim, que há uma valorização dos próprios professores, que	“Eu acredito que nem tanto pelas emendas, mas principalmente do Artigo 170 do governo do Estado. Isso sem dúvida nenhuma garante as condições financeiras que, muitas vezes alunos que não teriam condições de pagar, garantem a receita e o fluxo de caixa da universidade. Isso é fundamental para as comunitárias garantirem qualidade de atendimento, pesquisa, uma série de ações que só as comunitárias fazem. Coisas que a particular não tem interesse, e que a pública também faz, é claro. Mas quando a gente fala em particular e comunitária, que é o que temos na cidade, as particulares têm interesse em lucro. E a comunitária não é esse o

conseguem ver o avanço, os alunos... é claro que você não consegue agregar tudo, mas consegue, na hora da escolha, o estudante, os professores pensam ‘essa investiu na nossa universidade e agora vou retribuir em voto’...”	interesse e não é esse o foco. Por isso, que a gente ajuda as comunidades sempre a partir das nossas possibilidades.”
---	---

Os parlamentares têm total compreensão sobre a importância de suas emendas para garantia da sustentabilidade. Elkington (1999) trata sobre a garantia de perenidade na área econômica aliada com a ambiental e social. Os parlamentares têm ciência de sua responsabilidade também junto à sociedade e a todos os *stakeholders*.

4.3 METODOLOGIAS E COMPREENSÃO DO TRABALHO DE RELAÇÕES GOVERNAMENTAIS

A partir das entrevistas realizadas, pode-se depreender, conforme quadro 15 os pontos fundamentais no método de trabalho de Adriano Rodrigues para abordagem ao agente político e a evidência em sua resposta na entrevista.

Quadro 15 – Análise de metodologia desenvolvida pelo coordenador de relações governamentais da ACAFE

Ação Desenvolvida	Evidência em resposta de entrevista
(1) Conhecer o que você defende	“O lobby é ter alguém preparado para defender o seu interesse, o interesse de um grupo. Se é pra defender o interesse de um grupo, eu tenho que estar preparado para entender o que essa defesa gera de compromisso”
(2) Reconhecer o valor da defesa	(a) “Você tem um produto excelente para defender, que é a educação né?! Não significa que o lobista da Coca Cola também não tenha motivo para defender. Tem também. Não significa que o lobista da aviação, por exemplo, não tenha que fazer lobby” (b) “A primeira coisa que você faz, você não consegue defender nada que você não cristaliza, primeiro, como patrimônio de

	<p>alguém. Então, quando você vai defender alguma coisa, isso tem que estar muito claro na cabeça do interlocutor que aquilo é realmente motivo para ele defender. Nenhum parlamentar vai defender aquilo que não o interessa”</p>
(3) Buscar informações do agente político	<p>(a) “Você passa a entender que cada deputado tem um sonho. O ser humano acorda sonhando. Então você busca o deputado A, que tem um pezinho na Educação. O deputado B, tem histórico na educação. E você vai construir onde você entra.”</p> <p>(b) “Entender primeiro a linha, o pensamento do parlamentar, os alinhamentos que ele tem na sua história de vida, antes inclusive do mandato, é estudo mesmo. Depois, somar que aquilo que você defende tem que gerar resultados positivos.”</p>
(4) Organização de Advocacy	<p>(a) “Eu não faço movimentos sem alunos, reitores e professores, porque, se não fica ‘a ACAFE do Adriano’ e não é isso, é a ACAFE de Santa Catarina. Tem que ficar claro que, na ausência do Adriano, a ACAFE é a pauta. Na ausência da Ceretta, a UNESCO é a pauta. Na ausência do (Aristides) Cimadon, a Secretaria de Educação é a pauta. Quando você constrói isso, troca-se o gaiteiro e a música continua a mesma. Isso é fundamental você estabelecer. Os reitores são parceiros, eles têm agenda comigo lá, cumprem agenda lá.”</p> <p>(b) “Existe também, fora do lobby, o que a gente chama de grupos de pressão. A Carmen Zanotto agora com a enfermagem, por exemplo, foi feito um lobby pesado. Tem pessoas de Santa Catarina que fizeram lobby pesado. Os hospitais fizeram grupo de pressão. Eles se reuniram para não aprovar e criaram um fato da mesma forma os enfermeiros que foram para Brasília foram com dois tipos de sentimento: individual e coletivo. Muitos foram com recursos próprios, de ônibus e ficaram três dias sem comer direito para estar lá e fazer um grupo de pressão na frente das pessoas. Outros não, foram de forma coordenada, com sindicatos e grandes companhias que organizam esse lobby. As coisas no Congresso acontecem muito fortemente pelo lobby.”</p>

<p>(5) Ter domínio de conhecimento dos processos para captação de recurso</p>	<p>“Antes de pedir, já se sabe a sistemática tal do ministério tal. Então quando você chega para o parlamentar você mostra a demanda, o interesse, a legislação e que você sabe o caminho. ‘Deputado, o seu papel é só assinar a emenda. Mas, em que ministério? No ministério tal, com a sistemática tal, e já aconteceu algo em outra universidade assim, assim, assado.’ Aí você desarma.”</p>
<p>(6) Conhecer os stakeholders do agente político</p>	<p>(a) “Aí você pega o Ricardo Guidi, que tem histórico com a universidade, mãe dele com a educação, pai dele com a universidade. Você casa os desejos dentro do projeto. Eu acho que a parte mais importante é estudar o interlocutor.”</p> <p>(b) “Então, assim nós estamos dando para o senhor uma possibilidade de resolver três problemas: o da universidade, o teu e o do aluno. Então você cria mecanismos, pede pra associação empresarial ligar para o deputado dizendo que é importante, pede pra cinquenta alunos por dia mandarem e-mail para o gabinete pedindo, faz alguém chegar na tua mãe, que é uma ‘decisora’, e diz que o histórico do ex-reitor, ex-prefeito Altair Guidi (pai de Ricardo) revive com isso, e você começa a criar esses mecanismos. Esse é o papel do articulador, não basta só um ofício pedindo uma bicicleta. Tem que, primeiro, dar a bicicleta para ele te devolver.”</p> <p>(c) “Nós temos capilarizados em todo o estado os reitores e você sabe quem é amigo de quem, quem tem relação com quem. Então você pede aos reitores para falar e explicar o mundo comunitário, o mundo privado e público, que se a gente perder o UNIEDU o que vai acontecer. Você não põe na conta dele (parlamentar), mas diga que se a gente perder o UNIEDU, quando isso vai custar para Santa Catarina.”</p>

A construção do quadro 15 corrobora com as teorias de relações governamentais apresentadas na fundamentação teórica deste estudo, principalmente no que envolve *lobbying* e *advocacy*. Quando Prakash e Gugerty (2010) destacam a definição de *advocacy* como sendo

os esforços sistemáticos e conjuntos desenvolvidos por *stakeholders* a fim de obter uma decisão política, a fala de Adriano rodrigues no item 4 são completamente evidenciadas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo com evolução da compreensão e do trabalho desenvolvido pelos profissionais de relações governamentais, tratar abertamente acerca de *lobbying* ou *advocacy*, ou até mesmo se declarar profissionalmente como “lobista” é algo quase apócrifo. No entanto, exercer *lobbying* e *advocacy*, em um mundo globalizado e com métodos ágeis de comunicação e tomada de decisão, se torna cada dia mais importante. As organizações passam a analisar suas estratégias políticas de atuação e o meio político passa a compreender com mais precisão o posicionamento das organizações.

Neste âmbito, este estudo buscou analisar as relações governamentais das instituições universitárias, UNESC e ACADE, e sua influência na escolha pública para a obtenção de recursos contributivos à sustentabilidade econômico-financeira. Foi possível compreender o grau de importância que estes recursos têm na garantia da sustentabilidade econômico-financeira das instituições comunitárias a partir das entrevistas realizadas, pois todos os agentes políticos e representantes das instituições tinham compreensão desta importância.

Enquanto espaço e tema para evolução do modelo de gestão de universidades comunitárias, a pesquisa serviu para compreender as estratégias políticas e os espaços de melhoria na comunicação entre instituições de Poder Público. Ainda há possibilidades de aprimoramento do serviço de relações governamentais, bem como ampliação da ação junto à comunidade acadêmica.

A Teoria da Escolha Pública, como campo de estudo para compreensão das estratégias políticas mostrou-se adequada, haja vista a evolução do tema em questão. O aprofundamento do tema também evidenciou a necessidade de se utilizar mais este referencial teórico em análises no campo do desenvolvimento socioeconômico. Por isso, explorar o meio político e compreender seus instintos, vontade e motivações é área a ser explorada com mais profundidade também pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico, ampliando seu escopo de programa interdisciplinar.

Para tal, foi necessário contextualizar o Estado e, em especial, as teorias sobre *lobbying* e *advocacy*, diferenciando-as e podendo compreender que as estratégias políticas perpassam uma série de ações disponíveis. O Estado é uma figura abstrata e os agentes políticos tem interesses individuais, sendo impossível a dissociação entre elas.

As emendas parlamentares, portanto, são o meio pelo qual fica mais evidente o individualismo, não menosprezado ou em sentido popular de não preocupação com outrem,

mas no sentido apresentado neste trabalho por Ayn Rand. O individualismo que nos faz compreender que é cada cidadão atuando pelo seu bem que gera o bem e o resultado positivo ao próximo, com cooperação voluntária na busca de resultado “ganha-ganha”. As emendas parlamentares disponíveis aos deputados federais para serem encaminhadas tornam-se, assim, ferramentas para exercer o individualismo ao mesmo tempo em que as relações governamentais das instituições de ensino superior cultivam junto aos agentes políticos seus mais íntimos desejos.

Neste trabalho, é possível compreender que os agentes políticos têm, sim, motivações pessoais e que as estratégias políticas utilizadas pelas instituições de ensino superior dão resultado positivo para estas. O trabalho desenvolvido junto ao Governo Estadual a fim de aumentar o valor disponibilizado pelo UNIEDU só foi exitoso porque foi bem estruturado, planejado, estudado e valorizado. Neste ponto está o cerne das estratégias políticas estudadas neste trabalho: a valorização.

A valorização que pôde ser vista nos quatro eventos realizados na UNESC para os deputados Geovânia de Sá e Ricardo Guidi. A valorização ao dar a eles a oportunidade de nomear os projetos aos quais apadrinharam. A valorização percebida na fala da reitora da UNESC que, inclusive, deixa claro aos acadêmicos que os mesmos merecem continuar representando politicamente, ou seja, continuar atuam como agentes políticos eleitos.

Esta valorização é evidenciada quando as instituições comunitárias acolhem o governador no interior do estado. A mesma valorização que o governador percebe ao destacar que ainda mantém relações com reitores, alunos, e o quanto ficou feliz no roteiro realizado junto às universidades comunitárias no interior de Santa Catarina. Ao mesmo tempo, a valorização que Adriano Rodrigues destaca que a campanha do governador Moisés não deu ao trabalho desenvolvido no UNIEDU e que contribuiu para um insucesso eleitoral.

Estratégias políticas adotadas para que seja garantida a sustentabilidade econômico-financeira das instituições comunitárias de ensino superior. Estratégias que são defendidas por todos os entrevistados e que evidenciam que é uniforme a compreensão de que essas instituições dependem de recursos governamentais de transferência constitucional – UNIEDU – ou voluntária – emendas parlamentares. No caso das emendas parlamentares, as estratégias políticas ainda mais intensas, haja vista o caráter discricionário da aplicação por parte do parlamentar.

5.1 LIMITAÇÕES DA PESQUISA

A principal limitação encontrada na pesquisa foi a dificuldade que os parlamentares têm em compreender que o trabalho de relações governamentais – ou *lobbying* – não deve se confundir com os crimes de tráfico de influência ou advocacia administrativa. Por mais que alguns parlamentares possam ter essa compreensão muito clarificada, o receio em tratar sobre o tema é perceptível. Por outro lado, os profissionais que atuam na área fazem questão em deixar clara a diferença e acirrar o debate acerca do assunto. Para eles, é importante que essa diferenciação esteja clara não somente aos parlamentares, mas principalmente à sociedade, o que corrobora com o objetivo deste estudo.

5.2 PROPOSIÇÕES DE ESTUDOS FUTUROS

(1) Análise do balanço orçamentário e financeira de ACAFE e UNESCO a fim de obter mais informações sobre o impacto orçamentário e financeiro do UNIEDU na sustentabilidade da associação e da universidade.

(2) Compreensão e desenho da metodologia utilizada para abordagem apresentada na seção 4.3 deste estudo.

(3) Análise dos três pilares da sustentabilidade e seus aspectos nas instituições comunitárias de Santa Catarina.

(4) Ampliação das unidades de análise com aplicação da pesquisa em outras instituições comunitárias de ensino superior, não somente de Santa Catarina, mas de outras unidades da federação.

(5) Explorar as tipologias e estratégias políticas utilizadas e mecanismos de estreitamento de laços políticos.

REFERÊNCIAS

ACAFE. **Página inicial**. 2022. Disponível em: <https://acafe.org.br/site>. Acesso em: 5 jan. 2022.

ANGELI, Eduardo. **Os usos do individualismo por James Buchanan**. Economia e Sociedade. Campinas, São Paulo. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ecos/a/sshQfKN5gqwGGWdHGWTJtbR/?lang=pt>.

AVELAR, L.; CINTRA, A. O. **Sistema Político Brasileiro: uma introdução**. São Paulo: Editora UNESP, 2015.

AVIZÚ, C. **Lobbying, a atividade dos grupos de interesse e grupos de pressão – atuação e direito**. Dissertação (Mestrado em Direito) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. 2007.

AZAPAGIC, A. Systems approach to corporate sustainability: a general management framework. **Institution of Chemical Engineers**, v. 81, p. 303-316, 2003. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0957582003711045>. Acesso em: 14 mar. 2022.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo: retórica**. São Paulo: Almedina Brasil, 2016.

BITTENCOURT, J. B. **UNESC: a trajetória de uma universidade comunitária**. Criciúma: UNESC, 2011.

BONAVIDES, P. **Teoria Geral do Estado**. 7. ed. São Paulo: Malheiros, 2008.

_____. **Ciência Política**. 17. ed. São Paulo: Malheiros, 2010.

BORIM-DE-SOUZA, R. **O alinhamento entre sustentabilidade e competências em contexto organizacional**. 2010. 199 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Estadual de Maringá (UEM), Universidade Estadual de Londrina (UEL), Londrina, 2010.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. [1996]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 5 jan. 2022.

_____. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 1.202, de 30 de maio de 2007**. Disciplina a atividade de "lobby" e a atuação dos grupos de pressão ou de interesse e assemelhados no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados. [2007]. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=353631>. Acesso em: 15 jan. 2022.

_____. **Lei nº 12.881, de 12 de novembro de 2013**. Dispõe sobre a definição, qualificação, prerrogativas e finalidades das Instituições Comunitárias de Educação Superior - ICES, disciplina o Termo de Parceria e dá outras providências. [2013]. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112881.htm. Acesso em: 5 jan. 2022.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2015.

_____. Câmara dos Deputados. **Manual de Emendas Orçamento da União para 2021**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2021. Disponível em: https://www.camara.leg.br/internet/comissao/index/mista/orca/orcamento/or2021/emendas/M anual_Emendas.pdf. Acesso em: 15 abr. 2022.

BRUNDTLAND, G. H. *et al.* **Our common future: by world commission on environment and development**. 1987. Disponível em: <https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/5987our-common-future.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2022.

BUCHANAN, J. M. **The constitution of economic policy**. *The American Economic Review*, v. 77, n. 3, pp. 243-250, 1987. Disponível em <https://www.science.org/doi/10.1126/science.236.4807.1433>. Acesso em: 10 jan. 2022.

BUCHANAN, J. M.; TULLOCK, G. **The Calculus of Consent**. *The Collected Works of James M. Buchanan*. Indianapolis: Liberty Fund, [1962] 1999.

BUCLEY, S. **Advocacy Strategies and Approaches: Overview Paper**. 2010. Disponível em: <https://www.semanticscholar.org/paper/Advocacy-Strategies-and-Approaches-%3A-Overview-Paper-Buckley/39a3ab44118f3e3db3bca953fdd4d473838cc1b7#related-papers>. Acesso em: 14 mar. 2022.

BUTLER, E. **Escolha pública: um guia**. São Paulo: Bunker Editorial, 2015.

CARDOSO, M. Noite de homenagens oficializa repasse de R\$ 1,5 milhão para construção de passarelas na Unesc. **Agecom UNESC**, Criciúma, 9 jul. 2021. Disponível em: <http://noticias.unesc.net/geral/2021/07/09/noite-de-homenagens-oficializa-repasse-de-r-15-milhao-para-construcao-de-passerelas-na-unesc/>. Acesso em: 11 jan. 2022.

_____. **Realidade Mista: Tecnologia inovadora oportunizará experiências diferenciadas a alunos da Unesc**. **Agecom UNESC**, Criciúma, 24 jun. 2022. Disponível em: <https://www.unesc.net/portal/aicom/blog/51094-realidade-mista-tecnologia-inovadora-oportunizara-experiencias-diferenciadas-a-alunos-da-unesc/>. Acesso em 14 out. 2022.

_____. **Unesc comemora o lançamento oficial de Centro de Práticas Inovadoras no Ensino em Saúde**. **Agecom UNESC**, Criciúma, 27 set. 2021. Disponível em: <http://noticias.unesc.net/eventos/2021/09/27/unesc-comemora-o-lancamento-oficial-de-centro-de-praticas-inovadoras-no-ensino-em-saude/>. Acesso em 11 jan. 2022.

_____. **Unesc inaugura mais de 3.600 metros de passarelas que interligam todos os espaços do campus**. **Agecom UNESC**, Criciúma, 27 jun. 2022. Disponível em: <https://noticias.unesc.net/geral/2022/06/27/unesc-inaugura-mais-de-3-600-metros-de-passerelas-que-interligam-todos-os-espacos-do-campus/>. Acesso em 14 out. 2022.

COSTA, Maick; BANDEIRA DE MELLO, Rodrigo; MARCON, Rosilene. **Influência da conexão política na diversificação dos grupos empresariais brasileiros**. Revista de Administração de Empresas, v. 53, n. 4, p. 367-387, Julho-Agosto, 2013.
<http://www.spell.org.br/documentos/ver/10577/influencia-da-conexao-politica-na-diversificacao-dos-grupos-empresariais-brasileiros>

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

CUREAU, P. H. J. **Bolsas de Mestrado e Doutorado do UNIEDU têm reajuste de 50% e beneficiam 873 estudantes**. Florianópolis: Secretaria de Estadual da Educação, 14 jan. 2022. Disponível em: <https://www.sed.sc.gov.br/secretaria/imprensa/noticias/31418-bolsas-de-mestrado-e-doutorado-do-uniedu-tem-reajuste-de-50-e-beneficiam-873-estudantes>. Acesso em: 19 jan. 2022.

DOWNS, A. **An Economic Theory of Democracy**. Nova York: Harper and Row, 1957.

DYLLICK, T.; HOCKERTS, K. Beyond the business case for corporate sustainability. **Business Strategy and the Environment**, v. 11, p. 130-141, 2002. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/36386947_Beyond_the_Business_Case_for_Corporate_Sustainability. Acesso em: 15 mar. 2022.

ELKINGTON, J. **Cannibals with forks: the triple bottom line of 21st century business**. Oxford: Capstone Publishing Limited, 1999.

FARHAT, S. **Lobby: O que é, como se faz**. São Paulo: Editora Peirópolis, 2007.

GIANTURCO, A. **A Ciência da Política: Uma introdução**. 1. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2017.

HERRING, E. **Group Representation Before Congress**. Washington, D.C.: Brookings, 1929.

JAMALI, D. Insights into the triple bottom line integration from a learning organization perspective. **Business Process Management Journal**, v. 12, n. 6, p. 809-821, 2006.

JENSEN, M. C.; MECKLING, W. H. Teoria da firma: comportamento dos administradores, custos de agência e estrutura de propriedade. **Revista de Administração de Empresas**, v. 48, n. 2, p. 87-125, 2008.

LAPALOMBARA, J. **A Política no Interior das Nações**. Brasília: Editora da UnB, 1982.

LAZZARINI, S. G. **Capitalismo de laços: os donos do Brasil e suas conexões**. Rio de Janeiro: 2011.

LINDBLOM, C. E. **O processo de decisão política**. Brasília: Editora da UnB, 1981.

LODI, J. B. **Lobby: os grupos de pressão**. São Paulo: Pioneira, 1986.

LOPES, G. S. C. **Gestão Estratégia de Crise: Um modelo para as universidades**

comunitárias. Tese (Doutorado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, 2020.

MAFRA, R. L. M. Comunicação, ocupação, representação: três olhares sobre a noção de *advocacy* em contextos de deliberação pública. **Revista Compólitica**, v. 4, n. 1, p. 181, 2014. Disponível em: <http://compolitica.org/revista/index.php/revista/article/view/61>. Acesso em: 19 mar. 2022.

MALUF, S. **Teoria Geral do Estado**. 35. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

MANCUSO, W. P.; GOZETTO, A. C. O. Lobby: instrumento democrático de representação de interesses? **Organicom: Revista Brasileira de Comunicação Organizacional e Relações Públicas**. Ano 8, n. 14. 2011. Disponível em: <http://www.revistaorganicom.org.br/sistema/index.php/organicom/article/view/344>. Acesso em: 8 jan. 2022.

MONTESQUIEU. **O Espírito das Leis**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

MILL, J. S. **A Liberdade: Utilitarismo**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

MUELLER, D. C. **Public Choice II: a revised edition of public choice**. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

PATRI, E. C. R. Relações Governamentais, Lobby e Advocacy no Contexto de Public Affairs. **Organicom. Revista Brasileira de Comunicação Organizacional e Relações Públicas**, São Paulo, v. 8, n. 14, 2011. Disponível em: <http://revistaorganicom.org.br/sistema/index.php/organicom/article/view/397>. Acesso em: 15 mar. 2022

PEREIRA, P. T. A teoria da escolha pública (public choice): uma abordagem neoliberal? **Análise Social**, Lisboa, v. 32, n. 141, p. 419-442, 1997. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1221841484T5sAW2pw7Dh10FX8.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2021.

PRAKASH, A.; GUGERTY, M. K. **Advocacy organizations and collective action: an introduction**. New York: Cambridge University Press, 2010. Disponível em: <https://www.semanticscholar.org/paper/1-Advocacy-organizations-and-collective-action-%3A-an-Prakash-Gugerty/ccc28bfc0086c5f3d3f4274c6c3f956fcc8712d8>. Acesso em: 15 mar. 2022.

RAND, A. **A Revolta de Atlas**. Rio de Janeiro: Sextante, 2010.

_____. **A Virtude do Egoísmo**. Porto Alegre: Ed. Ortiz/IEE, 1991.

ROVARIS, N. R. S.; CAVICHIOLI, D.; DALL’ASTA, D. Teoria das escolhas públicas: uma análise bibliométrica do período de 1996 a 2015. **RACEF – Revista de Administração, Contabilidade e Economia da Fundace**, v. 11, n. 1, p. 22-39, 2020.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, P. B. **Metodologia de Pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

SANTA CATARINA. **Constituição do Estado de Santa Catarina (1989)**. Florianópolis: SC, 2022. Disponível em: http://leis.ale.sc.gov.br/html/constituicao_estadual_1989.html. Acesso em: 02 mai. 2022.

SANTOS, M. L. *et al.* **Lobbying no Brasil: profissionalização, estratégias e influência**. Brasília: IPEA, 2017

SODRÉ, A. C. A; ALVES, M. F. C. Relação entre Emendas Parlamentares e Corrupção Municipal no Brasil: Estudo dos Relatórios do Programa de Fiscalização da Controladoria-Geral da União. **RAC**, v. 14, n. 3, art. 2, p. 414-433, Mai./Jun. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rac/a/mDrCpCxmvfzgJtj7bMqD4jt/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 04 mai. 2022.

SMITH, A. **A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

TULLOCK, G. Efficient Rent Seeking. *In*: LOCKARD A., TULLOCK G. (Org.). **Efficient Rent-Seeking: Chronicle of an Intellectual Quagmire**. Boston: Kluwer Academic Publishers, 2001. p. 3-16.

UNESC – Universidade do Extremo Sul Catarinense. **Histórico**. 2020. Disponível em: <http://www.unesc.net/portal/reitoria/historico>. Acesso em: 17 jan. 2022.

_____. **Inauguração do Centro de Realidade Mista**. 2022. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=0N_jSDmk2MM&ab_channel=UnescTV. Acesso em: 10 jan 2022.

_____. **Balanco Social – Ano 2020**. 2021. Disponível em: http://www.unesc.net/portal/resources/official_documents/20039.pdf?1630440387. Acesso em: 04 mai 2022.

VENERIO, C. M. S. **Universidade e comunidade: o ethos comunitário das universidades catarinenses mantidas por fundações municipais de direito privado - uma abordagem a partir do pluralismo jurídico**. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Jurídicas. Programa de Pós-Graduação em Direito, Florianópolis, 2012.

WIEGERINCK, J. A. **Tripartição do Poder: O balanço entre harmonia e independência**. São Paulo: Faculdade Mackenzie, 2010. Disponível em: www.mackenzie.br/fileadmin/Graduacao/FDir/Artigos/joao.pdf. Acesso em: 15 mar. 2022.

YIN, R. K. **Estudo de Caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: ArtMed Brookman, 2001.

APÊNDICES

APÊNDICE A – ROTEIROS DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADAS

Roteiro de Entrevista Semi-Estruturada com os deputados federais Geovânia de Sá e Ricardo Guidi

Elementos (1-2)	Categorias de Análise (a-e)	Constructos Teóricos (I-III)	Roteiro de Entrevista
1. Motivações econômicas dos políticos na alocação de recursos em instituições comunitárias	a. Interesses individuais de atores políticos na alocação de recursos	I. Teoria da Escolha Pública e Rent Seeking	1.a.I) Como o projeto em questão foi apresentado a você? Ou como houve a definição de investir emenda parlamentar neste projeto? 1.a.I) Houve algum empecilho para esta decisão? 1.a.I) Qual o grau de importância política deste investimento?
	b. Grau de importância do relacionamento entre instituições comunitárias e atores do poder público local, estadual e nacional		1.b.I) Como você avalia o relacionamento entre os representantes da universidade e você? 1.b.I) Qual a sua relação com a universidade?
	c. Formalização de trabalho de relações governamentais e modelos de estratégias políticas adotadas	II. Relações Governamentais, Grupos de Interesse e Teoria Geral de Estado	1.c.II) Como você avalia o trabalho de relações governamentais por parte das universidades desenvolvido durante seu período de mandato? 1.c.II) Você percebe algum tipo de metodologia desenvolvida na abordagem por parte dos representantes das universidades comunitárias?
2. A dependência de recursos das universidades comunitárias para investimentos	d. Compreensão sobre rent seeking dos atores que realizam relações governamentais no âmbito das instituições comunitárias		2.d.II) As instituições comunitárias têm, em sua opinião, total ciência da importância que existe em relacionar-se com eficiência junto ao Poder Público? 2.d.II) Como se deu a definição e a quantificação de recursos a serem destinados ao projeto em questão? 2.d.II) Durante seu mandato, alguma outra instituição comunitária recebeu recursos de emenda?

	e. Compreensão dos gestores das instituições sobre a necessidade de recursos de emendas parlamentares e de investimentos públicos diretos (bolsas de pesquisa) e indiretos (investimentos físicos) para sustentabilidade econômico financeira das instituições comunitárias	III. Sustentabilidade Econômico Financeira	2.e.III) Você percebe a importância que as emendas parlamentares têm na sustentabilidade econômico financeira das universidades comunitárias?
--	---	---	---

Roteiro de Entrevista Semi-Estruturada ao Governador Carlos Moisés da Silva

Elementos (1-2)	Categorias de Análise (a-e)	Constructos Teóricos (I-III)	Roteiro de Entrevista
1. Motivações econômicas dos políticos na alocação de recursos em instituições comunitárias	a. Interesses individuais de atores políticos na alocação de recursos	I. Teoria da Escolha Pública e Rent Seeking	1.a.I) Como aconteceu a definição de aumento no repasse para o UNIEDU? 1.a.I) Houve resistência de alguma parte para isso? 1.a.I) Como foi a reação da comunidade acadêmica e das instituições comunitárias quando do anúncio de aumento?
	b. Grau de importância do relacionamento entre instituições comunitárias e atores do poder público local, estadual e nacional		1.b.I) Como você avalia o relacionamento entre os representantes da universidade e o Poder Público estadual? 1.b.I) Quais os principais desafios que você percebe no relacionamento com as universidades comunitárias?
	c. Formalização de trabalho de relações governamentais e modelos de estratégias políticas adotadas	II. Relações Governamentais, Grupos de Interesse e Teoria Geral de Estado	1.c.II) Como você avalia o trabalho de relações governamentais por parte das universidades desenvolvido durante seu período de mandato? 1.c.II) Você percebe algum tipo de metodologia desenvolvida na abordagem por parte dos representantes das universidades comunitárias?

2. A dependência de recursos das universidades comunitárias para investimentos	d. Compreensão sobre rent seeking dos atores que realizam relações governamentais no âmbito das instituições comunitárias		2.d.II) As instituições comunitárias têm, em sua opinião, total ciência da importância que existe em relacionar-se com eficiência junto ao Poder Público? 2.d.II) O senhor fez um roteiro pelas universidades comunitárias. Como foi a recepção? 2.d.II) O senhor acredita que o apoio recebido foi possível por conta do aumento do repasse para o UNIEDU?
	e. Compreensão dos gestores das instituições sobre a necessidade de recursos de emendas parlamentares e de investimentos públicos diretos (bolsas de pesquisa) e indiretos (investimentos físicos) para sustentabilidade econômico financeira das instituições comunitárias	III. Sustentabilidade Econômico Financeira	2.e.III) Você tem ciência sobre a importância dos recursos do UNIEDU para a sustentabilidade econômico financeira das universidades comunitárias?

Roteiro de Entrevista Semi-Estruturada com Adriano Rodrigues - Coordenador Relações Governamentais ACAFE

Elementos (1-2)	Categorias de Análise (a-e)	Constructos Teóricos (I-III)	Roteiro de Entrevista
1. Motivações econômicas dos políticos na alocação de recursos em instituições comunitárias	a. Interesses individuais de atores políticos na alocação de recursos	I. Teoria da Escolha Pública e Rent Seeking	1.a.I) Como aconteceu a definição de aumento no repasse para o UNIEDU? 1.a.I) Houve resistência por parte do governo para isso? 1.a.I) Como foi a reação da comunidade acadêmica e das instituições comunitárias quando do anúncio de aumento?
	b. Grau de importância do relacionamento entre instituições comunitárias e atores do poder público local, estadual e nacional		1.b.I) Como você avalia o relacionamento entre os representantes da universidade e o Poder Público estadual?
	c. Formalização de trabalho de relações governamentais e modelos de estratégias políticas adotadas	II. Relações Governamentais, Grupos de	1.c.II) Qual a metodologia que você utiliza nas ações desenvolvidas nas relações governamentais da ACAFE?

2. A dependência de recursos das universidades comunitárias para investimentos	d. Compreensão sobre rent seeking dos atores que realizam relações governamentais no âmbito das instituições comunitárias	Interesse e Teoria Geral de Estado	2.d.II) As instituições comunitárias têm, em sua opinião, total ciência da importância que existe em relacionar-se com eficiência junto ao Poder Público? 2.d.II) Como foi a recepção ao governador no roteiro feito por ele após o aumento do valor do UNIEDU?
	e. Compreensão dos gestores das instituições sobre a necessidade de recursos de emendas parlamentares e de investimentos públicos diretos (bolsas de pesquisa) e indiretos (investimentos físicos) para sustentabilidade econômico financeira das instituições comunitárias	III. Sustentabilidade Econômico Financeira	2.e.III) Qual a importância do UNIEDU para a sustentabilidade econômico financeira da universidade? 2.e.III) Qual a importância das emendas parlamentares para a sustentabilidade econômico financeira da universidade?

APÊNDICE B – ENTREVISTA COM O COORDENADOR DE RELAÇÕES
GOVERNAMENTAIS DA ACAFE, ADRIANO RODRIGUES

Autor: Como aconteceu a definição para aumento no valor do UNIEDU nos últimos anos?

Adriano Rodrigues: O aumento do UNIEDU é importante entender o processo de construção do UNIEDU, que é um processo que já começou com a partilha 90/10, há 17 anos. De lá para cá, configurou-se uma disputa por esse 10%, não pelo valor de dez, mas pelo valor real da institucionalidade do poder. Ou seja, porque alguém merece dez se não é público. Então, começou-se ali realmente a necessidade da ACAFE se posicionar, das universidades se posicionarem. Não pelo 10%, que não significava muito na sobra das bolsas. Inclusive, haviam valores que até eram devolvidos à maior do que 10%. Mas o institucional de perder a razão de comunitária porque o privado recebe recurso público junto com um ator que está no Estado há cinquenta anos desenvolvendo Santa Catarina. O UNIEDU na sua vez, começou a crescer e trazer benefícios para o Estado. Porém, ficou alguns anos num valor que não era sobrevida para as ações financeiras. Eram um recurso disponibilizado para os alunos com critérios de entradas, totalmente fora do ponto de vista sustentável. O governo não tinha um olhar para a transformação pela educação pelo UNIEDU. Seja secretaria, seja os governadores que lá estiveram, os secretários, o UNIEDU não era um ambiente transformador. Passou a ser quando, no governo Moisés quando sai ali de 50 milhões e começa uma subidinha, e hoje está em quase meio bilhão. Ali você começa a ver a mudança no estado. Esse ambiente que transforma Santa Catarina e o sistema ACAFE. Santa Catarina é associativista, é cooperativista e o sistema ACAFE tem isso no seu cerne. Quando os reitores perceberam esse recurso, o envolvimento ficou maior, ela começou a ressignificar, que é manter não só o aluno na ponta, mas com qualidade. Em plena pandemia, estar nesse processo de manter o UNIEDU foi fundamental, não pelo olhar do governador, mas pela necessidade do Estado permanecer intacto durante a pandemia. Talvez ninguém tenha visto isto, mas alguns percebem. Ele não deu o dinheiro para salvar as universidades, ele deu dinheiro para manter a qualidade da educação durante a pandemia na ponta.

Autor: Qual foi a reação dos reitores em relação ao acréscimo?

Adriano Rodrigues: Foi surpreendente.

Autor: Eles tinham noção de que isso era fundamental para a sustentabilidade dessas instituições?

Adriano Rodrigues: Tinham, mas não acreditavam que algum dia chegaria nesse montante. Porque o UNIEDU, de 2007 até agora ele tem uma história e tem uma linha, um crescimento mantido ele cresceu. Quando cresceu, três movimentos ocorreram. Primeiro, o despreparo das instituições para receber alunos. Segundo, o tipo de aluno que nós receberíamos, uma vez que nós tínhamos uma média de entrada e que a partir do UNIEDU existem 60 mil alunos hoje você vai em busca de alunos que estão vindo sem critério de escolha. Então, temos aí um ambiente das universidades em que elas estão fazendo movimentos de ficar um ou dois semestres nivelando esse público, porque aí surgiu o terceiro problema. E o terceiro é que deu renda para as instituições. Com isso, eles conseguem manter o professor, manter a pesquisa. E o UNIEDU, é bom dizer que ele não trabalha só na linha da bolsa, também trabalha na linha do PROESDE, que é o desenvolvimento de cinquenta municípios. Ele atacou fortemente no apagão de professores. Então, esses gestos levaram os leitores a fazer, volto a dizer que não foi um movimento único e exclusivamente pelo dinheiro, não foi, foi por alguém ter dado para a ACAFE, alguém sem intimidade, ter dado para ACAFE, um combustível que ela não tinha. Alguém está dizendo que nós somos importantes e vai lá e coloca recursos para nos manter, transformar nossa bolsa, manter educação com qualidade. Então vai mais além de recurso, é mais transformador que isso. Talvez o reitor, mais financeiro, olhe para o UNIEDU como recurso, mas o aluno tem um olhar completamente diferente. A mãe do aluno, completamente diferente do reitor e do aluno. E se a região puder pensar, é o grande motor da indústria.

Autor: Você disse que o governador não tinha noção do tamanho, impacto que isso deveria ter e que isso tinha. Quem mostrou isso para ele?

Adriano Rodrigues: Recordo, em novembro, logo após a eleição, nós participamos juntos, em Brasília, na casa de um embaixador de um jantar. Eu não conhecia o Moisés, o Moisés não me conhecia. Eu tinha obrigação de conhece-lo mais. Nós estávamos com embaixadores dos Estados Unidos, do Canadá, da França. Era todo mundo. E eu e ele na sala. Até que teve um momento que eu fui ao encontro dele e comecei a falar um pouco de ACAFE com ele, mas ele já tinha muito conhecimento de ACAFE porque ele vem de uma instituição comunitária. E certamente os números do Estado levaram ele tomar a decisão. Ele viu a arrecadação. E arrecadação permitia que você pudesse ampliar o UNIEDU. Certamente, o secretário à época, Natalino Uggioni, foi quem fez o movimento inicial pelo movimento dos reitores. Os reitores todos os anos faziam o mesmo movimento, com todos os governadores. O Moisés sentiu, o Moisés atendeu. Eu não tinha, antes disso, nenhuma relação com o Moisés, nada antes disso. Outros tinham a obrigação, porque os outros governadores foram antes

prefeitos, foram deputados, estiveram na base e conhecem o estado melhor, melhor que o Moisés. Mas não tiveram esse olhar para a educação. O Moisés mudou a educação de Santa Catarina, muito por conta de um único gesto, cumprindo a legislação.

Autor: Você tem alguma metodologia específica na abordagem aos políticos, na abordagem ao deputado, na abordagem ao governador, você tem metodologia? Se tem, você aprendeu isso em algum lugar ou foi a prática que trouxe?

Adriano Rodrigues: Acho que a prática, Nicolás. Tem uma legislação no Congresso Nacional tratando do lobby, que é uma palavra que envergonha alguns e no Brasil ficou manchada. Nos Estados Unidos, por exemplo, você assina carteira como lobista. Há quinze anos eu represento a ACAFE em Brasília. Você tem um produto excelente para defender, que é a educação né?! Não significa que o lobista da Coca Cola também não tenha motivo para defender. Tem também. Não significa que o lobista da aviação, por exemplo, não tenha que fazer lobby. O lobby é um instrumento, e eu falo da relação institucional. Nessa relação institucional ele vai buscar um diálogo técnico. Existe ali uma linha que defende o lobby do negócio. O lobby é ter alguém preparado para defender o seu interesse, o interesse de um grupo. Se é pra defender o interesse de um grupo, eu tenho que estar preparado para entender o que essa defesa gera de compromisso. E aí você passa a entender que cada deputado tem um sonho. O ser humano acorda sonhando. Então você busca o deputado A, que tem um pezinho na Educação. O deputado B, tem histórico na educação. E você vai construir onde você entra. No meu caso, a ACAFE é transformadora em Santa Catarina. A primeira coisa que você faz, você não consegue defender nada que você não cristaliza, primeiro, como patrimônio de alguém. Então, quando você vai defender alguma coisa, isso tem que estar muito claro na cabeça do interlocutor que aquilo é realmente motivo para ele defender. Nenhum parlamentar vai defender aquilo que não o interessa, a não ser que a gente não outro lado da história, que a não tá faltando aqui, e que é comum. Mas entender primeiro a linha, o pensamento do parlamentar, os alinhamentos que ele tem na sua história de vida, antes inclusive do mandato, é estudo mesmo. Depois, somar que aquilo que você defende tem que gerar resultados positivos. Junta tudo isso e apresenta para o parlamentar. Numa pauta negativa como é a pauta do Congresso Nacional, pesada, meu Deus, aquilo não funciona! E eles sempre nesse ciclo de se auto defender, pela mídia, pela cobrança social. Quando você põe uma pauta de presente na mão deles como a educação, a maneira como você põe você está tirando um peso dele e está dando a oportunidade de defender aquilo que na verdade é o que você mais precisa. Então, existem dois lobbys. O lobby do Adriano ir lá e resolver o problema da iluminação do sitio dele na Celesc, e é

interessante porque eu sou um cidadão que paga imposto e preciso de três quilômetros de fio até o meu sítio e que a Celesc não põe. E existe o lobby comum. Existe também, fora do lobby, o que a gente chama de grupos de pressão. A Carmen Zanotto agora com a enfermagem, por exemplo, foi feito um lobby pesado. Tem pessoas de Santa Catarina que fizeram lobby pesado. Os hospitais fizeram grupo de pressão. Eles se reuniram para não aprovar e criaram um fato da mesma forma os enfermeiros que foram para Brasília foram com dois tipos de sentimento: individual e coletivo. Muitos foram com recursos próprios, de ônibus e ficaram três dias sem comer direito para estar lá e fazer um grupo de pressão na frente das pessoas. Outros não, foram de forma coordenada, com sindicatos e grandes companhias que organizam esse lobby. As coisas no Congresso acontecem muito fortemente pelo lobby. Mas a primeira coisa é identificar o parlamentar, juntar as pontas depois ter um bom produto de defesa e mostrar para o parlamentar que ele vai ter fruto com aquilo, não só resultado, mas além da imagem parlamentar. Quando você leva boas pautas, você acaba ajudando ele a se ajudar e a criar reputação dentro do meio. E isso tem que unir também os alunos. Eu não faço movimentos sem alunos, reitores e professores, porque, se não fica ‘a ACAFE do Adriano’ e não é isso, é a ACAFE de Santa Catarina. Tem que ficar claro que, na ausência do Adriano, a ACAFE é a pauta. Na ausência da Ceretta, a UNESCO é a pauta. Na ausência do (Aristides) Cimadon, a Secretaria de Educação é a pauta. Quando você constrói isso, troca-se o gaiteiro e a música continua a mesma. Isso é fundamental você estabelecer. Os reitores são parceiros, eles têm agenda comigo lá, cumprem agenda lá.

Autor: Existe pensamento uniforme entre os recursos de que o recurso público que vem pelo UNIEDU, da emenda parlamentar, é essencial para a sustentabilidade econômico financeira da instituição? Eles têm noção disso?

Adriano Rodrigues: Eu digo que 90% das emendas que vem são provocadas. E eu conheço todas as emendas que vieram para cá. Teve uma única emenda parlamentar, que ela (deputada) é apaixonada por educação e ela investiu um valor para desenvolver educação na área de robótica. Ela procurou a situação para fazer isso. Do contrário, são as instituições que procuram o parlamentar, porque o recurso está lá e a demanda está aqui. Você precisa simplesmente casar as duas coisas.

Autor: Isso bate com o que o Ricardo Guidi e Geovânia de Sá falaram dos dois projetos em questão: passarelas e laboratório de realidade aumentada. Os dois falaram que a reitora Luciane que apresentou para eles.

Adriano Rodrigues: Você ajuda o parlamentar de deixar uma marca do mandato. Todo mundo que entra na universidade vai perceber que existe, em dias de chuva, uma passarela que Ricardo Guidi deu, diferentemente se ele der para o município 'tal' uma passarela. Então, ele tem a visibilidade dele também, tem as escolhas. É diferente uma passarela em Treviso e uma passarela na UNESCO. Então, é necessário entender primeiro o processo das emendas, a legislação, como funciona. É muito importante entender o Orçamento. Não é simplesmente ela pedir e levar. Primeiro, experiência é muito importante. Por exemplo, você tem que primeiro estudar o ministério. Antes de pedir, já se sabe a sistemática tal do ministério tal. Então quando você chega para o parlamentar você mostra a demanda, o interesse, a legislação e que você sabe o caminho. 'Deputado, o seu papel é só assinar a emenda. Mas, em que ministério? No ministério tal, com a sistemática tal, e já aconteceu algo em outra universidade assim, assim, assado.' Aí você desarma, traz conforto ao deputado e resolve o problema do aluno. Aí você pega o Ricardo Guidi, que tem histórico com a universidade, mãe dele com a educação, pai dele com a universidade. Você casa os desejos dentro do projeto. Eu acho que a parte mais importante é estudar o interlocutor. Recurso todos eles têm. Mas aonde é decisão de cada um. Então, se você conhece a cabeça do parlamentar, você desarma e cria relações. Por exemplo, no caso do UNIEDU que estávamos falando. Nós temos capilarizados em todo o estado os reitores e você sabe quem é amigo de quem, quem tem relação com quem. Então você pede aos reitores para falar e explicar o mundo comunitário, o mundo privado e público, que se a gente perder o UNIEDU o que vai acontecer. Você não põe na conta dele (parlamentar), mas diga que se a gente perder o UNIEDU, quando isso vai custar para Santa Catarina. Da mesma forma uma emenda parlamentar, o deputado pode investir na passarela da UNESCO ou numa ponte em Sombrio, não tem problema, o recurso é dele. Mas na passarela o senhor atende X, em dia de chuva o aluno está estudando molhado. Então, assim nós estamos dando para o senhor uma possibilidade de resolver três problemas: o da universidade, o teu e o do aluno. Então você cria mecanismos, pede pra associação empresarial ligar para o deputado dizendo que é importante, pede pra cinquenta alunos por dia mandarem e-mail para o gabinete pedindo, faz alguém chegar na tua mãe, que é uma 'decisora', e diz que o histórico do ex-reitor, ex-prefeito Altair Guidi (pai de Ricardo) revive com isso, e você começa a criar esses mecanismos. Esse é o papel do articulador, não basta só um ofício pedindo uma bicicleta. Tem que, primeiro, dar a bicicleta para ele te devolver.

Autor: E nesse momento de criar esse sentimento no político, o roteiro que foi feito com o governador Moisés nas comunitárias, no interior do Estado, após esse aumento do UNIEDU, você acha que surtiu o efeito que ele imaginava, mesmo não tendo sido reeleito?

Adriano Rodrigues: Eu acho que surtiu efeito por um único motivo. O maior marketing do Jorginho Mello (governador vencedor das eleições), que venceu a eleição, foi uma ação em cima de universidade gratuita, para contrapor o maior gesto do governador que foi a educação. A grande questão é que nós fizemos um movimento InovaSC, não sei se você lembra, que levava o governador nas comunitárias, mas isso não ficou muito percebido pelos alunos. Localmente, todo mundo sabe o que o Moisés fez pela educação, mas o que pega as pessoas, em especial as pessoas mais simples, e as pessoas não têm culpa de serem simples, elas trabalham todos os dias. Elas não têm tempo de ler, acompanhar os jornais, não convivem com pessoas que dialogam... o real interesse de um gesto. Então, eu acho que ele não foi ao fundo na real importância que foi aumentar (o UNIEDU). Ele simplesmente aumentou, aumentou, aumentou, aumentou... Comunicou as universidades, comunicou os alunos. Mas o que isso de fato significou? Por que aumentou? Não foi comunicado. Não houve uma propaganda na TV do UNIEDU durante a campanha do governador e nem campanha institucional da Secretaria de Educação falando o que isso significa. Isso significa mais alunos, mais desenvolvimento socioeconômico regional, mais emprego, mais mão de obra qualificada para o mercado, enfim, mais, mais, mais... Não. Foi apresentado 'bolsas'. Cinquenta mil bolsas. Mas o que isso quer dizer para a Dona Maria lá do bairro tal? Se alguém diz pra ela que estão dando 50 mil bolsas a mais e que isso chega pra ela de alguma forma, é diferente. Não chegou pra ela assim. Chegou pra ela que a universidade vai ganhar dinheiro, o aluno – que não é meu filho ou neto – vai ganhar bolsa. Isso não gerou movimento. Diferentemente da ideia do Jorginho de dizer que vai dar faculdade gratuita. E ele disse o motivo e porque isso iria transformar. Disse que iria dar faculdade gratuita para todos que não tinham condições, fez analogia com a história de vida dele. Disse que o pessoal vai trabalhar durante o ano prestando cinco horas de serviço. Aí a Dona Maria, essa que eu falei, que não viu no Moisés o gesto do recurso, pensou 'opa, vou ter um médico no posto de saúde trabalhando cinco horas a mais porque o meu imposto vai pagar a universidade dele'. O combinado sempre sai mais barato. O governador ou talvez a equipe não teve essa sensibilidade.

APÊNDICE C – ENTREVISTA COM O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA, CARLOS MOISÉS DA SILVA

Autor: Quando houve esse aumento da arrecadação, e que conseqüentemente aumentaria o repasse, que é feito para o UNIEDU, o senhor viu alguma resistência de alguma das partes envolvidas, ou Secretaria de Educação ou alguém dentro do próprio governo?

Governador Carlos Moisés: Não, assim que assumi o governo eu reuni os reitores, na época das 16 universidades comunitárias, depois saiu a UNISUL, ficaram 15, e falei que o nosso orçamento iria aumentar e que a gente iria reservar volume maior para colocar à disposição do UNIEDU. Se a gente pegar uma média de investimentos no primeiro ano do nosso governo, foram 187,9 milhões de reais em 2019, o que era imediatamente maior que os outros anos que era de cerca de 80 milhões de reais, em média. Chegamos a mais de 37 mil bolsistas, 187,9 milhões em 2019. Em 2020, a gente subiu para 261,6 milhões de reais, com 39 mil bolsistas. Em 2021, 53 mil bolsistas, com 359,3 milhões de reais em orçamento disponível. E em 2022, 67 mil bolsistas com 505 milhões de reais de orçamento. A gente colocou à disposição até 600 milhões de reais para as universidades, mas elas não rodam, até porque avaliam a demanda e são selecionados alunos que estão naquele enquadramento do UNIEDU. Então, a gente pega na nossa gestão 1,3 bilhão de reais de investimento em UNIEDU, e a gente percebe que não só no ambiente acadêmico, mas a gente avançou também para o estudante carente, quando a gente tem a informação de que 57 mil bolsistas do ensino médio recebem mensalmente para o aluno continuar estudando. A gente criou uma outra bolsa de estudos. Isso é absolutamente relevante, porque a gente fez o movimento com as universidades e fez algo inédito no ensino médio, que não havia. É um governo que se preocupa com as pessoas que têm dificuldade de acesso às universidades, com as escolas. Pessoas que muitas vezes tem que abandonar a escola pública pra ir trabalhar. A gente fez o Bolsa Atleta também, algo inédito, e que está muito ligado à educação também, tirando do papel projetos que há mais de doze anos estavam aí adormecidos como, por exemplo, a habitação popular, fazer casa para as pessoas que precisam de casa. Então eu vejo que há uma sensibilidade, de um modo geral no orçamento do governo para questão social. O UNIEDU é algo social e que muitas vezes não entra na conta da Secretaria Desenvolvimento Social.

Autor: Como que o senhor avalia nesses quatro anos a sua relação com os reitores e com a ACAFE?

Governador Carlos Moisés: Eu acredito que foram boas desde sempre. Eu lembro que, assim que assumi o governo, em 2019 fiz uma reunião com os reitores e falei da minha vontade de ampliar o UNIEDU, de manter os recursos previstos no Orçamento, e até ampliar o que está na lei, na Constituição. Alguns não acreditavam. No começo achavam que não ia acontecer. Eu brinquei: ‘nós vamos colocar um orçamento de mais de cem milhões este ano, mas a minha vontade é colocar meio bilhão’. Alguns riram e aconteceu. Foram seiscentos milhões de reais em 2022. E as pessoas não acreditavam que isso pudesse ser possível. Nós fizemos a prática do impossível na gestão. Eu sei que muitas das nossas ações de gestão do governo fizeram exatamente com que o cidadão pudesse perceber que com economia de contratos sobra dinheiro para o que importa. Apesar dessa leitura não ter sido feita na questão política eleitoral, a questão das eleições... a gente percebeu que as pessoas fizeram escolhas muito fanáticas e não pensaram na questão da gestão. Mas eu costumo dizer que a nossa gestão ela tem defeitos, obviamente, teve dificuldades, mas ela é a gestão dos sonhos do catarinense, e o catarinense fez outra escolha. O que nos leva a entender que a democracia precisa de um processo de amadurecimento. E que só a educação, que nos leva à informação, vai poder, de fato, transformar esse cenário político.

Autor: Naquela roteiro que o senhor fez pelo Estado, nas universidades comunitárias, o senhor percebeu que poderia ter um amplo apoio desses reitores, dessas universidades comunitárias, na eleição de outubro? E talvez isso não tenha acontecido como o senhor imaginava?

Governador Carlos Moisés: Não, eu nunca nutri alguma ilusão de alguém levantar publicamente uma bandeira, porque não é esse o papel de reitores, mas eu sentia a simpatia da comunidade acadêmica. Isso pra mim já era o suficiente. Eu nunca vi o governador entrar num ambiente acadêmico e o acadêmico pedir pra tirar selfie. Normalmente eles jogam ovo né?! No nosso caso havia o entendimento de que o nosso trabalho era voltado, de fato, também as universidades comunitárias, enfim, a aprovação da nossa trajetória que tem até hoje. Eu ainda me comunico com alunos que representam DCEs (Diretório Central do Estudante) e eles têm carinho muito grande por a gente, fazem isso publicamente. Então penso que essa legislação (UNIEDU) é algo que não tem precedentes e fez muito bem a nossa campanha. Quem votou no Moisés, quem trabalhou para uma eventual reeleição, não votou numa onda, não votou porque alguém pediu, mas fez uma escolha consciente. Esse é um capital político que poucos têm hoje, porque o resto foi onda, ou votou num pra tirar o outro. Na eleição estadual, todo mundo navegou numa onda. Basta lembrar que próprio TRE nos informa que em São Paulo, mais de

520 mil eleitores, mais de meio milhão de eleitores, votou num governador que não existe, o governador do 22. TSE nos informa isso.

Autor: O senhor acha que as universidades comunitárias têm total ciência de que eles precisam das emendas, e do UNIEDU para que eles precisam do medo para ter sustentabilidade econômico financeira?

Governador Carlos Moisés: Eu penso que essa conexão entre o poder público e as universidades comunitárias, primeiro porque elas nascem no poder público. A maioria delas nasceu de uma fundação municipal, que iniciou essa trajetória, então elas têm um misto de público e privado, é algo mesclado, têm características que abarcam as duas facetas do público e do privado. E elas complementam e fazem uma entrega de um serviço que também é serviço público. A educação é serviço público. Vejo que há entrelaçamento nisso, então não vejo nenhum problema nessa conexão, na questão das emendas, do fomento a essas atividades através das bolsas, enfim, do cofinanciamento das universidades, porque todos nós queremos a mesma coisa, ensino de qualidade, seja ele público ou privado. Eu acho que é uma boa parceria. Eu sou oriundo de uma universidade comunitária, já lecionei, fiz graduação em Direito, mestrado em Direito em universidade comunitária conheço bem a realidade e o quanto elas entregam. A universidade comunitária me ajudou a fazer minhas escolhas na vida, conquistar espaço, e me preparou para o que eu vivo hoje, inclusive. Eu penso que quando nós investimos nas pessoas, não interessa onde elas estejam, estamos investindo em gente. E quando investimos em gente, nosso estado fica melhor, essa é a visão do gestor público.

Autor: O senhor percebeu alguma metodologia ou alguma forma de abordagem por parte do Adriano Rodrigues na ACAFE? Por parte de reitores?

Governador Carlos Moisés: Não necessariamente. Cada qual com seu estilo. Acho que a atuação deles foi fundamental para que houvesse essa conexão. Eu os recebi, junto com demais reitores, diretores, por diversas vezes, no Centro Administrativo, aqui na Casa da Agrônômica. Até mesmo em ambientes privados e restaurantes, enfim, sempre dialogando. Eles trazendo as demandas de todo o setor, das comunitárias. E a gente com muita sensibilidade no governo, sempre trazendo um secretário, fazendo os encaminhamentos, mostrando a importância de atender. Eu acho que essa mistura deu certo. O mais importante é o interesse público no final e ao cabo de tudo isso, que é o cidadão, o aluno ou aluna que vai ter acesso, que vai sonhar, que pode sonhar seus sonhos, que pode fazer com que o nosso Estado tenha uma mão de obra qualificada, oferta de serviços, criatividade, inovação... Isso está absolutamente ligado nessa tríplice hélice que vem a ser o privado, o poder público e a

universidade. Nosso estado é inovador, precisa da inovação. Nosso modelo de gestão também foi um modelo de gestão inovador, então não poderíamos nos afastar das universidades. Existe um ingrediente muito importante que é a produção acadêmica, que tem que cada vez mais se afastar da mera teoria para se aliar à prática. De que forma com meus estudos e meu trabalho posso resolver problemas? Ou pelo menos criar soluções? Eu acho que nisso a nossa Fapesec também fomentou. Os nossos Centros de Inovação também, aí em Criciúma não andou no ritmo que nós queríamos, mas estão construindo o Centro em parceria com a universidade, com o Poder Público. Recursos aqui do Tesouro Estadual aportados e assim que ficar pronto vai se conectar ao nosso ecossistema de inovação do estado.

Autor: O Senhor foi muito bem brifado e a gente conseguiu abranger todos os questionamentos principais que eu tinha. Ainda tem algum ponto que eu ou o senhor talvez não tenha destacado sobre essa relação entre governo e universidade comunitária?

Governador Carlos Moisés: Eu penso que o nome diz bastante, universidade comunitária. Ela está inserida dentro de um contexto comunitário. Eu vou dar outro exemplo, da UNESCO, não deixando de lembrar em todas as outras. A UNESCO foi parceira, por exemplo, para desenvolver o projeto da rodovia de acesso da extensão da Via Rápida. Ou seja, é uma rodovia conturbada, com comércio, habitação ao longo dela e a gente precisa desse olhar sensível. Não é simplesmente uma rodovia estadual e a UNESCO foi parceira, mais uma parceira. E eu destacaria nesse tema UNIEDU, a participação dos alunos, quando vão a campo fazer seu estágio. Então eu acho que a gente também dá oportunidade pro aluno que é bolsista começar a viver na prática, um pouco da sociedade, do mundo real, e começa a se preocupar com as coisas reais. E aí, ao final, a gente percebe que esse aluno, que talvez não tivesse uma oportunidade dele, sai um profissional muito dedicado àquilo que aprendeu, aos compromissos que ele assumiu, enquanto profissional de determinado setor. Então, a gente tem uma profissão excepcional. Em linhas gerais, um aluno excepcional e um profissional excepcional naquilo que ele vai fazer e se compromete a fazer. Estamos plantando gente. Acho que essa é o resumo da ópera. Não se trata de interesse de um governo, de um reitor ou reitora, mas o interesse da sociedade como um todo.

APÊNDICE D – ENTREVISTA COM A DEPUTADA FEDERAL GEOVÂNIA DE SÁ

Autor: Como que o projeto em questão - nesse caso, o laboratório de realidade aumentada - foi apresentado para a senhora e como houve a definição de investir a emenda nesse projeto específico?

Deputada Geovânia de Sá: Então, eu sempre tenho essas conversas com a universidade. Sempre estou em contato com a universidade, que é a universidade da minha cidade. E numa dessas visitas, a Luciane Ceretta, reitora, apresentou o projeto e disse que era um sonho da universidade proporcionar isso aos cursos de saúde. Ela, até na época, lembro quando ela abriu o projeto para mostrar eu não entendi muito. Pensei ‘isso realmente existe?’. Então ela mostrou como era, como que as coisas aconteciam, como que o aluno tinha essa experiência, a prática e como que seria. Questionei ‘existe essa tecnologia?’. Existe, e eu achei que era um absurdo. Quando ela mostrou ela disse que para começar com um milhão (de reais) eu consigo implantar, e depois vai adequando e aumentando. Eu achei aquilo fantástico. Não era só para um curso direcionado, medicina, mas odonto, psicologia e iria para as áreas de saúde com um todo.

Autor: Houve algum empecilho para essa decisão?

Deputada Geovânia de Sá: A única coisa foi que eu não defini na hora. Eu fui até a prefeitura, porque todo o recurso federal vem fundo a fundo. Então eu fui na prefeitura para verificar se, dentro da legalidade, o repasse poderia ser realizado para a construção desse projeto. Então, tudo que vai, e que é fora do fundo municipal, de qualquer política pública, você tem que conferir a legalidade, senão vai para a Câmara de Vereadores. Como a prefeitura tem convênio com a universidade em vários projetos e ações, dava de fazer tranquilo. Era só fazer o termo, o convênio e o repasse para aquele objeto específico, que era a construção. Então, o único empecilho foi esse. E quando a prefeitura disse OK, então eu vi que existe essa possibilidade.

Autor: E qual o grau de importância que a senhora percebeu nesse projeto?

Deputada Geovânia de Sá: Primeiro, eu sou titular da Comissão da Seguridade Social. Hoje estou ausente de qualquer comissão porque sou da Mesa Diretora, que não pode fazer parte de qualquer comissão, mas a comissão que faz parte deste quando entrei no Congresso Nacional 2015 é a da saúde. Então o projeto tinha muito a ver com a saúde. Outro algo que foi determinante foi eu ter sido uma aluna da universidade, egressa da universidade. A universidade está na minha cidade, ou seja, tinha tudo favorável. E como eu vi que o upgrade, ou seja, a migração de algo que era tão simples, a forma de estudar o corpo humano, a forma de estudar, de buscar a experiência para preparar o profissional do futuro. Eu vi que aquilo era algo fantástico, tecnológico, de futuro, de visão, que eu poderia através desse projeto fazer outras

universidades copiarem esse projeto, tanto que é um dos únicos no Brasil. Então foi determinante ser da área que eu defendo, saúde, a universidade que estudei e também do que pode proporcionar para o futuro desses alunos e para as outras universidades.

Autor: Como a senhora avalia o relacionamento entre os representantes da universidade e a senhora?

Deputada Geovânia de Sá: Eu digo sempre que o meu gabinete é da universidade. Então tanto a reitora, quanto qualquer outro técnico, professor, diretor tem prioridade no gabinete. Quando você investe em educação, esse retorno é garantido. Com certeza a gente tem uma boa relação, assim como já investi em outras áreas da universidade. Quando eu estou aqui eu vou lá. Quando eles estão em Brasília, eles estarão no meu gabinete.

Autor: Isso acontece também com outras universidades comunitárias?

Deputada Geovânia de Sá: Mais com a UNESCO. A gente recebe sempre outras, mas o investimento é na nossa universidade de Criciúma, como também já teve eventos que a gente fez investimento até pela afinidade que eu tenho por ser da minha cidade, atende toda a Região Sul.

Autor: E você percebe algum tipo de metodologia para poder abordar os deputados?

Deputada Geovânia de Sá: Eu percebo a valorização de quem investe na universidade. O que a gente busca é a valorização. O que a gente percebe é que eles (UNESCO) sempre tem o projeto em mãos. Mas o que eu percebo é o bom relacionamento que a universidade tem, a valorização de quem faz os investimentos, busca divulgar para a sociedade, para saber que esse parlamentar investiu, porque muitos dizem ‘Ah, mas não faz mais do que sua obrigação’. Só que esses recursos poderiam ir para outra universidade, para outra prefeitura, para outra cidade, para outro fim. Então, realmente acho que a afinidade, o relacionamento, a divulgação, isso tudo é fundamental para que realmente a gente possa investir nas nossas instituições comunitárias.

Autor: As instituições comunitárias, na sua opinião, têm total ciência da importância de se relacionar com eficiência com o poder público?

Deputada Geovânia de Sá: A relação entre o poder público e as universidades comunitárias tem que ser muito afinado, mostrar resultado também, porque você investe no futuro, você investe em quem vai para o mercado de trabalho. Então, essa relação com as prefeituras, com as câmaras, tanto municipal, federal, de qualquer ente, ela tem que ser muito afinada. Então eu vejo que as comunitárias, elas fazem muito bem isso, mais o que os próprios institutos federais que fazem também, mas as comunitárias têm uma afinidade maior. Eu acho

que elas se tornam mais humanas, humanitárias... o trabalho social e o investimento nas pessoas, não só os estudantes, mas na cidade como um todo.

Autor: Você percebe a importância que as emendas parlamentares têm na sustentabilidade econômico financeira das universidades? A senhora tem ciência de que se não houvesse esse tipo de apoio, a universidade não tem recurso, não tem uma fonte de recurso próprios para investimentos?

Deputada Geovânia de Sá: Na verdade, as universidades, elas têm o que arrecadam, mensalidade dos estudantes, mas só aquilo elas não conseguem fazer esses investimentos altos. Um milhão de reais não é fácil de sobrar no caixa de uma universidade, então acredito que esse upgrade de que elas têm, esse investimento, esse olhar, essa visão de um parlamentar, de um prefeito, de um vereador, do deputado, é importante. E investimento na educação, é fundamental.

Autor: Na campanha, a senhora percebeu que esse investimento fez diferença?

Deputada Geovânia de Sá: Como o voto é na cidade, eu digo assim ‘ele (recurso) foi muito bem aplicado, foi muito bem divulgado isso tudo’. Eu acredito que faz sim, que há uma valorização dos próprios professores, que conseguem ver o avanço, os alunos... é claro que você não consegue agregar tudo, mas consegue, na hora da escolha, o estudante, os professores pensam ‘essa investiu na nossa universidade e agora vou retribuir em voto’.

Autor: E no momento da senhora escolher e encaminhar esse projeto, a senhora pensa em quantos votos isso pode render no futuro?

Deputada Geovânia de Sá: Eu acho que isso é resultado do trabalho. Na verdade, quando você procura, quando investe, a valorização automaticamente vem. Quando alguém vê o teu trabalho, vê que o trabalho é sério, a valorização vem acompanhada. Mas na hora de marcar (a emenda), é algo tão técnico que você define a cidade, define o local que vai ser investido aquele recurso. Mas eu acho que a gente percebe isso na hora que a universidade está divulgando aquilo que você investiu, no lançamento aquilo que percebe o olhar das pessoas, a gratidão das pessoas. Eu acho que é nesse momento que você pensa ‘essa pessoa vai me valorizar, vai perceber que eu trabalho por ela, que eu trabalho pelo futuro do país, que é investimento em educação’. Eu acho que é nesse momento (que percebe que pode render votos), não na hora da marcação de emenda.

Autor: Alguma outra universidade comunitária recebeu emenda da senhora?

Deputada Geovânia de Sá: Já investi na UNISUL, na época que era comunitária. Fizemos investimento em pesquisa. Teve um evento esses dias em agradecimento pelo que a gente fez. Foi após as eleições também.

APÊNDICE E – ENTREVISTA COM O DEPUTADO FEDERAL RICARDO GUIDI

Autor: Como que o projeto em questão foi apresentado a você e como houve essa definição para investir e viabilizar esse projeto das passarelas?

Deputado Ricardo Guidi: O projeto foi apresentado pela reitora, Luciane Ceretta, e eu como aluno egresso da UNESC já conhecia a necessidade e lembrava de muitas vezes, dias de chuva, de estar chovendo. A dificuldade para transitar pela universidade seja para uma biblioteca, seja para fazer lanches, seja para ir para trocar de bola. Era comum na época que estudei e hoje UNESC é muito maior, atendendo uma série de outras demandas da região, como as clínicas integradas, que ficam distantes do terminal. Então, naquele almoço, quando foi apresentado, claro também foi falado da necessidade das clínicas, uma vez que do terminal até as clínicas tem uma distância longa e muitas vezes pessoas. Na maioria das vezes, as pessoas já doentes, pessoas de idade que antes tinham que fazer esse trajeto em dia de chuva, na chuva, no sol de verão, também tem que fazer um trajeto longo do sol. Para uma pessoa de idade cria uma grande dificuldade. Eu falei que poderia viabilizar recursos via prefeitura municipal. A gente não tem emendas diretamente, mas que poderia criar condições para que a prefeitura fizesse esse convênio e uma segunda conversa com o prefeito também. O prefeito topou, desde que a gente dessas condições para a prefeitura pagar outras despesas, então topou fazer um convênio para que pudesse fazer as passarelas tão importantes, acho que são mil e quatrocentos metros de passarelas que hoje atendem a toda a comunidade, não só a comunidade acadêmica, mas toda a comunidade do sul do Estado, que muitas vezes também frequenta a universidade.

Autor: Você estudou na universidade?

Deputado Ricardo Guidi: Sim. Faculdade de Direito, na universidade.

Autor: Já existia essa relação com a universidade. Em algum momento você percebeu uma importância política dessa viabilização da passarela?

Deputado Ricardo Guidi: A gente sempre pensa em colocar os recursos em áreas que vão atender da melhor forma o máximo de um número de pessoas possíveis. Foi assim também nas poltronas do SUS, que, quando o hospital procurou falar alguma coisa que possa atender e

melhorar para a população que necessita do SUS, e a gente encaminhou uma emenda no valor não muito alto, menos de quatrocentos mil reais, mas que possibilitou comprar poltronas reclináveis, estofadas, para todos os todos os acompanhantes e não só acompanhantes, mas para o próprio enfermo, que quando sai do leito tem que começar a se movimentar, usar a poltrona. Então, um dia, fiz questão de conhecer as alas, porque conhecia acompanhando meu pai em internações, sempre em boas condições, mas mesmo com boas condições, a gente sempre via. Eu sempre dizia que eram os piores dias da minha vida, com familiar, no hospital, próximo, sem saber se vai ficar bom, sofrendo, porque o pós operatório é um momento bem delicado, então também foi um exemplo disso. Eu acho que quando a gente aplica, da melhor forma possível, claro que isso gera também desdobramentos políticos. E a UNESCO, claro, sempre soube destacar quem que estava viabilizando os recursos para as ações, não só comigo, mas com todos os outros que também fizeram, mas não com foco político porque a universidade tem uma bandeira política, mas sim o foco de destacar ações que melhoram a qualidade de ensino ou a qualidade de quem está circulando por ali para no dia a dia do acadêmico.

Autor: Você percebe alguma metodologia utilizada pelo Adriano Rodrigues quando aborda ou pela Luciane quando aborda?

Deputado Ricardo Guidi: A gente tem um compromisso muito grande com as universidades comunitárias, independente de qualquer coisa, tem que reconhecer a importância que a UNESCO tem para toda a região Sul do Estado. E eu falo importância não só na questão da educação, porque o povo não só do Sul, mas porque prepara as pessoas para o mercado de trabalho. Mas também um compromisso que ela tem com o desenvolvimento econômico do Sul, as pessoas que estão lá utilizando as clínicas integradas, pesquisa, projetos relacionados ao sul do Estado. Então a gente tem uma boa vontade em reconhecer a importância e a necessidade de uma UNESCO forte que para a nossa região e para o desenvolvimento da nossa região e para preparar as pessoas para o mercado de trabalho para a vida.

Autor: E você percebe o quanto as emendas são fundamentais para a sustentabilidade econômico financeira das comunitárias, diferente das privadas, diferente das públicas, o quanto elas necessitam desse apoio público para poder sobreviver?

Deputado Ricardo Guidi: Eu acredito que nem tanto pelas emendas, mas principalmente do Artigo 170 do governo do Estado. Isso sem dúvida nenhuma garante as condições financeiras que, muitas vezes alunos que não teriam condições de pagar, garantem a receita e o fluxo de caixa da universidade. Isso é fundamental para as comunitárias garantirem qualidade de atendimento, pesquisa, uma série de ações que só as comunitárias fazem. Coisas que a particular

não tem interesse, e que a pública também faz, é claro. Mas quando a gente fala em particular e comunitária, que é o que temos na cidade, as particulares têm interesse em lucro. E a comunitária não é esse o interesse e não é esse o foco. Por isso, que a gente ajuda as comunidades sempre a partir das nossas possibilidades.